

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO – UPF

**EDUCAÇÃO NATURAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA EM
ROUSSEAU E WINNICOTT**

Professor: Dr. Cláudio Almir Dalbosco

Aluno: Maurício Rebelo Martins

Passo Fundo, julho de 2009

Maurício Rebelo Martins

**Educação Natural na primeira infância em Rousseau e
Winnicott**

Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Educação, tendo como orientador Dr. Cláudio Almir Dalbosco.

Passo Fundo

2009

RESUMO

A presente pesquisa investiga o conceito de educação natural na primeira infância em Jean-Jacques Rousseau e Donald Woods Winnicott. Almeja-se, por meio do confronto entre esses dois pensadores, pesquisar o que eles pensam sobre a primeira infância. O conceito fundamental que norteará o trabalho é o de *natureza*, pois, de um lado, Rousseau defende que a educação na primeira infância deve seguir a natureza, e, de outro, Winnicott argumenta que a melhor educação na primeira infância é aquela conduzida naturalmente pela mãe. Busca-se compreender, portanto, como esses autores caracterizam a infância e as suas especificidades. Rousseau inovou ao afirmar que precisávamos estudar a infância pela infância e não tendo somente o mundo adulto como referência. Para ele, a criança não pode ser vista como um pequeno adulto defeituoso, pois possui características que são típicas desse estágio. Amparado por essa tese, ele acredita que devemos respeitar o mundo da criança. Winnicott concorda com Rousseau e afirma que todo profissional que trabalha com a primeira infância deve respeitar o agir natural da mãe e o desenvolvimento natural do bebê. Desse modo, apoiado nos objetivos deste trabalho, no primeiro capítulo, procura-se reconstruir analiticamente o que Rousseau entende por educação natural na primeira infância. Já no segundo capítulo, procura-se reconstruir a argumentação de Winnicott acerca da primeira infância e a sua análise do psiquismo infantil. Por fim, no terceiro capítulo, busca-se tratar, por meio do confronto entre esses dois autores, das afinidades eletivas e das diferenças cruciais entre eles. Para tanto, adota-se, como referência, os conceitos de natureza, autonomia, disposições naturais, potencialidades inatas, necessidades e cuidados. Além disso, apresentam-se as implicações pedagógicas que podem ser inferidas das suas teses.

Palavras-chave: Primeira infância, educação natural, natureza, autonomia, necessidades e cuidado.

ABSTRACT

To present research it investigates the concept of natural education in the first childhood in Jean-Jacques Rousseau and Donald Woods Winnicott. It is longed for, through the confrontation among those two thinkers, to research what they think about the first childhood. The fundamental concept that it will orientate the work is it of nature, because, on a side, Rousseau defends that the education in the first childhood should follow the nature, and, of other, Winnicott argues that the best education in the first childhood is that driven naturally by the mother. It is looked for to understand, therefore, as those authors they characterize the childhood and their specificities. Rousseau innovated when affirming that we needed to study the childhood for the childhood and doesn't tend only the adult world as reference. For him, the child cannot be seen as a small defective adult, because she possesses characteristics that are typical of that apprenticeship. Aided by that theory, he believes that should respect the child's world. Winnicott agrees with Rousseau, and he affirms that all professional that works with the first childhood, he should respect acting natural of the mother and the baby's natural development. This way, leaning in the objects of this work, in the first chapter, it tries to rebuild analytically what Rousseau understands for natural education in the first childhood. Already in the second I surrender, it tries to rebuild the argument of Winnicott concerning the first childhood and her analysis of the infantile psyche. Finally, in the third chapter, it is looked for to treat, through the confrontation among those two authors, of the elective likeness and of the crucial differences among them. For so much, it is adopted as reference the nature concepts, autonomy, natural dispositions, innate potentialities, needs and cares. Besides, they come the pedagogic implications that they can be inferred of their theories.

Keywords: First childhood, natural education, nature, autonomy, needs and care.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 – ROUSSEAU E A EDUCAÇÃO NATURAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA	11
1.1 Um projeto de uma educação natural e social	14
1.2 Caracterização da infância.....	17
1.3 Educação na primeira infância: a mais importante.....	18
1.3.1 As necessidades da criança	21
1.3.2 Os cuidados do adulto.....	26
1.4 Da tensão entre as necessidades da criança e os cuidados do adulto nasce a autonomia.....	31
2 – WINNICOTT E A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA	35
2.1 Caracterização da primeira infância.....	37
2.2 O bebê como um ser de necessidades físicas.....	39
2.2.1 O bebê como um ser de necessidades afetivas e emotivas.....	41
2.3 <i>A mãe dedicada comum</i>	43
2.3.1 A mãe como um ambiente facilitador.....	45
2.4 A constituição social do <i>self</i>	49
2.5 A independência como a descoberta da autonomia.....	52
2.5.1 <i>Objetos e fenômenos transicionais</i>	56
3 – ROUSSEAU E WINNICOTT: AFINIDADES, DIFERENÇAS E COMPLEMENTARIEDADES	59
3.1 O conceito de <i>natureza</i> em Rousseau e o de <i>agir natural</i> em Winnicott	60
3.1.1 Disposições naturais em Rousseau e Potencialidades inatas em Winnicott	65
3.1.2 As necessidades da infância.....	69
3.2 A amamentação e o choro como as primeiras formas de comunicação entre a mãe e o bebê	74
3.3 Os cuidados do adulto.....	78
3.3.1 A autonomia na primeira infância	81
3.4 Implicações pedagógicas a partir das teses de Rousseau e Winnicott sobre a primeira infância.....	84

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 89
REFERÊNCIAS.....94

INTRODUÇÃO

Jean-Jacques Rousseau afirma que a educação na primeira infância é a mais importante. De outro lado, Donald Woods Winnicott também afirma que não há nada mais importante e significativo do que a relação estabelecida com a criança nos primeiros anos de vida. Podemos inferir, com a ajuda desses autores, que um dos pontos que merece uma investigação cuidadosa é exatamente a educação dispensada à criança nos primeiros anos de vida.

Observamos, atualmente, que as crianças estão chegando cada vez mais cedo à escola. De um lado, muitos pais precisam trabalhar e não têm como cuidar dos filhos. Trata-se de algo compreensível. De outro lado, porém, há aqueles que vêem no filho um evento social. Assim, acabam delegando a tarefa de educar seus filhos, pois não querem se ocupar dessas tarefas “chatas”. Não é nosso objetivo questionar essas duas posições. Contudo, veremos no decorrer da exposição, que tanto Rousseau quanto Winnicott defendem que a relação entre os pais e o bebê é essencial.

Como não podemos e não devemos ignorar essa realidade, é tarefa fundamental investigarmos qual é o papel do educador na primeira infância. Para tanto, escolhemos dois autores, de tempos diferentes, mas que partilham de muitas convicções: Rousseau e Winnicott. Escolhemos esses dois autores, pois cada um, no seu tempo, representou uma reviravolta no modo de ver a infância. Rousseau é considerado o pai do conceito moderno de infância. Para o filósofo, trata-se de um período que precisa ser estudado em si mesmo e não tendo o mundo adulto como referência. Já Winnicott, que concordou em muitas coisas com Rousseau, viu na infância um período que vai além das necessidades físicas. Para o psicanalista inglês, o mundo do bebê já é constituído de emoções e afetos.

A escolha desses autores pode parecer estranha, mas encontramos em suas obras uma análise cuidadosa da infância. Os dois autores se dedicam a esse período entendendo que se trata de uma fase especial que precisa ser estudada sem tomar o mundo adulto como referência. Ou seja, eles acreditam que essa fase tem características específicas. No caso de Rousseau, de modo especial, temos a contribuição de um teórico da educação. Com Winnicott, embora o maior representante da psicanálise seja Freud, foi ele quem estudou a infância mais atentamente. É claro, contudo, que não podemos ler Winnicott como um teórico da educação. Em Rousseau, podemos ler a proposta de um teórico da educação, mas em Winnicott temos reflexões sobre a infância que tem conseqüências importantes no campo da educação. Nesse sentido, estudamos esses autores com o objetivo de ver no que eles se complementam e contribuem para a educação contemporânea.

Outra razão que nos faz pesquisar esses autores é o fato de vermos neles muitas semelhanças. A principal delas, talvez seja o fato de pensarem numa educação *natural* na primeira infância. De um lado, Rousseau defende que uma boa educação é aquela que segue a “ordem natural”. De outro lado, Winnicott defende que a mãe sabe “agir naturalmente” com seu bebê e que esse conhecimento ela adquire naturalmente. Desse modo, os dois autores defendem que a melhor educação é aquela capaz de respeitar a natureza.

Em nossa pesquisa, ao aproximar esses autores a partir do conceito de educação natural, não queremos reduzir aspectos da teoria de um à teoria de outro. O esforço que fazemos no terceiro capítulo é uma tentativa de demonstrar a importância que os dois autores dão ao desenvolvimento natural da criança. Como são de domínios e tempos distintos, tentaremos não compará-los com a finalidade de ver no que um superou o outro, mas identificar quais foram as contribuições mais importantes de cada um para educação na primeira infância.

Também nos motivou nessa pesquisa a possibilidade da realização de um trabalho inédito. Até onde avançamos em nosso levantamento bibliográfico, não encontramos no Brasil nenhum trabalho de investigação que trate do confronto entre Rousseau e Winnicott, especificamente em relação ao tema proposto.¹ Podemos perceber várias semelhanças entre o projeto de educação natural para primeira infância de Rousseau e as reflexões de Winnicott. Como não há pesquisas nessa área, nos sentimos obrigados a pensar esse confronto e a entender como ele pode nos ajudar a encontrar soluções para problemas relacionados à educação na primeira infância.

¹ O fato de não existir trabalhos e pesquisas nessa área nos foi chamado atenção pelo Professor Cláudio Almir Dalbosco.

Para essa investigação, julgamos que a análise de um conceito é essencial para entendermos esses autores: o conceito de *natureza*. Observamos anteriormente que Rousseau e Winnicott partilham da opinião de que a educação na primeira infância é a mais importante. Além disso, para esses pensadores, a educação da criança nos primeiros anos de vida deve ser uma educação natural. Ou seja, a relação entre os pais e a criança deve imitar a natureza. Mas o que entendem os autores por educação natural? O que significa “ordem natural” e “agir naturalmente”? Qual é a definição deles de ‘natural’? Há outras afinidades nos projetos educacionais de Rousseau e Winnicott? Em quais pontos estes pensadores discordam? Winnicott faz avanços que Rousseau não foi capaz de fazer? Quais benefícios destes dois projetos de educação para primeira infância? Como se estabelece a relação, do ponto de vista pedagógico, entre a criança e os seus primeiros educadores? E, por fim, quais são as luzes que estes pensadores podem lançar para educação na primeira infância em nossos dias?

Poderemos lançar luz a este conjunto de questões - esta é a hipótese do trabalho -, sobretudo, na medida em que nos concentrarmos no esclarecimento dos conceitos de “ordem natural” (Rousseau) e “agir naturalmente” (Winnicott). Estes dois conceitos constituem, também, o fio condutor para pensarmos as “afinidades eletivas” e as diferenças entre estes dois pensadores, no que diz respeito ao conceito de primeira infância e à relação de “cuidados” que o adulto (mãe) precisa manter no atendimento das “necessidades” da criança.

Tendo por meta abordar essas questões, foram objetos de nossa análise, em especial, a obra *Emílio ou Da Educação*, as *Confissões* e o *Contrato Social* de Rousseau, e as obras *A criança e o seu mundo*, *Os bebês e suas mães*, *Natureza humana* e *Tudo começa em casa* de Winnicott. Também fizemos atentamente a leitura de outras obras importantes desses autores. Além disso, é claro, lemos e analisamos outros textos complementares, citados em nossa bibliografia.

Vamos encontrar no decorrer do trabalho a presença de muitas passagens das obras desses autores, pois optamos por uma análise que privilegiasse a obra e não os comentadores. Além disso, a forma como escreveram Rousseau e Winnicott obriga aquele que os investiga a recorrer aos seus escritos. Nas obras dos dois autores podemos encontrar passagens que não podem deixar de ser citadas. Muitas vezes é inútil querer, com nossas palavras, parafrasear passagens que falam mais por si mesmas. O estilo de escrita desses dois autores é magnífico, pois conseguem unir simplicidade e profundidade no trato de temas tão complexos.

O método que utilizamos em nossa pesquisa é o método analítico-reconstrutivo. Por meio da leitura e da análise dos textos de Rousseau e Winnicott, procuramos reconstruir a

argumentação de ambos acerca da educação na primeira infância. Nesse sentido, no primeiro capítulo procuramos reconstruir analiticamente o que Rousseau entende por educação natural na primeira infância. Já no segundo capítulo, procuramos reconstruir a argumentação de Winnicott acerca da primeira infância. Por fim, no terceiro capítulo, procuramos tratar das afinidades eletivas e das diferenças cruciais entre esses dois autores.

1 – ROUSSEAU E A EDUCAÇÃO NATURAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

O *Emílio*² de Jean J. Rousseau tornou-se uma das obras mais célebres da Filosofia e da Educação. Entretanto, muitos pensam que se trata de uma obra ultrapassada e esgotada. Uma posição desta natureza parece-nos um tanto precipitada. Pensamos que o *Emílio* é uma obra riquíssima e que merece nossa atenção. As idéias de Rousseau podem iluminar não só as discussões sobre a educação em geral, mas também o debate sobre as ações pedagógicas do nascimento da criança até a fase adulta.

Há, também, aqueles³ que julgam a obra de Rousseau assistemática e autocontraditória. Pensamos, contudo, que há nela uma unidade e que suas contradições internas podem ser entendidas a partir desta unidade. Parece-nos que tal unidade reside na idéia de que o homem é naturalmente bom e que a sociedade o corrompe. Rousseau afirma no início do *Contrato social* que “o homem nasceu livre e por toda parte ele está agrilhoado” (ROUSSEAU, 2006, p. 9). Porém, isso não significa que o homem deve voltar ao seu estado natural, mas deve, por meio da educação e da sociedade, transformar a si mesmo para que possa transformar a sociedade.

Aqui podemos perceber a importância que Rousseau dá a educação, pois, para o nosso autor, a educação é o meio mais eficaz que podemos usar para preparar o indivíduo para a sociedade corrupta que ele irá encontrar. Rousseau, ao contrário do que alguns podem pensar, não é um pessimista em relação ao homem. Ele deposita muita confiança na bondade humana. Berlin fala sobre essa confiança:

² Quando usarmos *Emílio* em itálico estaremos nos referindo a obra. Quando, porém, usarmos Emílio sem itálico, referimo-nos ao aluno fictício que dá título a obra.

³ É o caso de Jean Starobinski citado em nossas referências bibliográficas.

O que Rousseau pretende transmitir, de facto, é que todos os homens são potencialmente bons – ninguém pode ser totalmente mau. Se os homens deixassem a sua bondade natural brotar, desejariam apenas aquilo que é correcto; e o facto de não o desejarem só significa que não compreendem a sua própria natureza. Mas a natureza está lá, apesar de tudo isso (BERLIN, 2005, p. 70).

Para ele, se a educação de uma criança for bem dirigida, as chances de a bondade natural predominar no mundo são maiores. Entretanto, os desafetos de Rousseau sempre chamam nossa atenção para o fato do autor ter abandonado os filhos e tê-los entregue ao orfanato.⁴ Como pode um pensador depois de ato tão vil ter coragem de falar em educação? Acreditamos que não nos cabe nem ser moralista e nem ser defensor. Cabe lembrar, contudo, que essa era uma atitude muito comum na época até mesmo para os nobres. Rousseau afirmava que aquele que não pode cumprir com suas obrigações de pai não tem o direito de tornar-se pai. Não foi, porém, somente a culpa pelo abandono dos filhos que o determinou a escrever o *Emílio*. Não adianta buscarmos desculpas para Rousseau, pois ele mesmo pretendia com a obra não se desculpar pelo abandono dos filhos, mas impedir os leitores de fazerem o mesmo. Por isso, pretendemos apenas olhar para obra e tentar ver no que o autor foi atual e no que ele nos ajuda a sermos atuais em nosso tempo.

A idéia de uma educação natural deve ser entendida, portanto, a partir deste eixo. Rousseau não parece querer que o homem civilizado retroceda no tempo e torne-se agora um *bom selvagem*⁵. A sociedade que é responsável pela corrupção do homem, também é a responsável pela sua moralização. Nesse sentido, a educação cumpre um papel muito importante, pois ela visa à constituição deste novo homem, deste cidadão, que será capaz de reformar esta sociedade corrupta. Contudo, o modelo deste novo homem não deve ser buscado fora do homem, mas dentro dele mesmo; não fora da sociedade, mas no processo de sociabilidade humana.

Aqui pode surgir uma questão importante, pois Rousseau projeta uma sociedade ideal e a partir dela analisa a sociedade do seu tempo. Poderíamos questionar até que ponto isso é correto. Poderíamos objetar a Rousseau que a sociedade que ele idealizou pode nunca existir. Mas estaríamos indo contra o seu estilo de pensar, pois ele é um visionário. Ele acredita na

⁴ Ainda em vida Rousseau fora duramente acusado pelos seus críticos e, sobretudo, pelos seus inimigos pela decisão tomada de entregar os filhos ao orfanato. No livro oitavo das *Confissões* ele aborda detalhadamente o tema, relatando as razões que justificaram sua decisão.

⁵ Alguns leitores de Rousseau afirmam que ele teria cultivado e defendido a idéia de um *bom selvagem*. Nesse sentido, de acordo com esses leitores, a solução de Rousseau é o homem voltar a viver sozinho na natureza para resgatar sua bondade natural. Contudo, esta é uma leitura muito superficial da obra de Rousseau e que já foi há muito abandonada.

bondade humana e na possibilidade de uma sociedade justa, autônoma e livre. Além disso, ele precisa pressupor uma sociedade ideal não apenas para analisar a sociedade do seu tempo, mas também para orientar a ação política e pedagógica com a finalidade de transformar a sociedade.

Tanto o *Emílio* quanto o *Contrato Social* devem ser lidos a partir da premissa de que o homem é naturalmente bom. Rousseau parece não se referir a uma bondade no sentido moral. O que ele quer alertar é que a criança quando nasce é livre de qualquer vício ou virtude. É bom recordar que no seu tempo acreditava-se que nascíamos contaminados pelo pecado original. Assim, Rousseau, ao depositar sua fé na bondade natural, inverte a lógica disseminada pela escolástica e pela ampla tradição cristã.

A sociedade sonhada por Rousseau só é possível se o homem for educado para *liberdade bem regrada*⁶ e para autonomia. Desse modo, podemos entender porque o *Emílio* e o *Contrato Social* foram escritos no mesmo período. Seu projeto de uma educação natural está alinhavado ao seu projeto político. As idéias de como conduzir a educação de uma criança deságuam nas suas idéias políticas. O Emílio deve ser preparado pela educação para o convívio social e para lutar contra qualquer forma de corrupção.

Desse modelo de educação nos interessa as reflexões de Rousseau no livro I do *Emílio*, pois elas são muito importantes para discutirmos a educação na primeira infância. Parece-nos, nestes dias, que com a chegada das crianças cada vez mais cedo à escola, tornou-se um dever de todo educador refletir sobre o seu papel na educação dessas crianças confiadas a escola ainda nos primeiros meses de vida. Negligenciar essa investigação é ignorar aquela que Rousseau considera a fase mais importante na educação de uma criança e da própria vida do ser humano.

Pretendemos, portanto, neste capítulo, apresentar algumas das principais teses de Rousseau sobre a primeira infância. Tentaremos, ao mesmo tempo, analisar suas idéias e investigar algumas leituras muito apressadas da sua obra. Para isso, iremos apresentar, de modo mais geral, seu projeto de educação natural para depois nos debruçarmos sobre a educação na primeira infância e suas especificidades.

⁶ O conceito de liberdade bem regrada em Rousseau é central em sua obra. Esse conceito é a tentativa de conciliar duas teses essenciais para Rousseau: o valor absoluto da liberdade e o valor absoluto das regras corretas. Trata-se de um tema bastante difícil de ser tratado, pois como podemos ser livres se estamos sujeitos ao poder coercitivo das regras? A saída encontrada por Rousseau, tanto em passagens da “Profissão de fé do vigário saboiano” como do *Contrato Social*, consiste em indicar para a capacidade autolegisladora do sujeito. Trata-se do recurso à voz interna da consciência que reconhece que precisa de regras para ser verdadeiramente livre. Essa idéia, em certa medida, antecipa a idéia kantiana de autonomia e de liberdade moral, onde o sujeito moral é aquele que é capaz de obedecer às regras que ele mesmo estabelece.

1.1 – Um projeto de uma educação natural e social

No *Emílio*, Rousseau nos apresenta uma nova pedagogia. Esta pedagogia está centrada no indivíduo. Talvez esta seja sua grande contribuição. No seu tempo, se pensava a educação de um indivíduo a partir dos conteúdos que deveriam ser inseridos nele ou a partir dos dogmas e conceitos cristãos. Com Rousseau, a criança passa a ser o centro da educação. Precisamos observar e estudar as crianças. Devemos buscar no próprio sujeito os valores que garantam a vida em sociedade. Este, aliás, é um aspecto importante, pois a educação tem o papel de formar homens que estejam preparados para viver em sociedade, para viver na república.

O *Emílio* está dividido em cinco livros. O primeiro trata da primeira infância que vai do nascimento até os dois anos. O segundo trata da segunda infância que vai dos dois até aos 12 anos. O terceiro livro trata do que ele chamou de idade da força que vai dos 12 aos 15 anos. Já o quarto livro trata da idade da razão e das paixões que vai de 15 a 20 anos. Por fim, o livro cinco trata da fase adulta ou, como ele mesmo chamou, a idade da sabedoria e do casamento, que vai de 20 a 25 anos.

Contudo, se olharmos para a obra com mais atenção, podemos dividir o projeto de Rousseau em dois momentos: a educação natural e a educação social⁷. A educação natural seria aquela que compreende a primeira e segunda infância, ou seja, que vai do nascimento até os 12 anos. A educação natural visa o fortalecimento do corpo e o refinamento dos sentidos. Ou seja, trata-se predominantemente do convívio que a criança estabelece com a natureza e as coisas. Já a educação social vai dos 12 aos 25 anos e visa o ingresso do Emílio na sociedade adulta. Trata-se da educação moral do indivíduo, pois é a fase em que ele aprende a fazer uso próprio da razão. Sobre a educação natural fala Rousseau:

A primeira educação deve ser puramente negativa. Consiste não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em proteger o coração contra o vício e o espírito contra o erro. Se pudésseis nada fazer e nada deixar que fizessem, se pudésseis levar vosso aluno são e robusto até a idade de doze anos sem que ele soubesse distinguir a mão esquerda da direita, desde vossas primeiras lições os olhos de seu entendimento se abriam para razão (ROUSSEAU, 2004, p. 97).

⁷ Há alguns autores que preferem usar no lugar de educação natural e educação social as expressões educação negativa e educação positiva respectivamente. Contudo, achamos mais adequado o uso dos termos natural e social. Além disso, os termos educação negativa e educação positiva permitiram leituras equivocadas do *Emílio* de Rousseau.

Entretanto, as fronteiras destas duas educações não são tão demarcadas. Em alguns momentos elas se cruzam. O interessante é que elas dependem uma da outra. Não há como educar a razão sem antes educar os sentidos. Também não podemos pensar que educar os sentidos e o corpo seja suficiente para o desenvolvimento moral do sujeito. Tudo isso faz parte do grande objetivo do projeto pedagógico e político de Rousseau, que é respeitar a natureza e a liberdade da criança e dos homens.

Posto isto, para os fins deste trabalho, vamos nos fixar na educação natural. O que é uma educação natural? Como é a relação da criança com a natureza e as coisas? Rousseau é muito claro ao dizer que educar é deixar a natureza fazer o seu papel. Neste sentido, o educador e ou os pais devem educar a criança seguindo a natureza. Mas o que significa educar seguindo a natureza? Significa prioritariamente respeitar a criança em seu mundo, deixando que ela se desenvolva naturalmente. Diz Rousseau:

Observai a natureza e segui a rota que ela vos traça. Ela exercita continuamente as crianças, enrijece seu temperamento com provas de toda espécie e cedo lhes ensina o que é sofrimento e dor. [...] Eis a regra da natureza. Por que a contrariais? Não vedes que, acreditando corrigi-la, destruí sua obra, impedis o resultado de seus trabalhos. (ROUSSEAU, 2004, p. 24).

Ora, o que Rousseau defende é que a educação natural significa exercitar a criança para sentir as dificuldades da vida. Proteger a criança de tudo aquilo que cedo ou tarde ela terá de enfrentar é um absurdo. As crianças precisam experimentar as provações que a natureza impõe para crescerem na independência da vontade e do caráter. Ele não pretende expor a vida ou saúde da criança. Rousseau apenas acredita que a criança não deve deixar de ser criança. Ou seja, ela precisa experimentar a vida e viver cada etapa com toda a intensidade. Sobre isto ele dispõe o seguinte:

Se o homem nascesse grande e forte, a estatura e a força ser-lhe-iam inúteis até que tivesse aprendido a servir-se delas; ser-lhe-iam prejudiciais, pois impediriam que os outros pensassem em socorrê-lo e, entregue a si mesmo, morreria de miséria antes de ter conhecido suas necessidades. Queixamo-nos da condição infantil e não vemos que a raça humana teria perecido se o homem não tivesse começado por ser criança (ROUSSEAU, 2004, p. 9).

Desse modo, natural significa para Rousseau respeitar o desenvolvimento cognitivo e físico da criança. Ora, não podemos obrigar a criança a queimar etapas exigindo dela o que ela ainda não pode fazer. Rousseau assevera que a educação nesta fase não começa pela razão, mas pelos sentidos. Nesta etapa devemos ajudar a criança a desenvolver naturalmente os seus sentidos no confronto com a natureza e com as coisas. Porém, estas afirmações merecem mais esclarecimentos.

Falar de uma educação natural, contudo, pode levar o leitor a algumas conclusões precipitadas. Por um tempo, se supôs que a educação natural significaria simplesmente levar o educando para o meio da natureza e deixá-lo desenvolver seus sentidos. Rousseau não pretende que o homem se torne um animal selvagem. O que ele quer é um sujeito capaz de identificar o que é natural em cada etapa do seu desenvolvimento.

Na sua época, ele acreditava que o campo era o melhor lugar para se educar uma criança. Mas quando Rousseau fala de uma educação natural, ele afirma que devemos permitir que a criança confronte-se com a natureza e com as coisas. Não devemos poupar o educando de nenhuma dificuldade física, esforço ou privação. A criança deve conhecer a coação da natureza, mas não a interferência arbitrária do adulto. Contudo, não é só isso. Parece-nos, que o mais importante quando falamos de uma educação natural, é considerar que a criança já trás dentro de si as disposições para tornar-se um cidadão capaz de reformar a sua sociedade. Ou seja, quando Rousseau fala em seguir a natureza, de modo especial está dizendo que devemos proteger o educando de tudo que pode não deixá-lo desenvolver-se naturalmente⁸. Natural aqui é respeitar o mundo da criança para que ela possa ser responsável pela constituição do seu eu. Nesse sentido, o educador é o mediador que ajuda a criança a se desenvolver.

Outro esclarecimento que precisa ser feito diz respeito à afirmação de Rousseau de que a educação na infância começa pelos sentidos. Aqui não se pode ler que Rousseau nega a razão. Ora, ele afirma que a educação *começa* pelos sentidos e não que ela se da *só* pelos sentidos. Entendemos que Rousseau não seria capaz de sustentar algo assim, pois precisamos da razão para organizar nossas experiências. Nisto Cassirer nos ajuda a entender Rousseau:

Mesmo o âmbito do universo sensorial só se torna realmente conhecido por aquele que o percorre no sentido verdadeiro. A arte da educação não pode consistir em poupar ao aluno essa caminhada nem em dar-lhe antecipadamente uma certa soma

⁸ Aqui não estamos afirmando que a criança não precisa da ajuda de um adulto no seu desenvolvimento. Pelo contrário, a sua condição de criança exige os cuidados do adulto. Mas sobre isso falaremos mais adiante, ainda neste capítulo.

de conhecimentos a respeito do mundo físico sob a forma de “Ciências” rigidamente estabelecidas. Toda mediação desse tipo pode gerar nele apenas um conhecimento indeterminado e problemático; pode apenas enriquecer a sua memória, mas não fundamentar e formar o seu saber (CASSIRER, 1999, p. 112).

Aqui, parece-nos que novamente Rousseau pretende sublinhar que devemos respeitar o desenvolvimento natural da criança. Ou seja, ele defende a criança daqueles que desejam acelerar o seu crescimento começando sua educação pela razão e não pelos sentidos. Assim, não podemos começar pela razão, pois a criança ainda não está preparada física e cognitivamente para isso. Contudo, não podemos também imaginar que a criança seja um ser que até os 12 anos não seja dotado de razão ou que não faça uso dela. Rousseau apenas quer nos alertar para o fato de que a criança só conhece o mundo pela experiência cotidiana que faz dele, sendo que o refinamento dos sentidos estimula o desenvolvimento cognitivo, preparando (amadurecendo) a criança para o uso progressivo da razão.

Posto isto, e considerando os objetivos deste trabalho, devemos agora tratar de uma questão central a Rousseau: O que é a infância? Como ele caracteriza esse período que vai do nascimento até os 12 anos? Por que e como ele divide esse período em primeira e segunda infância? Vamos caracterizar brevemente a infância, para depois nos debruçarmos sobre o tema deste capítulo, que é a educação natural na primeira infância.

1.2 Caracterização da Infância

Rousseau afirma que precisamos observar e estudar a criança para entendermos o seu desenvolvimento. E foi isso que ele fez. Deste estudo surgiu o conceito moderno de infância. A revolução no conceito de infância concebida por Rousseau foi uma verdadeira revolução copernicana no âmbito da pedagogia infantil. Até então se achava que a criança era um adulto em miniatura ou um adulto defeituoso⁹. Com seu novo modo de ver a infância, passamos a vê-la como uma etapa onde a criança precisa ser respeitada em seu desenvolvimento físico e cognitivo.

⁹ Isso não significa que antes de Rousseau ninguém tenha se referido a infância como uma fase com especificidades. Alguns autores, como Comenio, escreveram livros para pensar a educação das crianças. No entanto, foi Rousseau quem se dedicou com mais cuidado a análise das características próprias dessa idade.

O argumento principal de Rousseau a respeito da infância é que ela é uma etapa que possui suas especificidades e por isso precisa ser estudada com cuidado. A criança precisa ser respeitada em seu próprio mundo que é justamente a infância. Contudo, Rousseau dividiu-a em primeira e segunda infância. A primeira, que vai do nascimento aos 2 anos, é aquela dedicada a educação do bebê. Poderíamos dizer que é neste período que são lançadas as bases para constituição do ser humano. Todavia, sobre essa primeira educação falaremos mais em seguida.

A segunda infância se caracteriza mais fortemente pela educação do corpo e dos sentidos. Isto não quer dizer que a educação dos sentidos não começa com o nascimento da criança. Começa sim. O que ocorre é que Rousseau acredita que é a partir da segunda infância que a criança entra em contato mais fortemente com a natureza e com o mundo. É nesse período que ela começa tomar consciência de si mesma e inicia sua vida com um indivíduo. Poderíamos dizer que a educação na segunda infância é uma educação pelas coisas. É no contato com as coisas e com o mundo que a ela vai se conhecendo e entendendo tudo o que a rodeia.

Contudo, como dissemos antes, nosso objetivo é entender o significado da educação na primeira infância. O que é a primeira infância? Por que ela é a mais importante? Como é a relação entre o adulto e a criança nessa fase? Tentaremos, a partir do próximo tópico, analisar as idéias de Rousseau no que diz respeito à primeira educação. Além disso, pretendemos mostrar como o projeto de Rousseau de uma educação na primeira infância já visa à autonomia do sujeito.

1.3 A educação na primeira infância: a mais importante

“A primeira educação é mais importante” (ROUSSEAU, 2004, p. 7) diz Rousseau. Para ele, esta fase vai do nascimento até os dois anos de idade. Muitos pensadores sustentam que a educação na primeira infância é fundamental para formação da personalidade da criança. Todos eles inspirados pela observação e estudo da infância feito por Rousseau. Quando Rousseau escreveu o *Emílio*, defendia que a educação na primeira infância cabia incontestavelmente à mãe e ao pai. Para ele, a relação entre a mãe e o bebê deveria ser sempre garantida. Entretanto, ele mesmo previa a possibilidade da mãe ser substituída pela ama de

leite e o pai pelo preceptor. Em nossos dias, como os pais estão delegando a tarefa de educar seus filhos cada vez mais cedo à escola, pensar a educação na primeira infância tornou-se uma necessidade premente. Melhor ainda, pensar o papel do educador na primeira infância é de extrema urgência. Assevera Rousseau:

O mais perigoso intervalo da vida humana é o que vai do nascimento até a idade de doze anos. É o tempo em que germinam os erros e os vícios, sem que tenhamos ainda algum instrumento para destruí-los. E, quando chega o instrumento, as raízes são tão profundas, que já não é tempo de arrancá-las (ROUSSEAU, 2004, p. 96).

Podemos perceber que os pais e educadores têm negligenciado a importância da educação nos primeiros anos de vida das crianças. Alguns pais, inclusive, já estão delegando a responsabilidade da educação dos seus filhos com dois meses de vida a pessoas, que, por mais preparadas que estejam, não são capazes de substituir a relação fundamental estabelecida entre mãe e filho e pai e filho. É claro que sabemos e entendemos que, na maioria das vezes, as condições de trabalho e outras atividades importantes exigem esse abandono do filho para que os pais possam, inclusive, por na mesa o alimento dos seus filhos. Isto, ao nosso entendimento, só nos mostra de modo mais claro e consistente a importância e a exigência de pensarmos a educação na primeira infância e, de modo especial, o papel do educador. O alerta, entretanto, é que não podemos esquecer que ser pai e mãe é lindo, mas ao mesmo tempo muito exigente. Além da responsabilidade que temos para com o nosso filho, não podemos esquecer que a educação que vamos dar a ele será responsável pelo tipo de cidadão que ele será. Ou seja, pela sociedade que ele ajudará a edificar.

Entretanto, numa tentativa de atualização do pensamento de Rousseau, devemos esclarecer que, embora ele tenha vivenciado nos seus dias este abandono das crianças e tratado da substituição dos pais, ele considera absurdo, seja por qual for o motivo, os pais abdicarem sua responsabilidade de pais¹⁰. Que os pais têm de trabalhar todos sabemos. Porém, isto não os exime da responsabilidade pela educação dos seus filhos. Deste modo, é preciso pensar não só o papel do educador na primeira infância, mas, também, pensar nos pais como os primeiros educadores.

¹⁰ Aqui volta para discussão a crítica feita a ele por ter abandonado os filhos. Contudo, Rousseau afirma que o *Emílio* serve mais para que os outros não venham acometer os mesmos erros que ele cometeu. Não se trata de por em prática tudo o que ele escreveu, pois em educação não há perfeição, mas sim o quanto nos aproximamos do alvo, do nosso objetivo.

Para Rousseau, se faz necessário pensar seriamente o significado da infância que começa com o nascimento da criança e que, por sua vez, deve ser também educada a partir deste momento. Por muito tempo se pensou que educar a criança nesta etapa não era uma prioridade. Deveríamos apenas aguardar sua chegada a fase adulta, pois ela era vista como um adulto defeituoso. Sobre a primeira infância Rousseau dispõe o seguinte:

A primeira educação é mais importante e cabe incontestavelmente às mulheres. Se o autor da natureza houvesse desejado que ela coubesse aos homens, ter-lhes-ia dado leite para alimentar as crianças. Assim, falai sempre de preferência às mulheres em vossos tratados sobre a educação, pois, além de estarem em condições de tratá-la mais de perto do que os homens e de influenciarem sempre mais, o êxito também lhes interessa muito mais, já que a maior parte das viúvas se acha como que à mercê dos filhos e eles então lhe fazem sentir vivamente, no bem e no mal, o efeito da maneira como foram criados (ROUSSEAU, 2004, p. 7-8).

Não se trata, como já afirmamos, de pensarmos apenas a educação conduzida pelo educador. Os pais são os primeiros educadores. É com eles que o indivíduo afirma o seu contrato pedagógico¹¹, de forma que fica nas mãos deles a responsabilidade de conduzir o processo educacional segundo a natureza. A mãe, segundo ele, é o primeiro educador que aparece neste processo educacional, e é com ela que o indivíduo estabelece um contrato para que seja garantida a sua formação de ser humano¹². Assim, para pensarmos a educação na primeira infância devemos pensar em conjunto o papel dos pais e do educador.

Para Rousseau, os papéis que o educador e os pais assumem fazem parte de um projeto mais amplo e muito importante. Esse projeto, como já dissemos, visa à formação de

¹¹ Usamos a expressão *contrato pedagógico* no mesmo sentido da Professora Maria de Fátima (FRANCISCO, Maria de Fátima S., *Autoridade e contrato pedagógico em Rousseau*. In: AQUINO, J. *Autoridade e autonomia na escola*. São Paulo: Summus, 1999. p. 101-114). Ou seja, num contrato há o contratante, neste caso a criança, e o contratado, neste caso a mãe. O contratado assume a responsabilidade de ajudar no desenvolvimento natural do contratante sempre garantindo sua liberdade e autonomia. Já o contratante assume a responsabilidade de não atacar ou ferir aquele que lhe proporciona a satisfação de suas necessidades. Esse contrato é feito de duas cláusulas. A primeira trata de afirmar que na relação pedagógica um deve conduzir (a mãe ou o educador) e o outro deve ser conduzido (o bebê ou o educando). Já a segunda cláusula, aponta para a exigência de o educador só poder exercer seu comando no interesse e na vantagem do educando. A professora Maria de Fátima aponta ainda para uma terceira cláusula que ela chama de afetiva. Segundo essa cláusula, se não houver uma ligação afetiva entre as partes, as duas primeiras cláusulas dificilmente serão cumpridas. É preciso confiança na relação pedagógica.

¹² Isso não significa que Rousseau pensa que o pai não tem função alguma na educação dos filhos. Pelo contrário, o primeiro papel do pai é dar as condições para que o filho cresça com saúde. Mas não é só isso. Rousseau afirma que “um pai, quando gera e sustenta filhos, só realiza com isso um terço de sua tarefa. Ele deve homens à sua espécie, deve à sociedade homens sociáveis, deve cidadãos ao Estado (ROUSSEAU, 2004, p. 27). Por isso, daqui em diante, sempre quando nos referirmos ao educador, estaremos falando também do pai e da mãe, pois quando os últimos não desempenham seus papéis, cabe ao educador suprir a falta deles.

um cidadão autônomo e preparado para reformar a sociedade. Ou seja, ele entende que o papel da educação é ensinar um indivíduo a ser homem, a ser humano: um homem capaz de participar da república de modo autônomo e soberano e de submeter-se livremente à vontade geral. Sobre isto fala Rousseau:

Na ordem natural, sendo os homens todos iguais, sua vocação comum é a condição de homem, e quem quer que seja bem educado para tal condição não pode preencher mal as outras relacionadas com ela. Pouco me importa que destinem meu aluno à espada, à Igreja ou à barra. Antes da vocação dos pais, a natureza o chama para a vida humana. Viver é o ofício que quero ensinar-lhe. Ao sair de minhas mãos, concordo que não será nem magistrado, nem soldado, nem padre; será homem, em primeiro lugar (ROUSSEAU, 2004, p. 14-15).

Assim, em primeiro lugar, temos de educar a criança para ser humana, pois ela nasceu para isso. Rousseau quando fala de uma educação natural não quer que sejamos como os animais. Natural para nós humanos é sermos humanos. Diferente do que muitos pensavam na época, Rousseau acredita que não podemos nos descuidar da educação nessa fase, pois podemos estar ali criando ou um tirano ou um escravo. Ou seja, criamos um humano, mas que tipo de humano iremos criar? Isso dependerá, diz ele, dos cuidados que vamos dispensar a criança.

Mas no que consiste precisamente a primeira infância e o que a caracteriza? Como educamos uma criança nessa fase? O que devem fazer os pais e o educador para que a criança cresça com autonomia e sabedoria? Pode o educador substituir os pais? Quais os cuidados que devemos e podemos dispensar as crianças? O que fazer para que ela não se torne nem um tirano e nem um escravo? Tentaremos responder estas questões a seguir.

1.3.1 As necessidades da criança

O princípio fundamental da educação natural na primeira infância para Rousseau, de acordo com Dalbosco, é o respeito do adulto ao mundo¹³ da criança (DALBOSCO, 2007, p. 330). Esse respeito deve começar por aceitar que a criança tem seu próprio mundo e um modo

¹³ Quando falamos do mundo da criança, estamos nos referindo a uma fase que contem as suas especificidades e condições especiais.

próprio de nele viver. Devemos entender que a criança não é um adulto em miniatura. A criança é um ser que está vivendo uma fase especial e deve receber a atenção e o respeito que uma criança merece. Diz Rousseau:

Para não correremos atrás de quimeras, não nos esqueçamos do que convém à nossa condição. A humanidade tem seu lugar na ordem das coisas, e a infância tem o seu na ordem da vida humana: é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança. Determinar para cada qual o seu lugar e ali fixá-lo, ordenar as paixões humanas conforme a constituição do homem, é tudo o que podemos fazer pelo seu bem estar. (ROUSSEAU, 2004, p. 73-74).

Podemos destacar três idéias importantes presentes nesta passagem. Em primeiro lugar, Rousseau indica que não podemos tomar apenas a humanidade quando pensamos no processo formativo do ser humano. Devemos considerar, também, as relações que ele estabelece. Em segundo lugar, já na infância é preciso que a criança, reconhecendo-se indefesa e com necessidades, entenda que faz parte de uma ordem das coisas que não inclui apenas a espécie humana. Ou seja, é preciso que, aos poucos, ela vá percebendo que pertence a uma ordem maior e que é responsável por ela também.

Em terceiro lugar, Rousseau está preocupado em garantir que a criança seja respeitada em seu mundo. A infância ocupa um lugar específico na ordem das coisas. É um erro antecipar etapas. É uma ofensa ao mundo da criança querer que elas desenvolvam agora algumas capacidades que só mais tarde poderão desenvolver. Observamos, nos nossos dias, muitos pais que sacrificam a infância dos seus filhos colocando-os em cursos muito cedo, sob o pretexto de que eles venham a ter um futuro melhor e mais feliz. Para nosso autor, não podemos sacrificar a infância sob a desculpa de que colheremos os frutos no futuro. Sobre isto afirma Rousseau:

Que devemos pensar, então, dessa educação bárbara que sacrifica o presente por um futuro incerto, que prende uma criança a correntes de todo tipo e começa por torná-la miserável, para lhe proporcionar mais tarde não sei que pretensa felicidade de que provavelmente não gozará jamais? Mesmo que eu considerasse razoável essa educação por seu fim, como encarar sem indignação essas pobres infelizes submetidas a um jugo insuportável e condenadas a trabalhos contínuos como os galeotes, sem ter certeza de que tantos trabalhos algum dia lhes serão úteis! A idade da alegria passa-se em meio a prantos, a castigos, a ameaças, à escravidão (ROUSSEAU, 2004, p. 72).

Aqui, Rousseau faz uma séria crítica à educação jesuítica, a qual ele chama de educação bárbara. Para ele, é incompreensível que castigemos a criança em nome de algo que ela não está preparada para ser nem física e nem cognitivamente. Os jesuítas educavam as crianças como uma espécie de adulto defeituoso. Assim, o papel da educação seria corrigir esses defeitos para daí surgir um verdadeiro adulto. Rousseau acreditava que ao fazer isso estavam corrompendo a verdadeira natureza da criança, pois postulavam inserir no seu mundo idéias e ideais que ela sequer entenderia.

Respeitar a criança em seu mundo significa não sacrificar esta etapa tão importante para o desenvolvimento da criança. Ou seja, cada fase da vida deve ser vivida com toda a intensidade que lhe cabe. Contra a educação bárbara, Rousseau acredita que a criança deve brincar, deve errar, deve acertar, deve ser criança. Isso não significa, contudo, que devemos eliminar do mundo da criança o esforço, as dificuldades e as privações. Se fizermos isto começamos a contaminar o mundo da criança. Mas no que se constitui o mundo da criança? O que é a infância para Rousseau? Quem é essa criança que deve ser respeitada em seu próprio mundo?

A infância se caracteriza por ser a fase das necessidades da criança e dos cuidados do adulto. Ou seja, nesta fase a criança é um ser frágil e repleto de necessidades. A primeira infância se caracteriza principalmente por ser a fase onde a criança mais precisa do adulto. Ela não sobrevive sem os seus cuidados. A criança é uma criança e não um adulto em miniatura. Ela é um ser de necessidades¹⁴ e não de defeitos. Necessidades especialmente fisiológicas e biológicas¹⁵. Entender o que a criança realmente é significa ver nela suas necessidades naturais e dispensar os cuidados necessários.

Considerar a criança em seu próprio mundo é, antes de tudo, estar atento as suas particularidades e, de modo especial, as suas necessidades naturais. Para Rousseau, ao nascer, a criança começa a conhecer as suas fraquezas. Ou seja, ela percebe que possui necessidades físicas que precisam ser atendidas. O educador pode sentir-se tentado a facilitar a vida da criança. Porém, se ceder a esta tentação, poderá criar nela necessidades e desejos artificiais. Convém ao educador observar quais são as verdadeiras necessidades e qual é o momento certo para intervir.

¹⁴ Iremos abordar o que Rousseau entende por necessidades na infância no terceiro capítulo, quando tentaremos analisar as diferenças entre aquilo que ele e Winnicott definem como necessidade.

¹⁵ Aparentemente, um dos limites de Rousseau é não ver na criança necessidades afetivas e emotivas. No entanto, embora ele não trate dessas necessidades com o cuidado que trata Winnicott, isso não significa que ele não as menciona. Nesse sentido, informamos que trataremos dessas necessidades em Rousseau no terceiro capítulo.

Entender as necessidades reais¹⁶ da criança é fundamental para pensar a intervenção do adulto no seu mundo. A criança descobre aos poucos que possui necessidades. Percebe que é fraca, que lhe falta algo e que não sobreviveria sem ajuda dos outros. Contudo, ela não está em condições de saber diferenciar o que é necessidade real do que é necessidade artificial. Nesse caso, é tarefa do adulto ajudá-la a satisfazer as necessidades reais e a não desenvolver as necessidades artificiais.

Na infância, Rousseau também acredita que devemos prioritariamente desenvolver os sentidos da criança por meio do confronto dela com a natureza e com as coisas. Esse caminho não deve ser percorrido ou mesmo abreviado pelo adulto. A criança precisa do adulto, mas ele não deve interferir nesse processo arbitrariamente. O papel do adulto é conduzir esse enfrentamento dela com a natureza. Desse modo, o adulto conduz, mas é a criança que deve percorrer o caminho do desenvolvimento dos sentidos por conta própria:

Também neste caso, cada um proporciona só a si mesmo a verdadeira inteligência, mesmo aquela relacionada a objetos sensoriais. É um problema do discípulo produzir essa inteligência em si mesmo, e não problema do educador implantá-la nele. Ele só conhece o mundo adquirindo-o passo a passo. E essa conquista não pode se efetuar através de um “saber” meramente abstrato e passivo. Ao contrário, só consegue conhecer o mundo físico aquele que aprendeu desde cedo a concorrer com ele (CASSIRER, 1999, p. 112).

A educação na primeira infância deve considerar as necessidades da criança, mas o educador e os pais não devem impedir a criança de conhecer o mundo físico. A infância é a fase onde devemos estimular os sentidos da criança sem por ela fazer as experiências. A criança, na primeira infância, não deve saber senão aquilo que ela experimentou pelos sentidos. Devemos permitir que ela entre em contato com a natureza e com as coisas. Proteger excessivamente a criança é impedi-la de ser criança.

Rousseau foi um crítico contumaz dos médicos. Ele reconhecia o papel importante que eles tinham na sociedade. Porém, quando se tratava de uma criança, os médicos não só barravam o desenvolvimento natural dela, mas também contribuíam para o crescimento de um ser frágil. Para ele, o médico só deveria ser chamado em caso de risco de morte. O médico enfraquece a capacidade de a criança lidar com as adversidades que são as doenças. Ela

¹⁶ As necessidades reais, de modo especial, são as necessidades físicas e biológicas. Já as necessidades da fantasia, são aquelas que representam a contaminação do mundo da criança por parte do adulto ou aqueles “desejos caprichosos” que ela cria por meio da sua imaginação. Trataremos mais dessas necessidades no terceiro capítulo.

precisa desenvolver um corpo forte, pois “quanto mais fraco é o corpo, mais ele comanda; quanto mais forte ele é, mais obedece” (ROUSSEAU, 2004, p. 34).

O médico, o filósofo e o padre são inimigos do desenvolvimento natural de uma criança. São eles que fazem do homem um ser fraco e covarde. Afastá-los é o que podemos fazer de melhor. Sentencia Rousseau:

Quereis encontrar homens de real coragem? Procurai-os nos lugares onde não há médicos, onde se ignoram as conseqüências das doenças e onde pouco se pensa na morte. Naturalmente o homem sabe sofrer com firmeza e morre em paz. São os médicos com suas receitas, os filósofos com seus preceitos, os padres com suas exortações que aviltam seu coração e o fazem a desaprender a morrer (ROUSSEAU, 2004, p. 36).

Aqui julgamos que não é necessário entrarmos em polêmica sobre o papel do médico, pois reconhecemos sua importância. O que Rousseau parece nos alertar é para não protegermos excessivamente nossas crianças. A proteção excessiva pode impedi-la de aprender a viver com a dor e com as dificuldades. Isto é errado, pois como foi dito antes, a criança precisa conhecer a força da natureza e as suas próprias limitações.

O grande problema é que costumamos analisar a infância sempre tomando o adulto por modelo. Assim, costumamos olhar para criança para ver o que lhe falta para ser adulto. Vemos na criança apenas a incompletude. Rousseau é o precursor da idéia de procurar na criança a criança. Para ele, é um desacerto olharmos para criança e procurarmos o adulto. Aliás, nessa procura, acabamos por acelerar o desenvolvimento da criança de maneira indiscriminada, autoritária e viciada. Já no prefácio do *Emílio* Rousseau fala sobre esse problema:

Não se conhece a infância; no caminho das falsas idéias que se têm, quanto mais se anda, mais se fica perdido. Os mais sábios prendem-se ao que aos homens importa saber, sem considerar o que as crianças estão em condições de aprender. Procuram sempre o homem na criança, sem pensar no que ela é antes de ser homem (ROUSSEAU, 2004, p. 4)

A infância é a fase onde a criança deve ser livre para conhecer as suas próprias forças. O único obstáculo que a criança deve conhecer é aquele advindo da natureza e,

principalmente, das suas próprias forças. Ou seja, ela deve fazer somente aquilo que as suas forças lhe permitem realizar naturalmente. Assim, a liberdade de uma criança nunca é limitada pela intervenção arbitrária do adulto.

Rousseau é muito forte ao criticar os pais que vêem na criança um adulto defeituoso. Ele entende que não podemos obrigar as crianças a fazer algo para o qual sua natureza ainda não está pronta. Respeitar seu desenvolvimento físico e cognitivo é o mínimo que podemos fazer. Desta preocupação ele vai deduzir o quão perigosa pode ser a intervenção do adulto no mundo da criança. Diante deste perigo, como podemos educar a criança sem arruinar o seu mundo? De outro lado, como deve ser a educação sem correr o risco de criamos nossas crianças sem regras?

1.3.2 Os cuidados do adulto

Rousseau começa por falar da necessidade de respeitarmos a criança no seu mundo. Ou seja, devemos deixar a criança ser criança. No entanto, o próprio Rousseau alerta que isso não significa que o adulto deve abandonar a criança e deixá-la fazer o que bem entender. Como vimos no tópico anterior, a infância se caracteriza por ser uma fase de necessidades. A criança é um ser dependente. Por isso Rousseau admite a indispensabilidade da intervenção do adulto no mundo da criança. Sua defesa enérgica a favor do mundo da criança não significa a desresponsabilização da intervenção do adulto.

A questão aqui é que Rousseau é contra toda forma de autoritarismo e espontaneísmo na educação. Ou seja, nem podemos arbitrariamente intervir no mundo da criança e nem podemos deixar a criança abandonada a sua própria sorte. Ora, não podemos abandonar um ser frágil e absolutamente dependente de nossa atenção. Dispensar cuidados a criança na primeira infância constitui-se numa tarefa irrevogável. Contudo, desta tarefa indispensável surge uma tensão que nos parece indissolúvel.

A tensão que surge aqui pode ser resumida do seguinte modo: não podemos corromper o mundo da criança, mas também devemos dispensar cuidados à criança. A tensão que surge é um problema que todo aquele que pensa em educar para autonomia precisa enfrentar. Isso porque, toda vez que pretendemos educar para autonomia, podemos estar inserindo ideais e idéias no mundo da criança que ela deveria por conta própria construir.

Em outros termos, o que podemos dizer é que Rousseau teme o risco da intervenção do adulto na formação de uma criança. Ele teme que essa intervenção possa corromper a criança já que o adulto projeta no mundo dela os seus ideais, as suas experiências e a suas crenças. Podemos, ao intervir no seu mundo, ao pô-la em contato com os nossos hábitos, corromper o seu caráter. Rousseau afirma que:

O único hábito que devemos deixar que a criança adquira é o de não contrair nenhum. [...] Preparai à distância o reinado de sua liberdade e o uso de suas forças, deixando em seu corpo o hábito natural, colocando-a em condições de sempre ser senhora de si mesma e de fazer em todas as coisas a sua vontade, assim que a tiver (ROUSSEAU, 2004, p. 49).

Entretanto, se o adulto não dispensar cuidados à criança, podemos também formar uma criança que será um adulto que não conhece regras. É preciso ter o cuidado para não criar nem um escravo e nem um tirano. Embora Rousseau considere importante o respeito ao mundo da criança, ele também nos alerta para o perigo de não dispensarmos cuidados a formação da criança. Rousseau não enfraquece o papel do adulto. O adulto, e nesse sentido o educador, tem a responsabilidade de educar a vontade ainda desregrada da criança.

Para lidar com essa tensão, ele pensa que é fundamental que a relação entre adulto e criança se de autonomamente¹⁷. É só pela relação autônoma que a criança poderá por conta própria construir sua emancipação e autonomia. Ou seja, a criança deve ser educada na liberdade. Desse modo, isso impede que ela escravize o adulto ou que ela seja escravizada por ele.

Aqui Rousseau mostra a importância do papel do adulto e do educador na primeira infância, pois considera indispensável sua intervenção. O que ele sublinha com veemência é que criança e adulto não podem ser considerados no mesmo plano. A criança, em especial na primeira infância, é um ser frágil e que necessita de cuidados. A infância é a fase das necessidades e dos cuidados. Esses cuidados só o adulto pode dispensar. Tratar a criança em seu mundo não significa deixá-la fazer o que quiser, mas ajudá-la na sua maturação física e cognitiva.

O homem é um ser de necessidades. Essas necessidades ou carências são ainda mais visíveis na criança. Para Rousseau, é a fragilidade e as necessidades do homem que o fazem

¹⁷ Sobre essa relação autônoma e sobre crescer com autonomia vamos falar mais no último tópico.

buscar a ajuda dos outros. São as necessidades que o obrigam a se socializar por assim dizer. Ora, uma criança abandonada à própria sorte seria o mais deformado dos seres. No caso da criança, essas necessidades a impulsionam buscar os cuidados do adulto ou do educador. Sem os cuidados do adulto a criança não sobreviveria. Entretanto, esses cuidados podem inserir no comportamento da criança os hábitos viciosos do adulto.

Assim, aquele educador ou pai que negligenciar suas responsabilidades ou aquele que proteger excessivamente a criança, estará afastando a criança da sua verdadeira natureza. Nem excesso e nem falta. Lidar com esta tensão entre as necessidades e os cuidados não é nada fácil. O educador deve ser capaz de identificar a hora em que verdadeiramente a criança precisa de uma intervenção no seu mundo. Rousseau prefere não dizer quando podemos intervir. Para ele, é mais fácil dizer quando o educador não deve intrometer-se. Desse modo, ele destaca que o educador não deve intervir quando a criança estiver experimentando o mundo e as coisas por conta própria. Sobre isto afirma Rousseau: Quando não se tem pressa de instruir, não se tem pressa de exigir, e ocupa-se o tempo em não exigir nada que não seja pertinente. A criança, então, forma-se sem ficar mimada (ROUSSEAU, 2004, p. 112).

Parece-nos, portanto, que fica evidente a tensão inerente às teses de Rousseau: de um lado, a criança sozinha não sobrevive e precisa dos cuidados do adulto; de outro, esses cuidados podem corromper o mundo da criança. Entendemos que Rousseau, de algum modo, tenta relaxar essa tensão com a tese de uma *liberdade bem regrada*. Ou seja, é preciso o respeito ao mundo da criança, mas isso não significa enfraquecer o papel do adulto ou do educador. Pelo contrário, o educador desempenha um papel fundamental, pois ajuda a criança desenvolver suas disposições naturais e ter consciência de que a boa liberdade é aquela que não dispensa as regras.

Para Rousseau, somos obrigados a respeitar a criança em seu mundo e não tratá-la como um adulto defeituoso ou em miniatura. Porém, não podemos também deixar de dispensar os cuidados necessários ao desenvolvimento da criança. Como resolver esta tensão? Parece-nos que esta tensão não precisa ser resolvida. Pelo contrário, ela deve estar sempre viva na memória do educador e dos pais. Ao educador cabe identificar quais são as necessidades naturais da criança. Isso porque Rousseau acredita que o adulto pode criar na criança necessidades artificiais¹⁸. Essas necessidades, além de corromper a criança, fazem com que ela escravize o adulto.

¹⁸ Sobre as necessidades artificiais, hoje seria interessante analisar a influência da mídia na criação destas necessidades e na corrupção do mundo infantil.

Se educar fosse uma tarefa fácil, certamente já teríamos descoberto uma fórmula que se aplicasse a todos os casos sem preocupações. Contudo, não é deste modo. A tensão entre as necessidades da criança e os cuidados do adulto serve para entendermos que, os pais ou educadores, precisam ser no mínimo perspicazes para conduzir a educação das crianças. Ter paciência para agir na hora certa, ser sereno e firme são qualidades necessárias para conduzir a educação nessa fase. É essa tensão, entre satisfazer as necessidades naturais da criança e o cuidado para não corromper seu mundo, que deve manter o educador cuidadoso.

Como dissemos antes, a educação da criança na primeira infância principia pelos sentidos. Isso significa que o educador e os pais não devem precipitar o desenvolvimento da razão. O educador, de modo especial, deve afastar todos os obstáculos que impeçam seu educando de trilhar seu próprio caminho. Mesmo assim, o educador não pode facilitar a vida do seu educando, pois o educando deve experimentar as dificuldades impostas pelo confronto com a natureza e com as coisas. O educador deve ser aplicado, mas também deve ser cauteloso. O educador não deve se apressar em agir a não ser para evitar que outros venham a contaminar o mundo da criança.

Ora, se lidar com esta tensão entre as necessidades da criança e os cuidados do adulto não é nada fácil, mas necessário, então, Rousseau, ao final do seu primeiro livro, apresenta as máximas da educação natural na primeira infância:

Longe de terem forças supérfluas, as crianças nem mesmo têm forças suficientes para tudo o que a natureza lhes exige. É preciso, portanto, facultar-lhes o emprego de todas as forças que ela lhes dá e de que não poderiam abusar. Primeira máxima.

É preciso ajudá-las e suprir o que lhes falta, quer em inteligência, quer em força, em tudo o que diz respeito à necessidade física. Segunda máxima.

No auxílio que lhe prestamos, devemos limitar-nos unicamente ao realmente útil, sem nada conceber à fantasia ou ao desejo irrazoável, pois a fantasia não as atormentará enquanto não se a fizer nascer, dado que ela não pertence à natureza. Terceira máxima.

É preciso estudar com atenção sua linguagem e seus sinais, para que, numa idade em que elas não sabem fingir, distingamos em seus desejos o que vem imediatamente da natureza e o que vem da opinião. Quarta máxima. (ROUSSEAU, 2004, p. 58).

Com estas máximas, Rousseau parece esclarecer que o papel do educador é não atrapalhar o desenvolvimento natural da criança. O objetivo é permitir que as crianças

aprendam a fazer as coisas mais por si mesmas e menos com a ajuda dos outros. É importante desde cedo que a criança perceba, por conta própria, as limitações que a natureza lhe impõe. Ao educador cabe suprir o que falta a criança em relação às suas necessidades naturais. Isso significa que o educador deve ter o cuidado para não criar necessidades artificiais e muito menos atender às necessidades deste tipo. Para tanto, é muito importante que o educador preste atenção ao choro e aos sinais que a criança emite de modo que possa perceber o que é natural e o que é artificial.

O choro é o modo como a criança de zero a dois anos se comunica. Ele é fundamental para entendermos como podemos lidar com a tensão inerente à educação das crianças nessa fase. É pelo choro que a criança revela o seu mundo e inicia o seu processo de socialização. “Desse choro, que acreditamos ser tão pouco digno de atenção, nasce a primeira relação do homem com tudo que o cerca. Aqui se forja o primeiro elo da longa cadeia de que é formada a ordem social (ROUSSEAU, 2004, p. 54). Se elas sentem fome ou frio, choram. Se quiser algo e perceber que sozinha não pode alcançar, também chora. Sua condição é a de um ser frágil e de necessidades. O choro é o meio que ela encontra para solicitar a ajuda do adulto.

O educador cauteloso saberá distinguir o choro que é um pedido do choro que é uma ordem. Por isso que não resolver a tensão entre as necessidades da criança e os cuidados do adulto é tão importante. O educador precisa sempre estar atento para atender a criança naquilo que é real. Mas também estar atento para não desenvolver na criança desejos ou ideais que não pertencem à sua natureza. É evidente que nos sentimos sempre tentados a atender ou a ajudar a criança. Contudo, se queremos um homem forte e capaz de ser senhor de si mesmo, devemos agir com calma e sabedoria na condução do seu desenvolvimento.

O choro pode servir para demonstrar a dependência da criança em relação ao adulto. Pode servir também para a criança tornar o adulto seu servo. Visando a educação de um indivíduo que será responsável pela sociedade em que irá viver, a criança tem que aprender desde cedo que não é senhora nem dos homens e nem das coisas. Ela tem que aprender que não pode submeter ninguém às suas ordens. Ao adulto, cabe observar com atenção quando o choro é uma manifestação de uma necessidade natural e não um desejo artificial.

Assim, todo projeto de uma educação na primeira infância se desdobra em dois grandes princípios: Primeiro, devemos ajudar as crianças a satisfazer suas necessidades naturais e a desenvolver suas disposições naturais¹⁹; segundo, devemos ter o cuidado para não projetar ideais adultos que possam contaminar seu mundo e criar desejos artificiais. Por isso,

¹⁹ Analisaremos e reconstruiremos o conceito de disposições naturais com mais atenção no terceiro capítulo.

tomar a tensão entre as necessidades da criança e os cuidados do adulto, pode nos ajudar a entender como a educação para a autonomia já deve começar na primeira infância.

1.4 Da tensão entre as necessidades da criança e os cuidados do adulto nasce a autonomia

Como dissemos no início do capítulo, pretendíamos aqui apresentar algumas das teses centrais da educação na primeira infância. Todavia, como afirma Cassirer, Rousseau é um pensador de paradoxos e o *Emílio* talvez seja sua obra mais paradoxal (CASSIRER, 1999, p. 114). O próprio Rousseau reconhece que o *Emílio* é a sua obra mais importante junto com o *Contrato Social*. Isso é interessante, pois durante todo o capítulo buscamos destacar que o principal papel da educação é preparar as crianças para serem adultos autônomos, livres e capazes de viver socialmente.

O respeito ao mundo da criança é uma das teses centrais do *Emílio*. A educação natural na primeira infância inicia por deixar a criança ser criança, pois a natureza quis que antes de sermos adultos fossemos crianças. Afirma Rousseau:

Amai a infância; favorecei suas brincadeiras, seus prazeres, seu amável instinto. Quem de vós não teve alguma saudade dessa época em que o riso está sempre nos lábios, e a alma está sempre em paz? Por que quereis retirar desses pequenos inocentes o gozo de um tempo tão curto que se lhes foge, e de um bem tão precioso, de que não poderiam abusar? [...] Assim que eles puderem sentir o prazer de existir, fazei com que o gozem; fazei com que, a qualquer hora que Deus os chamar, não morram sem ter saboreado a vida (ROUSSEAU, 2004, p. 72-73).

Não podemos, portanto, procurar o adulto na criança. Devemos respeitar a maturação física e cognitiva da criança, deixando que ela faça cada coisa a seu tempo. Devemos fazê-la sentir as dificuldades que a natureza lhe impõe, pois o bem estar da liberdade compensa as feridas deixadas pelo confronto com a natureza.

Entretanto, Rousseau não quer com isso preconizar que a criança deve fazer o que bem entender e nem que o papel do adulto ou do educador seja dispensável. Para ele, a exigência do respeito ao mundo da criança é só mais um desafio para o educador, pois a criança precisa

da sua ajuda. A criança como um ser frágil e de necessidades precisa dos cuidados do adulto. Não é a criança que deve conduzir sua educação. Cabe ao adulto, ao mesmo tempo, ter o cuidado para não corromper o mundo dela e ajudá-la a crescer com autonomia e com a consciência de uma *liberdade bem regrada*. Ou seja, que ela cresça com a consciência de que a melhor das liberdades é aquela que não dispensa as regras.

Essas regras, por assim dizer, ajudam a criança a experimentar a autonomia. Rousseau acredita que buscar a autonomia é o dever de todo homem. Esse, aliás, é o ideal iluminista por excelência. Contudo, poderíamos questionar como é possível educar na e para autonomia na primeira infância, se a criança ainda não é capaz de entender o que significa ser autônoma? Para Rousseau, a autonomia²⁰ não precisa ser entendida pela criança, mas pode ser experimentada.

A autonomia não se limita ao pensar por si mesmo. No caso da primeira infância, ela está relacionada à satisfação das necessidades naturais da criança. Ela nasce e percebe aos poucos que é dependente dos cuidados de outrem. O problema é que, ao dispensar os cuidados, o adulto pode contaminar a criança com necessidades artificiais e ou tornar-se escravo dela. O modo como são educadas as necessidades é que faz aos poucos a criança saborear a autonomia. A questão da autonomia só pode ser compreendida adequadamente no contexto da tensão entre as necessidades da criança e os cuidados do adulto. Desse modo, pensar sobre a autonomia na primeira infância significa pensar sobre a necessidade e sobre o cuidado.

A criança nasce livre. Mas essa sua liberdade é desregrada. Ela não conhece limites. É aqui que encontramos a importância de outra tese central do projeto de Rousseau: educar para uma *liberdade bem regrada*. A criança precisa aprender a viver já na infância com as regras mínimas. Cabe ao adulto mediar a descoberta dessas regras. Entretanto, é muito importante que essas regras não sejam impostas arbitrariamente pelo adulto, mas que ele ajude a criança a perceber que há forças naturais que limitam a sua liberdade.

Com a liberdade natural a criança não conhece regras. Rousseau acredita que o adulto deve contribuir para transformar essa liberdade natural numa liberdade regrada. A criança precisa entender que há limites para as suas ações no mundo. Ela tem que entender que não pode fazer tudo que deseja. Assim, aos poucos, com a mediação do adulto, ele deve perceber que os seus desejos se limitam às suas forças. Afirma Rousseau a respeito de suas máximas:

²⁰ Iremos retornar ao conceito de autonomia no terceiro capítulo. Lá aspiramos reconstruir o que Rousseau entende por autonomia na infância.

O espírito destas regras é dar às crianças mais verdadeira liberdade e menos domínio, deixar que façam mais por si mesmas e exijam menos dos outros. Assim, acostumando-se cedo a limitar os seus desejos às suas forças, pouco sentirão a privação do que não estiver em seu poder (ROUSSEAU, 2004, p. 58).

Rousseau parte do princípio de que temos de conciliar o valor absoluto da liberdade com o valor das regras corretas. Jamais podemos deixar de ser livres, mas como nascemos para viver em sociedade, não podemos abrir mão das regras. Nesse sentido é que experimentamos a autonomia já na infância, pois a regra válida é aquela que o próprio sujeito vê a necessidade de impor a si mesmo. É evidente que a criança não toma consciência da autonomia como o adulto. Contudo, é importante que ela comece a sentir desde cedo o que ela pode fazer e o que não pode fazer.

Por isso, é preciso inserir a educação na primeira infância dentro de um projeto mais amplo na obra de Rousseau. Nosso autor acredita que a sociedade é responsável pelas mais profundas feridas causadas ao homem. Entretanto, como afirma Cassirer, é só a sociedade que pode curar essas feridas (CASSIRER, 1999, p. 74). A educação natural da criança permitirá que ela cresça firme de caráter e capaz de reformar essa sociedade corrupta. Para Rousseau, basta deixar o homem ser autêntico, autônomo e livre que ele saberá o que fazer pela sua sociedade.

Essas especulações que fazemos, partem do nosso entendimento de que a pedagogia de Rousseau não se distancia do seu projeto político. Para ele, o homem é aquilo que as leis e as instituições políticas fizeram dele. Isso não quer dizer que devemos agir passivamente diante de uma sociedade que apenas contamina a verdadeira natureza humana. O papel do educador em relação à primeira infância é o de deixar o homem desenvolver-se naturalmente para que ele possa livremente transformar a sua sociedade. Como diz Cassirer, “todo o resto deve ser unicamente obra do discípulo, pois no mundo da vontade cada um só é verdadeiramente aquilo que autonomamente fez de si mesmo” (CASSIRER, 1999, p. 118).

Numa tentativa de atualização do pensamento de Rousseau, uma das considerações que deve ser feita, diz respeito a uma leitura muito difundida de que Rousseau pretenderia que sua educação fosse feita no isolamento da natureza. Realmente, no seu tempo, Rousseau considerava o campo o melhor lugar para educar o seu pupilo. Mesmo hoje não podemos ignorar a força de uma educação no campo. Contudo, o próprio Rousseau é muito claro ao salientar que um homem só se constrói plenamente na interação que estabelece com os outros.

Ele é um ser social por excelência. Ao educador, cabe apenas defendê-lo de toda e qualquer interferência arbitrária em seu mundo.

Deste modo constitui-se o projeto de Rousseau para a primeira infância: a criança deve ser criança. Mas ao sentir que não pode satisfazer suas necessidades sozinha, precisará solicitar os cuidados do adulto. Ao adulto, cabe ajudar a criança sem corromper o seu mundo e a interpretar o choro para saber quais são as necessidades reais que precisam ser atendidas. Mais importante ainda, é ser o mediador do processo em que a criança tomará consciência da sua dependência social e da sua autonomia.

2 – WINNICOTT E A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

As teses de Rousseau sobre a infância influenciaram muitos educadores e pesquisadores da infância que vieram depois dele. Um deles, ao que entendemos, é o pediatra e psicanalista inglês Donald Woods Winnicott. Nascido em 1896 em Plymouth na Inglaterra, ele foi o caçula e único filho homem de três filhos. Interessou-se primeiro pela medicina, mas já em 1919 leu *A interpretação dos sonhos* de Freud. Em 1920 especializou-se em pediatria, pois percebeu que são os primeiros anos que fazem com que nos sintamos em casa no mundo, ou que nos quebram.

A sua paixão por crianças e, aos poucos, também pela psicanálise, levaram-no a psiquiatria infantil. Foi a partir da sua clínica que a maioria de suas palestras, artigos e livros surgiram. Mesmo assim ele exerceu a pediatria durante a maior parte da sua vida profissional. Foi a sua paixão pela primeira infância que o fez famoso. Seus estudos sobre essa fase é que lhe deram credibilidade e o ajudaram a chegar, pela primeira vez, ao cargo de presidente da Sociedade Britânica de Psicanálise em 1956. Depois de muito trabalho, clínica, pesquisas e palestras, ele morre em 1971 em Londres²¹.

Winnicott é de uma linhagem diferente, se assim podemos afirmar, da psicanálise. Depois de Freud, certamente foi Lacan quem dominou a cena psicanalítica por muito tempo. Winnicott começou a ser lido e analisado principalmente a partir dos anos 80. Ele foi um excelente conferencista e um belo escritor. Sua linguagem simples alcança a todos, mas nem por isso sua obra carece de consistência e argumentação. Pelo contrário, muitas vezes, a sua simplicidade faz com que o leiam erroneamente e não percebam a magnitude da sua obra. Sobre isto afirma Newman:

²¹ Para maiores informações sobre a biografia de Winnicott, sugerimos a leitura do livro *As idéias de D. W. Winnicott: um guia*, de Alexander Newman, que consta em nossas referências bibliográficas.

Os seus escritos são mais complexos, paradoxais e contraditórios – mais profundos – do que geralmente é percebido ou ensinado àqueles que estudam a sua obra. Ele não era, como outros psicanalistas da escola inglesa, dado a gritos, a dogmas e a cultos esotéricos – “o conhecimento”. Seus comunicados são, para os que querem enxergar, muito mais perturbadores, radicais e iconoclastas – e conhecemos alguns dos ícones que ele deveria ter venerado (NEWMAN, 2003, p. 15).

Embora ele fosse avesso as sistematizações, sua obra é de uma coerência espantosa. A profundidade e a sinceridade com que comunica suas teses é muito interessante. Mas é nisso que consiste a grande diferença dele para os outros de sua escola, pois tratava de temas tão complexos com uma simplicidade surpreendente.

Qualquer um que ler Winnicott perceberá que não há em sua obra um livro que traga o seu pensamento sistematizado e organizado. Pelo contrário, a maioria dos seus livros é a reunião de suas conferências. Ainda assim, podemos perceber que há em sua obra algo que é fundamental para entendermos todas suas teses: a força que o ambiente desempenha no desenvolvimento de um indivíduo. Ele acredita que é necessário um bom ambiente para que um indivíduo se desenvolva sadiamente. Contudo, por ambiente, não podemos entender apenas o que circunda um indivíduo em termos materiais, mas a própria presença ou ausência de outros seres humanos²².

Winnicott sabia que outros já haviam aplicado a psicanálise à infância. Contudo, diferente dos seus colegas e de pesquisadores de outras áreas que estudavam a infância, ele não estudou essa fase pelas crianças, mas pelos adultos de tipo psicótico. Foi assim que ele percebeu que a maior parte das doenças que seus pacientes apresentavam, remontava as experiências que tiveram no início de suas vidas. Isso não significa que ele não estudou as crianças, mas que ele estudou a infância de forma regressiva. Começa pela análise do adulto até chegar ao bebê recém nascido.

A infância, principalmente depois de Rousseau, passou a ser investigada com mais cuidado. Muitos autores entenderam que deveriam estudar a infância como uma fase única e não como uma etapa de limites e deformidades. Winnicott afirma que não podemos ignorar a força da educação que o bebê recebe nos primeiros meses de vida. Mas como ele define a infância? O que caracteriza esse estágio? Como é o bebê? E a mãe, como deve agir? São essas e outras questões que tentaremos responder no transcorrer deste capítulo e vamos persegui-las

²² No caso da infância, veremos mais tarde, que o ambiente faz parte do indivíduo na sua constituição inicial. Ou seja, o bebê não reconhece o ambiente como algo externo ao seu eu.

com o intuito de, posteriormente, estabelecermos alguns confrontos com o conceito rousseauiano de infância.

2.1 Caracterização da primeira infância

A primeira coisa que deve ser dita a respeito da educação na primeira infância, de acordo com Winnicott, é que ela é a mais importante. Ele não chega a limitar essa fase do nascimento até os dois anos de idade como fez Rousseau. Mas poderíamos afirmar que se trata desse período, pois ele sempre fala da primeira infância como a relação da mãe com seu bebê. O modo como o adulto, em especial a mãe, se relaciona com a criança nos primeiros anos de vida é essencial para formação do *self*²³ do indivíduo. Interessante é que Winnicott, do mesmo modo que Rousseau, afirma que a mãe estabelece uma relação essencial e insubstituível com a criança. Desse modo, de nada adianta a experiência ou formação de um educador, pois é a mãe quem sabe agir *naturalmente* com a criança. Sobre isso ele dispõe o seguinte:

A família possui lugar claramente definido naquele ponto em que a criança em desenvolvimento trava contato com as forças que operam na sociedade. O protótipo desta interação é encontrado na relação original entre criança e mãe, relação essa em que, por vias extremamente complexas, o mundo representado pela mãe pode vir a auxiliar ou impedir a tendência inata da criança ao crescimento (WINNICOTT, 2005, p. IX).

Winnicott defende que as experiências vividas pela criança na primeira infância podem ajudar ela a crescer com saúde ou podem torná-la doente. Mas o mais importante que podemos extrair desta citação é a sua tese sobre as tendências inatas. Cada indivíduo traz dentro de si um potencial inato para amadurecer. Contudo, o fato de essa tendência ser inata não garante que ela realmente vá ocorrer. Tudo depende de um ambiente facilitador que forneça cuidados suficientemente bons. Esses cuidados dependem da necessidade de cada

²³ *Self* é um conceito psicanalítico que inclui o eu (ego) e o não-eu. É a totalidade da própria pessoa. Inclui também o corpo com todas as suas partes, a estrutura psíquica com todas as suas partes, o vínculo com os objetos internos e externos e o sujeito como oposto ao mundo dos objetos. Cf. Leon Grinberg e Rebeca Grinberg. *Identidad y Cambio*. Paidós, Buenos Aires, 1980.

criança, pois cada ser humano responde ao ambiente de forma única, apresentando, a cada momento, condições, potencialidades e dificuldades diferentes.

Não podemos falar de infância em Winnicott e ignorar os nove meses que antecedem o nascimento da criança. Isso porque ao nascer a criança e a mãe são um só ser²⁴. De acordo com o nosso autor, durante esse período ocorre uma transformação na mulher. Ela tem tempo suficiente para entender que as coisas vão mudar e reorientar sua vida. A mulher entra num período em que ela acredita que é o bebê e que o bebê é ela. Não só porque ela o carrega dentro de si, mas porque ela ainda não consegue reconhecer aquele ser que está prestes a nascer como algo independente dela.

A primeira infância é um período muito importante também para a constituição dos afetos e emoções do bebê. O modo como ele irá se relacionar com o ambiente e, principalmente, com a mãe, serão fundamentais na constituição dos seus sentimentos. Diferente de outros teóricos da infância, Winnicott acredita que o bebê já experimenta sentimentos como a raiva e o ódio. Diz ele: “O desenvolvimento emocional do primeiro ano de vida lança as fundações mesmas da saúde mental do indivíduo humano” (WINNICOTT, 2005, p. 5). O mundo do bebê não pode ser visto mais só como um mundo harmônico e dócil, mas também já constituído de sofrimento e de conflitos, os quais são fundamentais para o seu amadurecimento. Assim, diferente das concepções tradicionais sobre a primeira infância, que concebiam a criança como um ser harmonioso e angelical, Winnicott entende que há também a presença de conflitos, traumas e sofrimentos.

Neste tópico, traçamos apenas algumas linhas gerais sobre a primeira infância em Winnicott. Fizemos isso apenas para dar ao leitor um panorama da sua análise da infância. Precisamos, agora, tratar com mais minúcia quem é o bebê e quem é a mãe para o nosso autor. Vamos abordar o bebê e a mãe em tópicos distintos mais por uma razão didática. Mas é bom advertir, como poderemos constatar a seguir, que para Winnicott não faz sentido falar do bebê sem a mãe, pois ele não existe sem os cuidados maternos.

²⁴ Sobre essa idéia falaremos com mais detalhes na seqüência do capítulo.

2.2 O bebê como um ser de necessidades físicas

O bebê ao nascer não reconhece a mãe e o mundo como algo externo a ele. Mas ele não pode existir sozinho, pois é parte de um relacionamento que estabelece com a mãe. Logo ao nascer o bebê é a mãe e ela é o bebê. Há, portanto, uma *identidade primária*²⁵ entre os dois. É como se eles fossem uma unidade. O bebê, no início, vive um estágio de dependência absoluta. Se tudo transcorrer naturalmente, o bebê passa a um estágio de dependência relativa até chegar à independência. A mãe participa de todo esse processo, e o modo como ela atender as necessidades da criança será responsável pela constituição do *self* do bebê.

Winnicott parte do princípio de que todos nós nascemos com potencialidades inatas que só irão se desenvolver em condições suficientemente boas. O bebê, diz ele, é uma *organização em marcha*. Entre essas potencialidades inatas está o crescimento do corpo e o desenvolvimento gradual de certas funções. Sobre isso, ele faz uma de suas afirmações mais intrigantes, mas muito importante:

Agora quero deixar um ponto bem claro. É o seguinte. O seu bebê não depende de você para crescer e desenvolver-se. Cada bebê é uma *organização em marcha*. Em cada bebê há uma centelha vital, e seu ímpeto para a vida, para o crescimento e o desenvolvimento é uma parcela do próprio bebê, algo que é inato na criança e que é impelido para a frente de um modo que não temos de compreender [...] Justamente no momento o seu hóspede é frágil e débil de corpo, e necessita de cuidados especiais que promanam do seu amor. Isso não altera o fato de que a tendência para a vida e o desenvolvimento é algo inato no bebê (WINNICOTT, 1982, p. 29).

O bebê ao nascer vive um estágio de dependência absoluta. Mas ele é dependente de uma ambiente que seja capaz de fazer com que suas potencialidades inatas se desenvolvam naturalmente. A sua dependência absoluta diz respeito as suas necessidades físicas e emocionas. Muito embora o bebê traga dentro de si tendências inatas para o seu desenvolvimento, ele não consegue sobreviver sem os cuidados maternos. Ele precisa da mãe para atender as suas necessidades.

Antes de tudo, o bebê é um ser frágil fisicamente. Ele precisa da ajuda de alguém para satisfazer as suas necessidades físicas. Se sentir fome, precisa ser alimentado. Se estiver com

²⁵ Neste capítulo, daqui em diante, toda vez que usarmos uma palavra ou expressão em itálico, com exceção de *self*, será para identificar uma expressão ou conceito elaborado por Winnicott.

dores ou cólicas, precisa receber os cuidados adequados. Se fizer xixi, precisa ser limpo. Talvez precise ser movido ou aquecido. Estas são algumas das muitas necessidades físicas do bebê. A infância é a idade das necessidades e da dependência. Afirma Winnicott que:

É importante reconhecer o fato da dependência. A dependência é real. É tão óbvio que os bebês e as crianças não conseguem se virar por si próprios, que as simples ocorrências de dependência passam facilmente despercebidas. Pode-se afirmar que a história do desenvolvimento infantil é uma história de dependência absoluta, que avança firmemente através de graus decrescentes de dependência, e vai, tateando, em direção à independência (WINNICOTT, 2002, p. 73).

Contudo, não podemos esquecer que ao nascer o bebê vive um estado de dependência absoluta, mas também de integração com a mãe. Isso significa que no início ele não tem consciência de que as suas necessidades são satisfeitas por outra pessoa. O bebê tem uma necessidade e a mãe ou o adulto a satisfaz. Mas ele tende a pensar que foi ele mesmo quem satisfaz sua necessidade, pois não é capaz ainda de reconhecer que existem outros seres e um mundo externos a ele.

Winnicott chama isso de uma experiência de onipotência. O bebê vem ao mundo, e ao sentir suas necessidades, percebe que elas são satisfeitas sem esforço algum. É como se fosse um Deus. Mas isso só ocorre porque no início ele é incapaz de perceber que há outro ser lhe prestando cuidados. Ele não tem controle algum sobre o que se passa com ele. Não existe ainda para o bebê um 'eu' e um 'não-eu'. Desse modo, nesse estágio inicial da primeira infância, não faz sentido pensar no bebê como uma pessoa.

Como vimos, no início, existem as necessidades do corpo. Mas o grande avanço de Winnicott foi ir além dessas necessidades. Diferente de outros pesquisadores da infância, ele vê no bebê necessidades emotivas e afetivas. Ele acredita que já na infância experimentamos sentimentos decisivos para a constituição do nosso *self*. Mas o que e como são essas necessidades? Como elas se manifestam? Esperamos responder estas questões no próximo tópico.

2.2.1 O bebê com um ser de necessidades afetivas e emotivas

Todos os teóricos da infância concordam que a primeira infância é uma fase de necessidades físicas. Mas foi Winnicott quem se debruçou com mais cuidado sobre as necessidades afetivas e emotivas do bebê. Para ele, essas necessidades estão relacionadas com as necessidades físicas. O bebê experimenta sentimentos como a raiva, o ódio, aflição e a angústia. Se ele contar com um apoio satisfatório, poderá transformar esses sentimentos terríveis em experiências positivas.

Além disso, Winnicott parte do princípio de que o recém nascido já traz consigo, do tempo em que estava na barriga de sua mãe, sensações e dados que acumulou quando o seu cérebro passou a estar presente anatomicamente. Por isso ele defende que o nascimento pode se constituir numa experiência traumática para o recém nascido. Como? Podemos observar a diferença entre aquele que foi concebido por parto natural e aquele bebê pós-maturo que é concebido por meio da cesárea²⁶. No caso do parto normal, o bebê, sob o seu ponto de vista, é quem prepara naturalmente o nascimento. Se isso ocorrer normalmente, ele não se sente tão fora de lugar quando do nascimento. Mas no caso das cesáreas de bebês pós-maturos, a experiência é frustrante, pois o nascimento ocorre, por assim dizer, sem o conhecimento do bebê. Quando ele estava preparado para o nascimento, não veio ao mundo. De repente ele nasce sem participar efetivamente do evento. É como se o bebê ao nascer percebesse que alguma coisa deu errado. O interessante do parto normal é o bebê sentir o nascimento como algo natural. Isso não quer dizer que, obrigatoriamente, os pós-maturos nascidos em cesarianas devam apresentar distúrbios psíquicos. Ocorre que, em muitos casos, constataram-se, em bebês pós-maturos nascidos por meio de cesárea, alguns tipos de traumas que precisaram de tratamento.

Em uma passagem de *Os bebês e suas mães*, Winnicott fala das necessidades afetivas e emotivas:

Há um tipo de necessidade muito sutil, que só o contato humano pode satisfazer. Talvez o bebê precise deixar-se envolver pelo ritmo respiratório da mãe, ou mesmo

²⁶ Winnicott apresenta uma análise muito breve sobre as diferenças entre o parto normal e a cesárea de pós-maturos. Ele afirma que não é necessário se deter nessa análise, embora reconheça que há muito que fazer nessa área. Winnicott queria, com isso, ilustrar que não podemos mais aceitar que o bebê só descobre as emoções e os afetos depois do nascimento. Em outros termos, há vida psíquica ainda antes do nascimento.

ouvir e sentir os batimentos cardíacos de um adulto. Talvez seja-lhe necessário sentir o cheiro da mãe ou do pai, ou talvez ele precise ouvir sons que lhe transmitam a vivacidade e a vida que há no meio ambiente, ou cores e movimentos (WINNICOTT, 2002, p. 75-76).

Não é porque o bebê acabou de nascer que ele não possui necessidades afetivas e emotivas. O modo como forem satisfeitas ou não suas necessidades físicas é que vai fazendo-o experimentar afetos e emoções diferentes. Isso significa que, para o nosso autor, as necessidades afetivas e emotivas estão intimamente ligadas com as necessidades físicas. Quando cuidamos das necessidades físicas do bebê, podemos fazê-lo experimentar sentimentos positivos ou negativos.

Ao satisfazer ou não as necessidades físicas do bebê, podemos conduzi-los a experiências traumáticas e dolorosas. Winnicott usou a expressão *ser feito em pedaços* para descrever essas experiências. O bebê experimenta angustias e aflições muito fortes nos primeiros meses de vida. É muito importante que ele não experimente nunca a sensação de *ser feito em pedaços*. Se isso ocorrer, no entanto, é necessário que ele receba os cuidados adequados para transformar esse sentimento doloroso em uma experiência positiva.

O bebê, mais do que qualquer outra coisa, quer uma mãe que tenha prazer em ser mãe. Importa mais o carinho e o afeto no segurar e manipular o bebê do que a própria satisfação das necessidades físicas. Sobre isso afirma Winnicott:

O bebê não quer tanto que lhe dêem a alimentação correta na hora exata como, sobretudo, ser alimentado por alguém que ama alimentar seu próprio bebê. O bebê aceita como coisas naturais a maciez das roupas ou a temperatura correta da água do banho. O que ele não pode dispensar é o prazer da mãe que acompanha o ato de vestir ou de dar banho ao seu próprio banho. Se tudo isso lhe dá prazer, é algo como o raiar do sol para o bebê (WINNICOTT, 1982, p. 28).

Como vimos, Winnicott afirma tudo isso, pois acredita que o desenvolvimento do bebê integra suas potencialidades físicas e psicológicas. Contudo, para o desenvolvimento sadio do bebê, há um ser indispensável: a mãe. É sobre ela que Winnicott dedica boa parte da responsabilidade pelo crescimento sadio do bebê. Mas como é essa mãe? Como ela deve dispensar cuidados ao bebê? Podemos lhe ensinar o que fazer para a boa educação do seu filho?

2.3 A mãe dedicada comum

A educação na primeira infância pensada por Winnicott só pode existir se, em primeiro lugar, o bebê for saudável fisicamente e os pais forem saudáveis psicologicamente. Satisfeitas essas condições, podemos então falar daquela que é responsável por criar para o bebê um ambiente que facilite o desenvolvimento de suas potencialidades inatas: a mãe. Ela, no início, possui uma identificação com o bebê que lhe permite saber quais são as suas necessidades. Isso só ocorre se ela puder se dedicar plenamente aos cuidados do seu filho. Para isso, ela precisa contar com um companheiro, o pai, que lhe ajude a se preocupar apenas com o filho e não com o ambiente a sua volta.

Winnicott, em quase todos os seus escritos, dirige sua fala às mães. Isso ocorre, pois ele entende que ela estabelece com o bebê uma relação que não pode ser substituída. Contudo, não significa que o pai está isento das suas responsabilidades. Primeiro, o pai deve ser capaz de criar um ambiente adequado para que a mãe possa agir com naturalidade. Cabe a ele dar apoio à mãe e ao bebê. Ele deve evitar que a mãe tenha que se preocupar com outras coisas que não o bebê. Em outros termos, ele deve proteger a mãe de qualquer intervenção externa na sua relação natural com o bebê. No início, ele deve ficar de olho em tudo, inclusive na possibilidade da mãe sufocar o bebê com tanta atenção, pois se o bebê precisa de cuidados, a mãe também precisa de cuidados.

Em segundo lugar, o pai deve também prestar cuidados ao bebê. É importante que o bebê sinta o calor do colo do pai. É importante que ele sinta a presença afetiva do pai. Não pode, entretanto, supor que pode ser uma “mãe” melhor do que a sua companheira. Não pode, também, impor sua presença e os seus cuidados à criança. Se ele estiver presente, aos poucos a criança irá solicitar os seus cuidados. O pai não deve se apressar em ajudar o bebê. Ele deve ter paciência e uma percepção aguçada para agir no momento certo. Em uma passagem de *A criança e seu mundo*, Winnicott fala sobre a importância do pai na educação do bebê:

A segunda coisa, como eu disse, é o pai ser necessário para dar à mãe apoio moral, ser um esteio para a sua autoridade, um ser humano que sustenta a lei e a ordem que a mãe implanta na vida da criança. Ele não precisa estar presente todo o tempo para cumprir essa missão, mas tem de aparecer com bastante frequência para que a criança sinta que o pai é um ser vivo e real (WINNICOTT, 1982, p. 129).

O pai é responsável e importante, mas só a mãe sabe agir com a naturalidade que o bebê precisa. A mãe tem nove meses para se preparar para o nascimento do filho. Durante esse período ocorre uma transformação na mulher que é difícil de explicar, mas fácil de observar. Isso ocorre, principalmente, porque ela já foi um bebê e guarda lembranças desse período. Assim como guarda lembranças dos cuidados que recebeu. Essas lembranças podem auxiliar ou não a mãe na sua tarefa.

Durante os nove meses e o período que se sucede ao nascimento a mãe se identifica com o bebê de modo que ela é ele e ele é ela. Aqui surge a primeira tese importante a respeito da educação na primeira infância: a mãe sabe naturalmente como agir, pois, identificada com o bebê, ela sabe quais são suas necessidades. Ninguém sabe melhor das necessidades do bebê do que a mãe. Essa identificação primária com o filho lhe ajuda a saber do que ele precisa e de como irá atendê-lo.

A identificação da mãe com o bebê, neste período, é algo magnífico, pois embora haja essa identificação, ela permanece adulta. Aqui não nos custa retomar o que dissemos antes, pois, se de um lado a mãe permanece adulta e tem consciência de que tem ali outro ser, de outro lado, o bebê não sabe disso. Para o bebê só ele existe. A mãe e o ambiente externo são extensões do seu corpo. E isso é natural, esse primeiro estágio é um estágio de dependência absoluta sem que ele saiba que é dependente.

Desta primeira tese podemos deduzir uma segunda tese muito importante em termos pedagógicos: tudo o que a mãe sabe fazer não se aprende em livros ou com especialistas. A mãe sábia sabe como agir com o seu filho mesmo que ele seja o primeiro. As mães possuem um tipo de conhecimento sobre os filhos que não pode ser ensinado. Elas adquirem esse conhecimento naturalmente. Por que isso acontece? Pode ser pelo fato dela já ter sido um bebê e ter recebido os cuidados maternos. Pode ser também porque brincou toda a infância com bonecas que representavam bebês ou quem sabe acompanhou sua mãe na educação de um de seus irmãos. Não se sabe ao certo. O que importa é que nem o médico, nem o pedagogo ou qualquer outra pessoa está mais bem preparado para lidar com o bebê do que a própria mãe. Winnicott diz que “quando uma mãe é capaz de ser mãe com toda a naturalidade, jamais devemos interferir” (WINNICOTT, 2002, p. 11).

Neste caso, cabe ao especialista, seja ele médico, enfermeira, pedagogo ou psicólogo, reforçar a naturalidade que a mãe tem ao cuidar do seu bebê. O pai também é fundamental nesse estágio, pois ele e todos devem ajudar mãe de modo que ela tenha confiança em si mesma. Todos devem criar as condições materiais e emocionais necessárias para que a mãe

desenvolva seus cuidados com toda a naturalidade. Como dissemos antes, a preocupação da mãe deve ser somente com o bebê e não com as coisas que a cercam. A expressão *mãe dedicada comum* faz sentido, pois, no início, ela deve se dedicar naturalmente e plenamente ao seu bebê.

O que Winnicott faz questão de acentuar é que não podemos fazer a mãe sentir-se sobrecarregada. Ela deve assumir a sua responsabilidade com naturalidade. Ela não pode sentir-se pressionada. Só o fato de ser mãe já é o bastante para ela sentir que tem um peso enorme sobre suas costas. Não precisa de alguém que fique nos seus ouvidos alertando-a de sua responsabilidade e dizendo o que ela deve fazer. Precisa de pessoas que lhe dêem confiança e que a apoiem em sua naturalidade.

Se a mãe não receber o apoio necessário nesse estágio, corre o risco de apresentar dois tipos diferentes de distúrbios. De um lado, pode ser que ela não seja capaz de abandonar seus interesses pessoais para se dedicar ao bebê. De outro lado, pode ser que ela se preocupe tanto com o bebê que não seja capaz de agir naturalmente. No primeiro caso, a mãe abandona o bebê a própria sorte. Já no segundo, a preocupação é tão exagerada que ela sufoca o bebê. A mãe suficientemente boa não se preocupa o tempo todo com seu filho. Assim, é preciso que o pai esteja atento para o caso de algum destes distúrbios se manifestarem e ajudar a companheira a agir naturalmente.

A experiência de uma identificação primária e de total dependência do bebê ocorre até por volta dos quatro meses. Com algumas mães ocorre antes, mas, no caso de uma mãe sadia, dificilmente passa deste período. A partir daí as coisas mudam para a mãe e para o bebê. A mãe já começa a retomar algumas de suas atividades. O filho passa a não ser mais a sua única preocupação. Poderíamos afirmar que a mãe passa desempenhar um novo papel: o de um *ambiente facilitador*.

2.3.1 A mãe como um *ambiente facilitador*

Como já vimos, no início há uma identificação muito forte entre a mãe e o bebê. Essa experiência é também de uma dependência absoluta da parte dele. O detalhe é que o bebê não sabe nada desta dependência, pois acredita que é ele mesmo quem satisfaz suas necessidades. Agora o bebê iniciará a passagem da dependência absoluta a dependência relativa, rumando à

independência. Essa passagem pode ser muito dolorosa se ele não receber o apoio e os cuidados necessários.

Aos poucos, o bebê começa a tomar conhecimento de sua dependência absoluta. Ele percebe que não é ele quem satisfaz suas necessidades. Conseqüentemente ele fará o ambiente saber que ele precisa de ajuda. Aqui começam a surgir vários problemas que, assim como em Rousseau, derivam da tensão entre as necessidades do bebê e os cuidados do adulto. Como a mãe ou os outros adultos que cercam o bebê serão capazes de identificar quais são suas reais necessidades?

Para a mãe a tarefa é um pouco mais tranquila, pois ela sabe como agir naturalmente. Nesse sentido, ela é capaz de se adaptar progressivamente as necessidades variáveis e crescentes do seu filho. O que não quer dizer, contudo, que ela não pode também cometer erros ao dispensar os cuidados. Ser um *ambiente facilitador* não significa fazer tudo o que o bebê quer ou mesmo protegê-lo excessivamente. A tarefa da mãe é ser capaz de identificar os momentos em que o seu filho realmente precisa de cuidados.

A mãe dedicada é capaz de desviar a atenção do seu próprio *self* para o do bebê. Com essa dedicação, ela é capaz de se adaptar as necessidades do filho. Ela serve como um *ego* auxiliar nesse período, facilitando a adaptação do bebê ao mundo. O que Winnicott não se cansa de alertar, é que ninguém sabe dispensar os cuidados ao bebê melhor do que a própria mãe. Desse modo, ninguém pode criar um ambiente saudável para o desenvolvimento do *self* melhor do que a mãe.

Entretanto, o que ganha mais significado nesse período é o auxílio que a mãe deve dar ao bebê na sua passagem da dependência absoluta a dependência relativa. Se no início o bebê não sabe nada de sua dependência, agora por volta dos cinco meses já é capaz de perceber que existe outro ser. Além disso, toma conhecimento de que, na verdade, é esse ser quem lhe dispensa os cuidados necessários.

Talvez o conceito fundamental para entender a mãe como um *ambiente facilitador* seja o de *segurar* o bebê. *Segurar* o bebê naturalmente significa que a mãe lhe transmite a segurança necessária para que ele possa iniciar o processo de autopercepção. É só ao sentir-se seguro nos braços da mãe que o bebê inicia o seu processo de reconhecimento como um ser no mundo. A autoconfiança do bebê passa pela segurança emocional que a mãe lhe proporciona. Facilitar tem a ver aqui com a capacidade da mãe, pai e profissionais para criarem as condições ideais que possibilitam a maturação progressiva da criança. Diz Winnicott que:

No início, porém, é o ato físico de segurar a estrutura física do bebê que vai resultar em circunstâncias satisfatórias ou desfavoráveis em termos psicológicos. Segurar e manipular bem uma criança facilita os processos de maturação, e segurá-la mal significa uma incessante interrupção destes processos, devido às reações do bebê às quebras de adaptação [...] A maioria dos bebês têm a sorte de serem bem segurados na maior parte do tempo. A partir daí, eles adquirem confiança em um mundo amigável, mas, o que é ainda mais importante, por terem sido segurados suficientemente bem, tornam-se capazes de atravessar bem todas as fases de seu desenvolvimento emocional muito rápido. A base da personalidade estará sendo bem assentada se o bebê for segurado de uma forma satisfatória (WINNICOTT, 2002, p. 54).

Winnicott, pensando na formação do *self* do bebê, deposita a responsabilidade no ato de segurá-lo suficientemente bem. Ele chega a afirmar que se trata de uma tarefa especializada que só a mãe pode cumprir. As comunicações mais importantes entre a mãe e o bebê ocorrem no ato de segurá-lo. A mãe não precisa saber o que está se passando com o filho. Entretanto, ela precisa comunicar confiança a ele pelo modo como o segura. Ele não é capaz de registrar nada de palavras, mas apenas os efeitos dessa confiança. Afinal, o bebê descobriu que não é o único ser que existe. Ele precisa sentir-se seguro para que possa continuar se desenvolvendo naturalmente.

Sobre o ato de segurar o bebê devemos falar da amamentação, pois no momento da amamentação também a mãe pode comunicar confiança ou causar traumas ao bebê. Nesse sentido, Winnicott é contundente ao afirmar que jamais devemos amamentar o bebê contra a sua vontade. Há aqueles que imaginam que a amamentação é o único momento através do qual a mãe pode manter contato íntimo com o filho. Para o nosso autor, não é verdade, pois, no simples ato de satisfazer qualquer outra necessidade do bebê, podemos manter esse contato íntimo. Além disso, há na relação entre a mãe e o seu filho coisas muito pequenas, mas que são muito significativas.

Winnicott pensa que não podemos obrigar uma mãe a amamentar o seu bebê. É sofrível ter de presenciar uma mãe empurrando o bebê em direção ao seu seio. Há muitos casos em que o bebê não foi amamentado ao seio e mesmo assim cresceu com uma personalidade forte e sadia. Em outros casos, quando as mães são obrigadas pelos médicos ou especialistas a amamentar o bebê, verificou-se a perda da confiança do bebê em sua mãe. Como já foi dito, se o bebê não descobre na mãe essa confiança para se adaptar ao mundo, as chances de desenvolver uma personalidade frágil e patológica são muito grandes. Isso não significa que Winnicott acredita que a amamentação seja dispensável. O que ele quer sustentar é que não podemos transformar esse momento maravilhoso em uma tortura para a

mãe ou para o bebê. Se um dos dois não está preparado para a amamentação, o melhor é que ela não ocorra. Diz Winnicott a respeito da amamentação que, “enquanto evidência dos cuidados prestados ao bebê, podemos dizer, por exemplo, que o ato de segurá-lo e manipulá-lo é mais importante, em termos vitais, do que a experiência concreta da amamentação (WINNICOTT, 2002, p. 21).

A amamentação, quando ocorre naturalmente, possui sim um valor positivo. Ela não é essencial. Não devemos insistir na amamentação quando a mãe apresenta alguma dificuldade ou mesmo quando o bebê não aceita o seio da mãe. Se, porém, ambos aceitarem a amamentação como algo natural, a riqueza dessa experiência é extraordinária. É claro que muito do que ocorre na amamentação com o seio pode ser vivenciado na amamentação com a mamadeira, como, por exemplo, o fato da mãe e do seu filho olharem-se nos olhos. Mas com a mamadeira perde-se muito, pois o bebê se vê as voltas com um pedaço de borracha sem vida. Para a mãe, também não é diferente, pois para ela é uma experiência maravilhosa saber que está dando ao seu filho uma parte de si.

Contudo, para Winnicott, a amamentação ao seio pode se constituir na primeira experiência de um sentimento muito importante para o ser humano: o amor. No começo, temos apenas um movimento vigoroso de gengiva do bebê. Com o passar do tempo, o bebê passa a morder, arranhar, chutar, puxar os cabelos da mãe e a gritar. Winnicott afirma que nesse estágio é como se o bebê quisesse destruir sua mãe. Tudo irá depender do modo como a mãe irá reagir a isso. Se ela perceber que está sendo destruída e se proteger sem ferir o filho ou mesmo sem qualquer tipo de retaliação, pode estar aí surgindo uma experiência muito valiosa para ela e principalmente para o bebê.

A função da mãe, de acordo com Winnicott, é sobreviver a esses ataques. Se ela sobreviver a essa destruição, a palavra amor ganha significado para o bebê. Afinal de contas, aquele ser que ele atacou e tentou destruir, ao invés de lhe devolver com violência, lhe devolve com carinho, atenção e compreensão. Winnicott afirma que “é como se o bebê pudesse dizer para a sua mãe: ‘Eu a amo por ter sobrevivido à minha tentativa de destruí-la. Em meus *sonhos* e em *minha fantasia* eu a destruo sempre que penso em você, pois a amo.’” (WINNICOTT, 2002, P. 26).

A sobrevivência da mãe faz também com que o bebê perceba que há a possibilidade dos objetos por ele atacado sobreviverem. Nesse sentido, o interessante na amamentação, seja com mamadeira ou com o seio, é que a mãe sobreviva e não se transforme num ser vingativo. Winnicott alerta, contudo, para o cuidado com a mamadeira, pois encontrou muitos casos em

que o bebê teve uma experiência traumatizante ao empurrar a mamadeira e vê-la se quebrar. Nesse caso, é muito importante que a mãe tenha o cuidado para que a madeira, por assim dizer, sobreviva.

Até aqui procuramos apresentar como Winnicott define o bebê e como ele acredita que o pai e principalmente a mãe devem se comportar na educação do seu filho. Primeiro, ele define o bebê como uma *organização em marcha* que possui potencialidades inatas e é um ser de necessidades físicas e afetivas. Depois, Winnicott sustenta que a mãe sabe cuidar naturalmente do seu bebê. Esse saber natural se constitui num *ambiente facilitador* para o desenvolvimento sadio do *self* do bebê. No entanto, esse processo de desenvolvimento do *self* do bebê não implica apenas em reconhecer a mãe como um ser independente, mas também em tomar conhecimento do mundo que o cerca.

2.4 A constituição social do *self*

Como foi dito antes, no início o bebê não reconhece nenhuma existência a não ser a sua. Aos poucos ele se dá conta que depende de outro ser para satisfazer suas necessidades. Com isso, o bebê toma conhecimento de que não é o único que existe. Contudo, ela ainda não tomou conhecimento de que existem outros seres e um mundo a sua volta. Winnicott divide o desenvolvimento do bebê em três estágios: Num primeiro momento, o bebê é uma unidade fechada em si mesma. Depois, o bebê por conta própria surpreende o mundo. Por fim, é o mundo quem surpreende o bebê.

No início há uma integração da mãe com o bebê que só ela tem consciência. A constituição do *self* do bebê depende da consciência desta integração e de uma educação que siga a natureza. Winnicott afirma que “quanto mais se deixar a natureza agir livremente, tanto melhor para a mulher e para o bebê” (WINNICOTT, 2002, p. 66). Há uma integração entre o ego materno e ego do bebê. Aos poucos é necessário que ele tome consciência de que possui uma identidade. Isso só será possível se mãe for capaz de agir naturalmente.

Desde o início procuramos destacar que Winnicott não pretende dizer às mães o que devem fazer. Pelo contrário, ele faz uma defesa entusiasmada do modo de agir natural das mães. Mas o que significa esse agir natural para Winnicott? Poderíamos dizer que agir naturalmente significa não se apressar em agir e proporcionar segurança ao bebê. A mãe que

sabe agir com naturalidade é capaz de identificar a hora em que deve prestar os cuidados necessários ao seu filho. Muitas vezes ela não precisa fazer nada, pois apenas a sua presença é capaz de garantir que o bebê sintá-se seguro.

A mãe possui um tipo de conhecimento intuitivo que é natural. Por isso os especialistas não devem dizer à mãe o que ela deve fazer. Se Rousseau pensava que devemos ter o cuidado para não corromper o mundo da criança, em Winnicott poderíamos afirmar que não devemos corromper o mundo da mãe. Em outras palavras, devemos cuidar para que os especialistas não tentem ensinar à mãe aquilo que não pode ser adquirido pela aprendizagem. O conhecimento da mãe não pode ser ensinado e, portanto, não pode ser adquirido. Ele é natural e brota de um conglomerado de experiências que a mãe tem desde os tempos em que era bebê.

O primeiro estágio descrito por Winnicott é aquele em que o bebê ainda está fechado em si mesmo. Para ele, só a sua existência é real. Ele não tem conhecimento de nada. Nesse estágio, predomina a integração ou identificação entre a mãe e o bebê. Contudo, essa integração, ou *identidade primária*, entre o ego materno e o ego do bebê, precisa ser rompida. Essa ruptura precisa ser preparada com cuidado pela mãe, pois jamais ela pode ser precipitada. Ou seja, é preciso que a mãe facilite o ambiente para que essa ruptura se dê gradualmente e o desenvolvimento do *self* do bebê não seja prejudicado. Essa ruptura é dividida nos dois estágios seguintes: no primeiro, o bebê surpreende o mundo e, no segundo, o mundo é que surpreende o bebê.

O segundo estágio, aquele do movimento do bebê de surpreender o mundo, caracteriza-se pela preparação do bebê para o terceiro estágio. A mãe, enquanto *ambiente facilitador*, deve criar as condições para que o bebê esteja preparado para ser surpreendido pelo mundo. Ele precisa contar com uma estrutura emocional e afetiva consistente para suportar as experiências que estão por vir. Nesse sentido, a importância de uma mãe que lhe transmita confiança e segurança é fundamental.

Além disso, ainda no segundo estágio, ao mover seus membros, o bebê transpõe o meio ambiente. Poderíamos dizer que com esse movimento o meio ambiente toma conhecimento da existência do bebê. Se ele contar com uma mãe dedicada, é possível que ele comece a tomar conhecimento da existência da mãe. Pode acontecer também dele reconhecer a existência de um mundo que está para além dele e de sua mãe. Mas isso não é comum. De acordo com Winnicott, é mais provável que isso ocorra no terceiro estágio.

O terceiro estágio, onde o mundo surpreende o bebê, consiste no mundo, por assim dizer, se apresentar ao bebê. Aos poucos o bebê experimenta as surpresas que o mundo o apresenta. Se a mãe, por exemplo, está segurando o bebê e tem um sobressalto, por qualquer razão, o mundo surpreende o bebê. Se ele não for preparado para isso, as frustrações serão grandes. Se as frustrações forem grandes, o desenvolvimento sadio e natural do seu *self* estará prejudicado. É importante alertarmos, embora seja uma obviedade, que tudo no mundo é novo para o bebê. Se ele não receber os cuidados adequados, tudo o que o mundo apresentar para ele lhe causará pavor e pânico.

Primeiro, o bebê não sabe que o ambiente é mantido pela mãe. Depois, ele percebe a existência da mãe. Agora, a mãe que age naturalmente presta os cuidados necessários para que o bebê sintasse em casa no mundo. A mãe suficientemente boa é aquela que é capaz de garantir que o seu filho só descubra o mundo quando estiver preparado. Assim, quando os cuidados maternos são administrados naturalmente, a mãe assenta as bases para que o filho possa aceitar o mundo com tranquilidade.

Entretanto, o bebê também precisa ser *malsucedido* em sua adaptação. Ele deve experimentar a frustração sem deixar de receber o apoio da mãe. O que Winnicott quer acentuar com isso, é que a primeira infância é constituída também de sentimentos de frustração, raiva e ódio. Não podemos conceber a infância como um estágio onde o bebê deve experimentar só o sentimento de onipotência. Pelo contrário, ele deve experimentar também os sofrimentos e as tensões típicas de quem está se adaptando ao mundo. Sobre a experiência de ser *malsucedido* Winnicott afirma:

Para uma criança, seria muito aborrecido continuar vivenciando uma situação de onipotência quando ela já dispõe dos mecanismos que lhe permitem conviver com as frustrações e as dificuldades de seu meio ambiente. Viver um sentimento de raiva que não se transforma em desespero, pode trazer muita satisfação. Qualquer dos pais aqui presentes saberá o que quero dizer quando afirmo que, por mais que vocês tenham submetido o seu bebê às terríveis frustrações, jamais deixaram de apoiá-lo – isto é, o apoio dado pelo seu ego ao ego do bebê foi digno de confiança (WINNICOTT, 2002, p. 6).

O que não podemos confundir é a idéia do bebê ser *malsucedido* em sua adaptação com os sofrimentos causados pelo abandono ou com os cuidados prestados de forma insuficiente. A idéia de ser *malsucedido* implica no apoio que a mãe dará para ele entender e assimilar os sentimentos gerados por essa experiência. Outra coisa, contudo, é ele

experimentar uma maternagem insuficiente. No primeiro caso, a experiência desses sentimentos é saudável para o desenvolvimento natural do bebê. No segundo caso, a experiência pode causar grandes traumas psíquicos no bebê.

O mundo do bebê não é composto apenas de sentimentos e emoções positivas. Precisamos reconhecer que alguns sentimentos negativos são necessários para o bebê atingir a maturidade. O desenvolvimento do *self* do bebê implica também nessas experiências malsucedidas. A tarefa da mãe é apoiar o bebê sem protegê-lo excessivamente. É somente por meio de tais experiências que ele cresce, se desenvolve e amadurece.

Quando afirmamos que o *self* do bebê é constituído socialmente, queremos destacar a importância que a mãe, o pai e o ambiente por eles sustentado têm para o desenvolvimento sadio da identidade do bebê. Se o bebê não tiver os pais para ajudá-lo na sua adaptação no mundo, não será capaz de desenvolver uma identidade forte que o ajude a compreender e a enfrentar o que irá encontrar. Poderíamos dizer que Winnicott acredita que a socialização é condição essencial para a maturação sadia do bebê. O papel dos pais, em especial da mãe, é criar as condições adequadas para essa socialização. No entanto, é bom ressaltar que cuidar do bebê significa facilitar essa sua socialização e não protegê-lo excessivamente.

Como descrevemos até aqui, o bebê inicia num estágio de dependência absoluta onde seu ego é sustentado pelo ego materno. Depois ele passa por uma dependência relativa, onde é capaz de perceber que existe um ser que se dedica a satisfazer as suas necessidades. Ainda nesse estágio é capaz de perceber que existe um mundo a sua volta, o qual ele surpreende e é por ele surpreendido. Contudo, Winnicott acredita que o bebê precisa passar por estes estágios para chegar ao estágio final: o estágio da independência enquanto autonomia.

2.5 A independência como descoberta da autonomia

A autonomia é o resultado de uma educação suficientemente boa na primeira infância. O que faremos no início deste tópico é uma reconstrução do que vimos até aqui. Poderá parecer repetitivo essa nossa argumentação. Entretanto, julgamos necessária essa reconstrução para que possamos entender como Winnicott chega a esse estágio de independência como conquista da autonomia.

Como foi dito no início, ao nascer, o bebê, que é um ser constituído de necessidades físicas e emocionais, não conhece nada além da sua existência. Não sabe inclusive da sua dependência absoluta. Desse modo, nesse período, ocorre uma integração ou identidade primária entre a mãe e o bebê que o faz sentir-se onipotente. O bebê tem uma necessidade. Essa necessidade é satisfeita pela mãe. Mas o bebê, que desconhece a existência de qualquer outro ser além dele mesmo, imagina que foi ele quem satisfaz essa necessidade. De acordo com Winnicott, esse é o sentimento inicial de onipotência do bebê.

Aos poucos, porém, o bebê começa a perceber que não é ele quem satisfaz as suas necessidades. É nesse momento que ocorre a ruptura com o sentimento de onipotência, pois ele percebe que é dependente de outro ser. Esse período é chamado de dependência relativa, e caracteriza-se exatamente pelo fato do bebê tomar consciência da sua dependência e de fazer o ambiente saber que necessita de atenção. Em geral, o modo encontrado pelo bebê para fazer o ambiente saber que precisa de ajuda é o choro.

Todo esse processo deve ocorrer naturalmente. Para ele ocorrer naturalmente é necessário que o bebê tenha a sua disposição uma mãe suficientemente boa. A mãe deve funcionar como um ambiente facilitador para o desenvolvimento sadio da personalidade do bebê. Em outros termos, ela precisa cuidar do bebê e fornecer o seu ego como ego auxiliar do ego do bebê. O que aqui Winnicott acentua é que a mãe sabe naturalmente como cuidar do seu filho. Ou seja, ela não precisa de ninguém lhe dizendo o que e como deve educar o seu filho.

A mãe suficientemente boa age naturalmente. Ela não se precipita e nem sufoca o seu filho com cuidados que talvez nem precise. Ela é atenciosa e não super protetora. Quando ela age naturalmente é capaz de identificar os momentos em que o bebê realmente precisa dos seus cuidados. Ela jamais deve se apressar em proteger o seu filho. Em muitos casos, somente sua presença já é suficiente para o bebê sentir-se seguro e confiante na sua adaptação no mundo.

Para que a mãe possa desempenhar a sua função, o papel do pai é fundamental. Se a tarefa da mãe é se dedicar aos cuidados do bebê, a tarefa do pai, em primeiro lugar, é cuidar da sua companheira. O pai deve criar as condições para que a mãe possa dedicar-se exclusivamente ao seu bebê. Ela não deve se preocupar com o que ocorre a sua volta. Além disso, o pai deve proteger a mãe de toda e qualquer tentativa de interferência no seu modo de agir natural. O pai suficientemente bom é capaz de dar segurança e confiança para que a mãe sintam-se confiante no seu agir natural.

Contudo, o bebê não irá permanecer para sempre nesse estágio de dependência relativa. Se ele contar com uma mãe suficientemente boa, que seja capaz de lhe transmitir confiança e segurança, aos poucos ele começa a experimentar um sentimento de identidade pessoal. A forma inicial de preparar o bebê para as surpresas do mundo é protegê-lo da invasão excessiva do mundo adulto. Se as condições forem satisfeitas, o bebê será capaz de reconhecer sua existência sem traumas.

A mãe deve ser capaz de revelar gradualmente o mundo ao bebê. Ela deve evitar que ele se choque com o mundo antes de estar preparado para conhecê-lo. Nisso consiste o que Winnicott chamou de movimento do bebê de surpreender o mundo. Ou seja, o bebê precisa de uma preparação para a descoberta do mundo. Descoberta essa que ocorre quando o mundo surpreende o bebê. Ou seja, primeiro o bebê se apresenta ao mundo e é preparado para sua descoberta do mundo. Depois, o mundo se apresenta ao bebê. Se a mãe o preparou satisfatoriamente, ele será capaz de enfrentar mesmo as experiências malsucedidas em sua adaptação no mundo.

Nesse sentido, estando o bebê preparado, ele deve ser o autor exclusivo da ruptura da identidade primária que estabelece no início com a sua mãe. Sobre essa ruptura afirma Winnicott:

Dizemos que o apoio do ego materno facilita a organização do ego do bebê. Com o tempo, o bebê torna-se capaz de afirmar sua própria individualidade, e até mesmo de experimentar um sentimento de identidade pessoal. Tudo parece muito simples quando vai bem, e a base de tudo isso encontra-se nos primórdios do relacionamento, quando a mãe e o bebê estão em harmonia (WINNICOTT, 2002, p. 9).

Quando ocorre essa ruptura e o bebê é capaz de dizer *eu sou*, o bebê chega ao estágio chamado por Winnicott de independência. Fizemos toda essa reconstrução, pois nosso autor acredita que, mesmo o bebê sendo dotado de uma tendência inata para a independência, ele só chega a esse estágio se contar com uma mãe que lhe proporcione um ambiente favorável para o seu desenvolvimento natural. Ou seja, ele só chega à independência se encontrar as condições ambientais adequadas que só a mãe pode prover.

A independência é o estágio onde o bebê encontra maneiras de ir em frente mesmo sem uma ajuda concreta. O bebê, por meio da acumulação das memórias dos cuidados que recebeu da mãe e do pai, é capaz de se virar no mundo real. Contudo, essa independência

jamais é absoluta, e é nessa idéia que Winnicott assenta as bases da formação de um indivíduo autônomo e capaz de reconhecer sua dependência social.

Por volta de um ano, a criança já pode experimentar a independência e ser capaz de satisfazer suas necessidades sem a ajuda de alguém. Winnicott sabe que essa independência na infância nada tem haver com a independência adulta. O que ele quer destacar é que nesse período o bebê já não depende da mãe para tudo. Ele sente-se capaz de cuidar de si mesmo. Contudo, aos poucos ele percebe que essa independência é mais no sentido de ter uma identidade constituída, pois ele constata que ainda precisa dos cuidados da mãe. Não são os mesmos cuidados do início da sua vida, mas mesmo assim são necessários. A criança que conhece a independência é capaz de sobreviver sem a ajuda de ninguém. Contudo, as probabilidades dela desenvolver um *self* sadio são pouquíssimas. Por outro lado, a criança que conhece a independência, mas é capaz de reconhecer que essa independência não é absoluta, tem grandes chances de atingir o que chamamos de autonomia.

No que consiste a autonomia para Winnicott? O sujeito autônomo é independente no momento que é capaz de ter uma idéia viva de que existe e também da existência da mãe e de tudo o que o cerca. Em segundo lugar, ele é capaz de satisfazer algumas das suas necessidades. O detalhe é que o indivíduo saudável não é capaz de viver isolado. Se em Rousseau a razão pela qual o indivíduo reconhece que não pode viver sozinho é a satisfação das necessidades físicas, em Winnicott ele precisa dos outros indivíduos para satisfazer suas necessidades físicas e afetivas.

A independência experimentada pela criança, ou mesmo por um adulto, é relativa. O indivíduo sadio não se torna isolado, mas se relaciona com o ambiente de tal modo que pode se dizer que ambos se tornam interdependentes. O desenvolvimento sadio e gradual do bebê faz com que num momento ele sinta-se independente e em outro dependente. Podemos afirmar que o indivíduo se desenvolve buscando sempre a independência, mas sem nunca alcançá-la em absoluto. Winnicott diz que “independência significa autonomia; a pessoa torna-se viável como pessoa e também fisicamente (uma unidade independente)” (WINNICOTT, 2002, p. 80).

Com a ajuda da mãe, o bebê passa a confiar no meio ambiente. Desse modo, bebê e meio ambiente tornam-se interdependentes. Isso ocorre, pois Winnicott acredita que a independência absoluta não existe. Se existisse seria uma doença. A maturidade reside na interdependência, que só é alcançada quando o bebê é capaz de tomar conhecimento de que possui um ego e quando ele percebe que mesmo independente, ainda é dependente. Um

indivíduo saudável é aquele que é capaz de autonomamente reconhecer sua dependência do ambiente e de outras pessoas. Diz Winnicott que:

No caso da maior parte dos bebês, o fato de serem desejados e amados pelas mães, pais e demais membros da família fornece-lhes o contexto no qual cada criança tem a oportunidade de se tornar um indivíduo, não apenas realizando seu destino seguindo a trajetória do legado hereditário (na medida em que a realidade exterior o permita), mas também feliz por ser capaz de identificar-se com as outras pessoas, animais e coisas do meio ambiente, bem como com a sociedade e sua perpétua auto-organização. Em geral, estas coisas são possíveis principalmente porque a dependência, que é absoluta a princípio, mas caminha gradualmente para independência, foi aceita como fato e preenchida por seres humanos que se adaptaram às necessidades do indivíduo em desenvolvimento, sem ressentimentos e em função de um sentimento natural (WINNICOTT, 2002, p. 77-78).

Procuramos destacar, durante todo este capítulo, a importância que o ambiente tem para o desenvolvimento do bebê. Winnicott acredita que precisamos aprender a lidar com as nossas limitações. Devemos entender que precisamos dos outros e do meio ambiente para sobreviver. O indivíduo sadio é aquele que é capaz de reconhecer que até sobreviveria sozinho, mas não teria uma vida psíquica saudável. Uma sociedade saudável é aquela em que os cidadãos são capazes de reconhecer sua interdependência entre si e com o mundo. Desse modo, as bases para uma sociedade saudável psiquicamente devem ser assentadas ainda na primeira infância.

A experiência da interdependência é uma conquista para o bebê e para a mãe que o auxiliou nessa descoberta. Mas a interdependência é preparada por outra experiência fundamental para Winnicott. Ele chamou essas experiências de *objetos e fenômenos transicionais*. Tentaremos, no próximo tópico, analisar esse conceito e, principalmente, fazer uma distinção que, sem qual, pode-se gerar muitas confusões a respeito destes objetos e fenômenos.

2.5.1 *Objetos e fenômenos transicionais*

Para muitos especialistas de Winnicott, o conceito de *objeto transicional* é a sua contribuição mais original. Resumidamente, poderíamos afirmar que se trata daquele objeto,

que pode ser um cobertor, um bichinho de pelúcia e até mesmo o seio da mãe, com o qual o bebê estabelece uma relação de confiança muito especial. Essa experiência prepara o bebê para o desmame e para ruptura que ele deve fazer da identidade primária estabelecida com a mãe.

Quando se fala dessa experiência é importante fazer uma distinção que Winnicott fazia questão de destacar. A importância dessa experiência não está no objeto, mas no uso que o bebê ou a criança faz dele. Ou seja, não podemos buscar no objeto o valor que a criança lhe atribui, mas no uso e na relação que ela estabelece com ele. Fazer essa distinção é muito importante, pois, se a experiência com o objeto se desenvolver naturalmente, o bebê estará preparado para fazer a ruptura e pôr-se em busca da independência.

Outra distinção que precisa ser feita é entre o que Winnicott define como objeto, espaço e fenômeno transicional. O objeto é o cobertor, o bicho de pelúcia, o seio da mãe ou qualquer outro objeto que Winnicott chama de “primeira posse não-eu” do bebê. A relação entre o bebê e o objeto transicional é o que ele denomina de fenômenos transicionais. O espaço onde ocorre essa relação é denominado espaço transicional.

No início o bebê tem a ilusão de que é independente e que satisfaz as suas necessidades. Contudo, com o passar dos meses ele percebe que esse sentimento de onipotência não é real. A primeira decepção ocorre quando ele percebe que o seio da mãe não faz parte dele e que a existência do seio também não depende dele. Assim, ele procura algo que possa substituir a perda do seio materno. Winnicott diz que o bebê procura algo para manter-se iludido. É como se o bebê criasse um objeto que simbolizasse a mãe e, ao mesmo tempo, pudesse manter o seu sentimento de onipotência.

É muito comum esse objeto se tornar de vital importância para o bebê. Ele assume, por assim dizer, direitos sobre o objeto que nós concordamos, pois não o atacamos. Além disso, qualquer mudança relacionada ao objeto deve ser exclusividade do bebê. Por isso verificamos que muitas mães levam esses objetos para viagem e, às vezes, os mantêm sujos e malcheirosos. O que importa, e isso a mãe natural sabe muito bem, é preservar esse objeto até o bebê se desfazer dele.

Os fenômenos transicionais são muito interessantes, pois o bebê revela amor e, por vezes, ódio pelo objeto. Acaricia, mostra afeto e amor pelo objeto. Mostra ódio também. Mutila o objeto e depois o toma para si como se o objeto tivesse sobrevivido. É muito interessante ver como o bebê toma posse desse objeto e mantém com ele um relacionamento

muito significativo. Winnicott destaca inclusive o balbuciar e a agitação do bebê quando o está com o objeto em suas mãos.

O bebê procura um objeto que possa substituir o seio da mãe. Nesse sentido, esse objeto deve lhe proporcionar calor e algum tipo de vitalidade, pois o bebê procura no objeto algo que seja real, mesmo que isso seja uma ilusão da sua parte. Contudo, é importante destacar que não se trata de uma alucinação do bebê. Afinal, como afirmamos antes, ele precisa se sentir seguro em sua adaptação no mundo. O objeto, nesse estágio, é o que proporciona segurança e confiança para continuar crescendo.

Os pais devem reconhecer a importância desse objeto e jamais modificá-lo, pois poderão destruir o valor e o significado que o objeto tem para o bebê. Se contar com pais suficientemente bons, esses fenômenos transicionais representarão a passagem do estado de identidade primária do bebê com a mãe para o estágio em que ele reconhece a mãe como algo externo e separado. É desse modo que o objeto tem uma importância muito grande para o bebê, pois o ajuda a encaminhar-se para dependência relativa e a pôr-se em busca da independência.

3 – ROUSSEAU E WINNICOTT: AFINIDADES, DIFERENÇAS E COMPLEMENTARIEDADES

Neste terceiro capítulo, pretendemos fazer uma aproximação entre Rousseau e Winnicott. Tentaremos analisar esses autores a partir de alguns conceitos fundamentais para ambos. Desta análise, vamos apontar quais são as afinidades e as diferenças do que pensam sobre a educação na primeira infância e no que esses autores se complementam. Por fim, tentaremos concluir quais são algumas das implicações pedagógicas das teses desses autores.

O principal ponto que queremos analisar no terceiro capítulo diz respeito ao conceito de natureza. Rousseau, durante toda sua obra, enfatiza que a educação deve seguir a natureza. Mas o que entende Rousseau por natural? O que significa uma educação que deve respeitar a natureza? Em acordo com essas questões, queremos tratar do conceito de disposição natural e de necessidades na infância. O que significa para Rousseau afirmar que a criança é dotada de disposições naturais? Além disso, o que Rousseau entende por necessidades reais e necessidades da fantasia?

Para Winnicott, o conceito de natureza também é essencial, pois afirma muitas vezes que devemos deixar a mãe agir naturalmente. Ele faz essa afirmação, pois entende que a mãe adquire naturalmente o conhecimento que precisa para cuidar do seu bebê. Mas o que é esse agir natural para Winnicott? Como pode a mãe adquirir naturalmente esse conhecimento? E o que Winnicott entende por potencialidades inatas e necessidades da infância?

Outro conceito que precisamos tratar com mais cuidado e atenção nesse capítulo é o de autonomia. Tanto Rousseau quanto Winnicott entendem que uma educação na primeira infância deve visar à autonomia. Mas o que ambos entendem por autonomia na infância? É possível falarmos de um conceito tão complexo já na infância? A criança é capaz de entender o que é autonomia?

Na parte final do capítulo, pretendemos tratar das implicações pedagógicas que possam ser inferidas das teses de Rousseau e Winnicott. Pretendemos verificar como pode o adulto dispensar os cuidados sem corromper o mundo da criança e sem se eximir da sua responsabilidade de conduzir o processo formativo. Nesse sentido, é nosso objetivo averiguar no que esses autores podem contribuir para educação contemporânea.

3.1 – O conceito de *natureza* em Rousseau e o de *agir natural* em Winnicott

Na obra de Rousseau e Winnicott a idéia de um agir natural está presente de maneira marcante e tem um significado muito importante para a concepção de educação de ambos. No caso de Rousseau, embora ele nos advirta que o *Emílio* não é um manual de educação e sim um livro que tenta discutir questões de educação, é possível percebermos um projeto que se desenvolve a partir da defesa que ele faz de uma educação natural. Já no caso de Winnicott, sua obra não é sistemática e não se trata de uma teoria da educação como é o caso de Rousseau. Contudo, Winnicott também defende em suas teses sobre a educação na primeira infância a idéia de um agir natural.

O conceito *natureza* em Rousseau e *agir natural* em Winnicott pode nos levar a interpretações das mais diversas. Contudo, o que pode ser dito previamente é que tanto para Rousseau como para Winnicott, quando se fala de uma educação natural, os autores não querem defender um agir espontâneo por parte da mãe ou mesmo do educador. Em ambos os casos, trata-se mais de uma educação que respeita o desenvolvimento natural das crianças.

No caso de Rousseau, não podemos identificar suas teses de uma educação natural como a tentativa de transformar o homem num selvagem. Rousseau não pretende que apenas abandonemos a criança a sua própria sorte no campo. Contudo, é evidente que não podemos negar que Rousseau acredita mesmo que o campo seja o melhor lugar para educar as crianças. O que não podemos é reduzir a análise de suas teses sobre a educação natural a esse nível. Sobre o campo afirma Rousseau:

As cidades são o abismo da espécie humana. Ao cabo de algumas gerações, as raças morrem ou degeneram. É preciso renová-las e é sempre o campo que traz essa renovação. Enviai pois vossos filhos para que se renovem, por assim dizer, a si

mesmos e retomem nos campos o vigor que se perde no ar insalubre dos lugares povoados demais (ROUSSEAU, 2004, p. 43).

Nesta passagem fica clara a preferência de Rousseau pelo campo. Mesmo em nossos dias, não podemos ignorar o bem que o campo faz para educação de uma criança. A cidade, sem dúvida, é um lugar difícil de educar nossos filhos, pois, por questões de segurança, eles sequer conhecem o bairro onde moram. O limite para as nossas crianças são as grades de nossas casas ou apartamentos. Não é a toa que, quando estamos cansados do ar e das coisas da cidade, procuramos o campo para nos renovar. Contudo, sabemos que a proposta de Rousseau não é viável em nossa realidade. O que talvez possa ser feito é criarmos as condições para que as crianças conheçam a natureza que as cercam e se confrontem com ela. A criança não pode escapar à sociedade, mas pode recriá-la para assim recriar-se. Cassirer diz que:

O plano educacional do *Emílio* pretende impedir essa decadência espiritual e moral. Ele coloca o discípulo fora da sociedade com o intuito de evitar que seja contaminado por ela – e de fazê-lo encontrar e percorrer o próprio caminho. Mas de modo algum esta particularidade, este despertar para a autonomia do julgar e do querer, contém a vontade de isolar-se como exigência definitiva (CASSIRER, 1999, p. 117).

Assim, a *natureza* para Rousseau, num primeiro sentido, significa o contato da criança com o campo, com os animais e com as plantas. Quando ele a defende enquanto fauna e flora, quer destacar a importância do confronto da criança com essa realidade. Parafraseando Rousseau, poderíamos dizer que a *natureza* é nossa mãe e nosso guia. O contato com ela é essencial, pois permite que a criança conheça os seus limites. É também no confronto com a fauna e a flora que a criança entende a sua condição.

Mas no que consiste mesmo uma educação natural na primeira infância em Rousseau? Parece que o que Rousseau entende por *natureza* tem também a ver com a capacidade humana de buscar em si mesmo sua identidade a partir do confronto com a natureza e com os outros. Ele não quer transformar o homem num selvagem, mas evitar que ele seja arrastado pelas paixões e opiniões dos homens. Ele não quer o homem vivendo isolado, mas que o homem seja capaz de ser senhor de si mesmo no convívio social. Sobre isto afirma Rousseau:

Mas considerai primeiro que, querendo formar o homem da natureza, não se trata por isso de fazer dele um selvagem e de relegá-lo ao fundo dos bosques, mas, envolvido no turbilhão social, basta que ele não se deixe arrastar nem pelas paixões nem pelas opiniões dos homens; veja ele pelos seus olhos, sinta pelo seu coração; não o governe nenhuma autoridade, exceto a de sua própria razão (ROUSSEAU, 2004, p. 356).

Uma educação na primeira infância que privilegie a *natureza* deve ajudar a criança à desde cedo ser capaz de comandar a si mesma. Nesse sentido, o papel do adulto é proteger a criança dos desejos artificiais e da comparação com os adultos. É isso que chamamos de respeitar o mundo da criança. Não podemos interferir no desenvolvimento natural da criança contaminando o seu mundo com as nossas idéias e desejos. Devemos permitir que a criança desenvolva-se com autenticidade e consiga ser ela mesma no convívio social. Ela precisa, portanto, estar preparada para viver de forma autêntica e autônoma na artificialidade que é o mundo social.

Para Rousseau, natureza seria o estado original, primitivo, de felicidade e de harmonia, em que o homem se basta a si mesmo. Nesse sentido, a educação deve aproximar o homem o máximo possível deste estado original. Se o adulto conseguir isso, então as disposições naturais da criança irão se desenvolver livremente. *Natureza* e liberdade estão intimamente ligadas no projeto de educação natural de Rousseau, pois as disposições que a criança traz dentro de si só podem se desenvolver se o adulto respeitar a liberdade da criança.

Outra característica que este conceito assume em Rousseau diz respeito à identificação entre o conceito de *natureza* e razão. Isto é muito importante, pois não podemos então afirmar que natureza tem a ver com instinto em Rousseau. Deixar a natureza fazer a sua parte não significa que devemos deixar a criança agir instintivamente. A pergunta que poderia ser feita para elucidar o que estamos tentando dizer é a seguinte: o que é natureza humana? Para Rousseau a natureza humana é racional. Se a natureza humana é racional, então podemos dizer que ele sustenta uma educação natural no sentido da criança desenvolver gradualmente a capacidade racional de ser senhora de si mesma.

A educação natural em Rousseau significa, portanto, o confronto da criança com a natureza que a cerca e também essa capacidade racional da criança de ser senhora de si mesma. De um lado, a natureza é importante para que a criança reconheça sua condição de um ser limitado e que carece da ajuda dos outros e, portanto, que é social. De outro lado, ela desenvolve a sua natureza interna que é racional. Nesse sentido, se ela receber os cuidados adequados do adulto, poderá crescer como um ser autônomo e autêntico. Desse modo, a

educação na primeira infância precisa admitir essas duas dimensões para que a criança tenha a capacidade de, quando adulta, reformar a sociedade em que vive.

Winnicott, como já dissemos, não é um autor sistemático. Sua obra, aparentemente, carece de um fio condutor pelo qual possamos nos guiar. Entretanto, em seus textos tratando da relação entre a mãe e o bebê, ele sempre afirma que a mãe sabe como agir naturalmente com o seu filho. Se contássemos quantas vezes aparece em sua obra a expressão *agir natural*, poderíamos perceber que ela aparece mais vezes do que alguns dos conceitos mais pesquisados de Winnicott. Aliás, é curioso como um conceito tão importante em sua obra é tão pouco investigado. Não encontramos em seus comentadores alguém que se dedicasse a entender com o mínimo de clareza esse conceito. No entanto, isso não significa que a partir de sua obra não possamos entender, minimamente, o que ele quer sustentar ao dizer que só a mãe sabe agir naturalmente com o seu filho.

Em primeiro lugar, esse *agir natural* tem a ver com as experiências que a mãe traz consigo desde a infância. Essa mãe já foi um bebê e recebeu os cuidados maternos. Em algum momento, ela também brincou com bonecas como se cuidasse de um bebê. Em outros, talvez tenha ajudado a cuidar e a criar seus irmãos. Na verdade, faz parte da cultura humana preparar a mulher desde cedo para ser mãe. O que Winnicott procura destacar é que não é o homem quem traz consigo as experiências que podem ajudar na criação de um bebê. A mulher sadia é quem está sempre preparada para exercer a maternidade.

O *agir natural* da mãe é um saber especializado, diz Winnicott. Só que esse saber não é adquirido. Esse saber pode brotar das lembranças que a mãe traz consigo, mas também pode surgir naturalmente. Uma mãe sadia sabe cuidar do seu bebê, pois é capaz de se dedicar exclusivamente a ele. Esse *agir natural* nasce da capacidade que a mãe tem de cuidar do seu filho com segurança. Nesse sentido, quanto mais seguro o bebê se sentir, maiores serão as chances dele desenvolver sadiamente a sua personalidade.

A mãe precisa sentir-se segura para que dispense os cuidados ao bebê com segurança. Os especialistas e todos que cercam a relação entre a mãe e o bebê não devem interferir ou tentar ensinar uma mulher a ser mãe. O que podem fazer é criar um ambiente onde a mãe possa sentir-se suficientemente segura para dedicar-se ao seu filho. Se o bebê precisa de cuidados, com a mãe não é diferente. O detalhe é que nem a mãe deve se intrometer no desenvolvimento natural de seu filho e nem os especialistas e pais devem dizer a uma mãe o que fazer. Winnicott afirma que:

Ao mesmo tempo o cientista, se assim o desejar, pode olhar com admiração para o conhecimento intuitivo da mãe, que a torna capaz de cuidar de seu bebê independentemente de qualquer aprendizado. Na verdade eu diria que a riqueza essencial deste conhecimento intuitivo é o fato de ele *ser* natural e não conspurcado pelo aprendizado. [...] Quero que vocês consigam se sentir confiantes em sua capacidade como mães (WINNICOTT, 2002, p. 14)

Dessa forma, o *agir natural* significa a presença segura da mãe e a ausência de ansiosidade. Uma mãe que age naturalmente é perspicaz o suficiente para prestar os cuidados ao bebê quando eles são necessários. O contrário ocorre com a mãe ansiosa que sempre age de modo apressado e presta cuidados quando eles não são necessários. Só aos poucos o bebê vai progressivamente conhecendo o mundo. A mãe não deve apressar esse processo. Se ela agir com toda a naturalidade, será capaz de construir os alicerces para saúde mental do seu filho.

Há, contudo, uma afirmação de Winnicott sobre esse *agir natural* que precisamos esclarecer. Para ele, esse conhecimento natural da mãe é de caráter intuitivo. Ou seja, a mãe sábia é capaz de identificar o momento em que deve agir e o momento em que não deve intrometer-se no desenvolvimento do seu filho. Não podemos confundir intuição com instinto. A mãe não age instintivamente. Ela age com perspicácia e sabedoria. Sabedoria que ela adquire com a capacidade de se adaptar as necessidades do bebê.

Essa capacidade de se adaptar as necessidades do bebê é o que Winnicott chama de identidade primária. Nessa fase, a mãe é o bebê e o bebê é a mãe. A mãe possui essa habilidade que a ajuda saber quando deve agir e quando deve se conter. Ela também serve como ego auxiliar ao ego do bebê. Ou seja, ela lhe empresta o seu ego até que ele esteja preparado para descobrir o mundo.

O *agir natural* da mãe lhe permite ir apresentando o mundo aos poucos ao seu filho. Ninguém sabe melhor do que ela qual é o momento adequado para revelar algumas facetas do mundo. O importante é que a criança esteja preparada para ser surpreendida pelo mundo. Quando a mãe age naturalmente ela é capaz de evitar que a criança tenha experiências traumáticas que comprometam o desenvolvimento de sua personalidade.

Por último, o *agir natural* winnicotiano ganha destaque quando o autor fala da especialidade da mãe em *segurar* o seu filho. Essa é uma tarefa especializada e que é mais importante que a própria amamentação. De acordo com Winnicott, se os bebês forem bem segurados, eles adquirem a confiança necessária para serem surpreendidos pelo mundo e surpreenderem o mundo. Um bebê que foi bem segurado é muito diferente de outro que não foi segurado satisfatoriamente.

Enfim, podemos perceber que há diferenças bem significativas entre o que é *natureza* em Rousseau e *agir natural* em Winnicott. A principal diferença é que quando Rousseau fala em *natureza* está se referindo mais a natureza interna da criança e as experiências que ela faz no confronto com a fauna, flora e a própria sociedade. Winnicott, de outro lado, quando fala no *agir natural* está se referindo ao conhecimento necessário que a mãe deve dispor para cuidar do seu bebê. Contudo, podemos ver nesses conceitos uma semelhança muito interessante, pois, para ambos, o natural tem a haver com a capacidade exercida de modo livre e espontâneo pela mãe ou pelo adulto em relação aos cuidados dispensados à criança visando seu desenvolvimento, sem, no entanto, interferir neles de modo vertical e autoritário.

Embora os conceitos tenham significados diferentes, eles assinalam para uma implicação pedagógica muito interessante: o cuidado com o mundo da criança. Ou seja, da análise desses conceitos podemos deduzir que tanto Rousseau quanto Winnicott estão preocupados em garantir que a criança se desenvolva naturalmente. Por isso eles insistem em afirmar que não podemos interferir e contaminar esse desenvolvimento. O adulto deve ser sempre cauteloso e não se apressar em agir. Respeitar a criança e as especificidades da infância é, efetivamente, a grande contribuição de Rousseau e Winnicott.

3.1.1 Disposições naturais em Rousseau e potencialidades inatas em Winnicott

Depois de analisado o que significa *natureza* em Rousseau e *agir natural* em Winnicott, agora devemos tratar de outros conceitos que estão intrinsecamente ligados a eles: as disposições naturais em Rousseau e as potencialidades inatas em Winnicott. Estes são conceitos fundamentais, pois os autores desenvolvem suas teses sobre a infância entendendo que as crianças trazem dentro si potencialidades ou disposições que devem ser respeitadas em seu amadurecimento progressivo. Entender esses conceitos irá nos ajudar a compreender porque eles defendem arduamente a proteção do mundo infantil contra a intromissão do adulto.

No caso de Rousseau, é bom lembrar a primeira frase do Livro I *do Emílio*, quando ele diz que “tudo está bem quando sai das mãos do autor das coisas, tudo degenera entre as mãos do homem” (ROUSSEAU, 2004, p. 7). A criança quando nasce traz dentro si certas disposições naturais que não devem ser alteradas pelo adulto. O papel dele é permitir que

essas disposições se desenvolvam naturalmente. Ou seja, Rousseau quer que respeitemos o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças. Não podemos exigir que elas façam algo para o qual ainda não estão preparadas.

Qual é a disposição natural por excelência para Rousseau? A disposição para tornar-se humano. Antes de qualquer coisa nascemos para sermos homens e nada mais! Por isso ele afirma que, independente da profissão ou posição que alguém irá assumir na sociedade, a educação deve formar homens. Nossas crianças precisam estar preparadas para sentir as dificuldades e as alegrias da vida. Se elas forem bem educadas para a humanidade, serão capazes de exercer qualquer profissão quando adultas.

Outra disposição natural que precisa ser respeitada é a liberdade. Parafraseando Rousseau, nascemos para ser livres e não para viver acorrentados. Desde o nascimento devemos respeitar essa disposição para ser livre que toda criança carrega dentro de si. É por isso que Rousseau condena, na passagem abaixo, algumas atitudes muito comuns entre as mães ou adultos:

No momento em que a criança respira ao sair de seus invólucros, não deveis deixar que sejam metidas em outros que a apertem ainda mais. Nada de testeiras e nada de faixas; fraldas soltas e largas que deixem todos os seus membros em liberdade e não sejam nem muito pesadas para atrapalhar seus movimentos, nem quentes demais para impedir que sinta as impressões do ar. Colocai-a num grande berço bem acolchoado, onde ela possa se movimentar-se à vontade e sem perigo. Quando começar a ficar mais forte, deixai-a engatinhar pelo quarto; deixai que a criança se desenvolva e estique as perninhas e os bracinhos e vereis que ela se fortalecerá a cada dia. Comparai-a com outra criança bem enfaixada, da mesma idade, e ficareis admirados com a diferença de seus progressos (ROUSSEAU, 2004, p. 45).

Esses cuidados são muito importantes para que a criança não tenha o seu desenvolvimento físico atrapalhado. É pelo movimento dos braços e pernas que a criança começa a sentir que existem objetos e seres que não são ela. Nisso podemos perceber o quanto é importante a intervenção cuidadosa do adulto no mundo da criança. Se não formos capazes de respeitar a liberdade da criança em seus movimentos, lhe impediremos de conhecer naturalmente o mundo e tudo o que a cerca.

A disposição para liberdade deve ser respeitada para que a criança se desenvolva naturalmente. A autonomia só pode ser alcançada por um ser que aprendeu desde cedo a ser livre. Os cuidados do adulto, no entanto, devem considerar que a criança precisa aprender a ser livre, mas também deve experimentar que essa sua liberdade não é absoluta. Nesse

sentido, o adulto não deve impor limites à criança. A criança precisa naturalmente experimentar os limites que a natureza e as suas próprias forças lhe impõem.

Outra disposição natural que Rousseau destaca é a perfectibilidade. Essa disposição seria a capacidade que o ser humano tem de se adaptar a situações e circunstâncias muito diferentes. Com essa capacidade o homem adquire forças que lhe permite criar instrumentos e meios que lhe ajudem em sua adaptação no mundo. O homem é o único animal que consegue se adaptar a qualquer ambiente físico e cultural. De acordo com Rousseau, essa disposição é a grande responsável pela evolução e pelo auto-aperfeiçoamento humano. É ela quem faz o homem assumir sua capacidade racional e romper com suas determinações instintivas. A perfectibilidade, de certa forma, obriga o homem a fazer uso da sua liberdade e da sua racionalidade. O indivíduo racional e livre consegue encontrar soluções para as dificuldades impostas pelo ambiente físico e social e a se adaptar naturalmente.

O que precisa ser esclarecido é que Rousseau não entende por disposições naturais a possibilidade de nascermos com idéias inatas. Pelo contrário, ele afirma que “nascemos capazes de aprender, mas sem nada saber e nada conhecendo” (ROUSSEAU, 2004, p. 46). Ou seja, afirmar que nascemos com disposições naturais não significa dizer que já nascemos sabendo alguma coisa. Como o próprio autor afirma, nós nascemos capacitados a aprender, pois faz parte da nossa natureza racional.

Outra das disposições naturais são as necessidades da infância. A criança é um ser frágil e precisa da ajuda dos outros. Ela é incapaz de satisfazer as suas necessidades. O que podem ser chamadas de necessidades naturais são todas aquelas que não foram modificadas pela intervenção do adulto. Desse modo, é decisivo distinguir entre as necessidades naturais e as artificiais, aquelas que nós criamos ao intervir no mundo da criança. Sobre isso falaremos com mais atenção no próximo item do capítulo.

O que ainda podemos e devemos destacar sobre as disposições naturais é que dentre elas, o fato do homem ser um ser carências, faz todos eles iguais. Todos nós aos nascermos somos repletos de necessidades. Isso nos impulsiona a pedir ajuda aos outros. Em grande parte, somos seres sociais, pois ao nascermos percebemos nossa miséria. É o conhecimento dessa situação que nos faz reconhecer que precisamos da assistência dos outros. O que Rousseau parece sustentar com muita força é que entre as disposições naturais está a da socialização. Isso confirma o fato de não podermos atribuir a Rousseau o mito do bom selvagem. Como devemos respeitar o desenvolvimento natural das disposições naturais, também devemos respeitar essa disposição para sociabilidade.

Por fim, Rousseau nos afirma que as disposições naturais são aquelas que não foram alteradas pela ação humana. Ou seja, tudo aquilo que o homem não moldou ou modificou. Tudo aquilo que não foi alterado pelo hábito humano. Quando fala das disposições naturais, Rousseau afirma que o adulto deve dar a assistência que a criança precisa, mas sem contaminar seu desenvolvimento natural.

No caso de Winnicott, o termo usado é potencialidades inatas. Para ele, nascemos com potencialidades que só irão se desenvolver em um ambiente suficientemente bom. O bebê é como uma organização em marcha. Não há clareza sobre o que sejam essas potencialidades, mas vejamos o que o próprio Winnicott fala sobre elas:

No universo psicológico, há uma tendência ao desenvolvimento que é inata e que corresponde ao crescimento do corpo e ao desenvolvimento gradual de certas funções. Assim como o bebê geralmente senta por volta dos cinco ou seis meses e dá os primeiros passos na época de seu primeiro aniversário, quando talvez já terá aprendido a usar umas duas ou três palavras, assim também há um processo evolutivo no desenvolvimento emocional. Todavia, esse crescimento natural não se constata na ausência de condições suficientemente boas (WINNICOTT, 2005, p. 5).

Quando fala dessas potencialidades, ele afirma que uma delas é a independência. Quando nascemos somos absolutamente dependentes. Mas aos poucos caminhamos rumo à dependência relativa para, por fim, chegar à independência. Nascemos impelidos para a independência. Faz parte dessa organização o fato de o bebê poder desenvolver-se e crescer física e psicologicamente. Se o ambiente e os cuidados dispensados forem satisfatórios, o bebê irá alcançar a independência naturalmente.

Winnicott destaca que embora o bebê seja um ser frágil e carente de cuidados, a mãe não pode se enganar e acreditar que é responsável por algo que o bebê traz dentro de si. A disposição para a vida e para o seu desenvolvimento natural é inato no bebê. A mãe que é capaz de aceitar que o bebê é uma organização em marcha, poderá se deleitar observando o desenvolvimento do seu filho e reagindo as suas necessidades quando for imprescindível. Mas o que significa uma organização em marcha? Significa que o bebê já traz consigo ao nascer determinadas potencialidades que independem do meio e da vontade dos pais, mas cujo desenvolvimento de tais potencialidades depende muito do modo como os adultos agem com a criança, preparando-lhes condições favoráveis.

As necessidades da infância também seriam potencialidades inatas no bebê. Ou seja, ele nasce e aos poucos descobre que não é ele quem satisfaz suas necessidades. No tempo adequado, ele percebe que não é onipotente e que precisa da ajuda dos outros para sobreviver. O que Winnicott não deixa passar é que, embora o bebê precise da mãe para atender as suas carências, isso não significa que ele não traz a disposição inata para a vida e para o desenvolvimento natural.

Ao tratarmos os conceitos disposições naturais em Rousseau e potencialidades inatas em Winnicott percebemos que o primeiro é mais claro que o segundo. Em Rousseau podemos encontrar mais referências sobre o que ele entende por disposições naturais. Já Winnicott não fala muito sobre o que são as potencialidades inatas. Ele apenas adverte que devemos ter conhecimento dessas tendências e respeitá-las. Não se sabe ao certo porque ele faz isso, mas parece que não era uma de suas preocupações abordar esse tema.

Interessante é notar que para ambos entre as disposições naturais estão as necessidades da infância. Os dois também entendem que são essas necessidades que impulsionam o bebê a socialização. Mas como descrevemos antes, é tarefa da mãe ou do adulto identificar quais são as necessidades reais. O bebê, inclusive por nossa intervenção, pode vir a revelar necessidades artificiais que não devem ser atendidas. A propósito dessas necessidades da infância, vamos discorrer a seguir.

3.1.2 As necessidades da infância

Rousseau e Winnicott concordam a respeito de uma coisa quando abordam as necessidades do bebê: os dois entendem que a infância é por excelência a etapa da vida onde as necessidades se manifestam com maior intensidade. A criança, ao nascer, não percebe imediatamente que para satisfazer suas necessidades precisa do adulto. Isso ocorre, pois no início ela sequer tem consciência de que existem outros seres.

Rousseau destaca em várias passagens que não podemos ignorar que o bebê é um ser que precisa dos cuidados do adulto. Ao nascer, percebemos, aos poucos, que temos necessidades e que não podemos satisfazer algumas delas sem a ajuda dos outros. Embora Rousseau tenha por lema que não devemos corromper o mundo infantil, ele também não quer

que abandonemos um ser frágil e impotente a própria sorte. Devemos apenas ter cuidados para não atender as necessidades artificiais da criança.

O que devemos destacar é que Rousseau é o pai do conceito moderno de infância. De acordo com esse conceito, a criança deve ser vista como uma criança e não como um adulto em miniatura. Tudo o que antes era visto como defeito na criança agora deve ser compreendido como característico dessa fase. As necessidades são típicas da infância. O fato das necessidades serem mais acentuadas nessa fase não faz da criança um ser defeituoso. O adulto precisa reconhecer que a infância ocupa um lugar especial na ordem das coisas. Respeitar esse estágio é fundamental para o desenvolvimento natural de um ser humano.

Quando fala das necessidades parece que Rousseau apenas trata das necessidades físicas e biológicas. Ou seja, ele entende que na infância se manifestam mais as necessidades de caráter natural. A criança precisa satisfazer suas necessidades fisiológicas, comer, dormir, sentir-se aquecida, etc. É papel do adulto atender a criança sem contaminar o seu mundo criando necessidades da fantasia.

Se atendermos na criança apenas suas necessidades naturais, estaremos educando para uma liberdade bem regrada. Se, porém, atender aos seus desejos, caprichos ou fantasias, então estará formando um tirano. Esta é a razão que faz Rousseau insistir que o adulto deve estar atento para agir quando for realmente necessário. O adulto deve ser cauteloso e não se apressar em agir sempre que a criança solicitar o seu apoio. Uma criança não é cheia de vontades naturalmente. É o adulto quem pode contaminar o mundo infantil agindo de forma precipitada.

A criança é um ser de necessidades. Necessidades prioritariamente físicas e biológicas. Contudo, se não formos capazes de entender que devemos respeitar o seu desenvolvimento natural, estaremos criando para a sociedade um tirano ou um escravo, mas nunca um homem autônomo. Sobre isso há uma passagem do *Emílio* muito esclarecedora:

Ao nascer, uma criança grita; sua primeira infância passa chorando. Ora a sacodem e a mimam para acalmá-la, ora a ameaçam e lhe batem para que fique quieta. Ou lhe fazemos o que lhe agrada, ou exigimos dela o que nos agrada; ou nos submetemos às suas fantasias, ou a submetemos às nossas: não há meio-termo, ela deve dar ordens ou recebê-las. Assim, suas primeiras idéias são as de domínio e de servidão. Antes de saber falar ela dá ordens, antes de poder agir ela obedece e, às vezes, castigam-na antes que possa conhecer seus erros, ou melhor, cometê-los. É assim que cedo vertemos em seu jovem coração as paixões que depois imputamos à natureza, e após nos termos esforçado para torná-la má, queixamo-nos de vê-la assim (ROUSSEAU, 2004, p. 25).

É nossa responsabilidade preservar a natureza da criança desde o momento que ela vem ao mundo. Somos nós adultos que enchemos nossas crianças de caprichos e desejos. De acordo com Rousseau, as necessidades da fantasia somos nós que as criamos. Nisso podemos perceber porque Rousseau argumenta que a educação na primeira infância é a mais importante, pois as sementes do tipo de ser humano que seremos são plantadas ainda nos primeiros anos de vida.

Não podemos, contudo, abandonar a criança e esquecer que se trata de um ser frágil e que precisa dos nossos cuidados. Reconhecer quando ela está realmente precisando da nossa ajuda não é uma tarefa simples. Por isso é necessário que respeitemos o seu desenvolvimento natural. Se preservarmos a natureza da criança, então não precisaremos nos preocupar muito com o surgimento das necessidades da fantasia. É muito mais difícil eliminar os vícios depois de criados.

Como destacamos, Rousseau trata principalmente das necessidades fisiológicas e biológicas. Não notamos em sua obra a presença das chamadas necessidades afetivas e emotivas. Contudo, seria apressado ao extremo afirmar que ele tenha esquecido essas necessidades. Talvez ele não tenha se dedicado com tanta atenção como fez Winnicott. Mesmo assim, podemos encontrar algumas passagens onde Rousseau afirma que é preciso uma mãe ou uma ama-de-leite capaz de transmitir a segurança necessária para o desenvolvimento natural da criança.

Em outros termos, o que Rousseau defende é que aquela que amamentar o bebê deve fazer a criança sentir sua presença afetuosa e segura. O bebê precisa de alguém que queria lhe cuidar e não de alguém que o faça por obrigação, pois, mesmo no início, ele é capaz de sentir quando os cuidados não são os adequados. Ele precisa do carinho, afeto e do calor materno para sentir-se a vontade no mundo. Não podemos nos enganar imaginando que ele não seja capaz de sentir que aquela que o segura despreza as suas tarefas. A passagem que talvez não deixe dúvidas sobre a preocupação de Rousseau com as necessidades afetivas do bebê é a seguinte:

Mas deve a questão ser encarada apenas do lado físico? Terá a criança menos necessidade de uma mãe do que de sãs tetas? Outras mulheres, e até animais, poderão dar-lhe o leite que a mãe recusar, mas a solicitude materna não se pode substituir. A mulher que dá leite ao filho de outra em lugar do seu é uma má mãe; como poderá se uma boa ama-de-leite? Poderá vir a sê-lo, mas pouco a pouco; será preciso que o hábito mude a natureza, e a criança mal cuidada terá cem vezes o tempo de morrer antes que sua ama-de-leite tenha adquirido por ela uma ternura de mãe (ROUSSEAU, 2004, p. 21).

Dar o leite e satisfazer essa necessidade física que é a fome, qualquer mulher sadia pode fazer. Mas os cuidados afetivos só a mãe pode proporcionar ao bebê. Como afirmamos no primeiro capítulo, Rousseau prevê a substituição da mãe pela ama-de-leite. Isso não significa que ele sintasse confortável com essa troca. Pelo contrário, ele acredita que se as mães resolverem ser mães e não abandonarem o seu posto, logo os sentimentos da natureza despertarão no coração das crianças.

Winnicott acredita, assim como Rousseau, que a infância é, especialmente, a etapa das necessidades. As necessidades que se manifestam com mais força no início são as físicas e biológicas. Ou seja, ela precisa ser alimentada, cuidada e higienizada. Essas carências são mais fortes nesse período, pois o bebê é um ser frágil e que não é capaz de cuidar de si mesmo. A única que sabe como e quando atender ao bebê é a mãe. Nesse sentido, a sua substituição só é aceita se ela não for saudável. Winnicott acentua que o papel da mãe é fundamental nos primeiros anos de vida. Se ela não for saudável psicologicamente, então não se deve insistir com ela. Mas sempre que uma mãe puder atender naturalmente o seu filho, devemos saudar esse acontecimento.

Contudo, não é só de necessidades físicas que o bebê é feito. Um dos grandes progressos feito por Winnicott, em seus estudos sobre a infância, foi enfatizar que mesmo nessa idade a criança já é dotada de necessidades afetivas e emotivas. Aquilo que foi tratado de forma mais breve por Rousseau, acabou sendo aprofundado por Winnicott, pois, para ele, a vida psíquica já existe no útero materno. O bebê, enquanto está lá, vai acumulando dados e sensações que o ajudarão ou não no seu ingresso no mundo.

O interessante é que Winnicott não põe de um lado as necessidades físicas e de outro as afetivas e emotivas. Para ele uma está relacionada à outra diretamente. E isso ocorre ainda na barriga da mãe, já que, mesmo de forma indireta, é ela quem satisfaz as necessidades do bebê. Ele nasce conhecendo sentimentos como frustração e satisfação. Depois de nascer, a criança não precisa apenas de comida, de higiene e de calor. Ela precisa também de afeto, do calor do colo da mãe e da segurança para surpreender o mundo e por ele ser surpreendido.

Grande parte dos traumas psíquicos das crianças está relacionada aos cuidados que receberam ou não na satisfação de suas necessidades. A mãe se for sadia e não for atrapalhada pelos outros, saberá como cuidar naturalmente do seu filho. Quando ela age naturalmente e satisfatoriamente, as bases de uma personalidade sadia estão assentadas. O que se espera e que ela reconheça a diferença entre aquilo que é uma necessidade real e aquilo que é puro capricho.

A propósito das chamadas necessidades artificiais, não encontramos um estudo detalhado delas na obra de Winnicott. Mesmo assim, é possível perceber em seus textos uma preocupação com a inclusão no mundo infantil de desejos que não fazem parte dessa idade. Isso ocorre, em grande medida, por culpa da mãe ou do adulto, que não sabe reconhecer o que é real e o que é capricho. A mãe deve se preocupar e se dedicar exclusivamente ao seu filho. Tudo o que cerca a mãe e o bebê deve ser garantido pelo pai e pelos outros adultos. Ela precisa sentir-se segura para transmitir segurança ao seu filho.

Winnicott pode ser acusado de falar para uma mãe burguesa. Afinal de contas, ela deve abandonar o trabalho e tudo mais para poder se dedicar exclusivamente aos cuidados e a educação do seu filho. Como ficam todas aquelas mães que precisam trabalhar e que acabam delegando suas tarefas a outras pessoas? Não nos parece que Winnicott ignora essa realidade. Pelo contrário, ele afirma que se a mãe souber educar naturalmente o seu filho, então poderá exercer as outras atividades sem remorso.

O que Winnicott e também Rousseau destacam é que as mães não podem ignorar que agora são responsáveis por uma vida. Aqui está uma das maiores contribuições desses autores. É papel de o estado garantir que as mães possam ser mães. Se somente elas sabem como agir naturalmente com seus bebês, então temos que encontrar os meios para garantir que elas possam se dedicar unicamente a eles. Quando a educação na primeira infância é satisfatória, a criança e a própria mãe podem desfrutar de um futuro promissor.

São evidentes os progressos feitos por Winnicott no que diz respeito aos estudos sobre as necessidades afetivas e emotivas. Contudo, podemos perceber que as semelhanças entre as observações de Rousseau e Winnicott são muito expressivas. Os dois autores, cada um acentuando o que mais lhe interessava, tratam das necessidades sempre relacionado-as com os cuidados do adulto. A diferença crucial é que, por entender que a primeira infância é a fase onde devem se educar especialmente os sentidos, Rousseau investiga com mais atenção as necessidades físicas. Já Winnicott, que entende que as experiências na primeira infância são responsáveis pela formação da personalidade do indivíduo, procura entender melhor as necessidades afetivas e emotivas.

No entanto, as crianças precisam comunicar as necessidades, sejam elas físicas ou afetivas. Só depois que elas as comunicam é que entram os cuidados do adulto. As duas formas de comunicação nos primeiros meses de vida são a amamentação e, sobretudo, o choro. No próximo tópico vamos analisar essas formas de comunicação, para, em seguida, abordarmos os cuidados dispensados pelo adulto.

3.2 A amamentação e o choro como as primeiras formas de comunicação entre a mãe e o bebê

Como observamos anteriormente, a infância é a fase das necessidades. A criança é um ser frágil e precisa da ajuda do adulto. Contudo, no início ela não tem consciência disso. Só aos poucos vai percebendo que não é ela quem satisfaz suas necessidades. Ao perceber que precisa dos outros, a criança começa a procurar os meios para comunicar o que está sentindo e o que precisa. O meio notadamente adotado pela criança é o choro, mas ela também se comunica pela amamentação.

Rousseau não fala muito sobre a amamentação como uma forma de comunicação. O que ele afirma é que não podemos pensar que a amamentação é apenas o momento de satisfação de uma necessidade física. Durante esse período, a criança comunica que está satisfeita ou não com o que recebeu de leite. Comunica também se está sendo segurada adequadamente e se não quer ser amamentada. A mãe no modo de segurar o bebê durante a amamentação também se comunica com ele, pois o bebê é capaz de sentir se aquela que o está alimentando realmente o ama.

No entanto, Rousseau analisa cuidadosamente o choro. Essa é, para ele, a principal forma da criança comunicar que precisa da ajuda de alguém. As teses dele sobre o choro são muito importantes, pois é observando atentamente o choro que o adulto deve decidir em agir ou não. O incomodo das necessidades precisa ser expresso de algum modo. Antes de falar qualquer língua, as crianças se comunicam pela língua mais natural que existe: o choro. Vejamos o que nos diz Rousseau sobre isso:

Como a primeira condição do homem é a miséria e a fraqueza, seus primeiros sons são a queixa e o choro. A criança sente as suas necessidades e, não podendo satisfazê-las, implora socorro de alguém através dos gritos: se tem fome ou sede, chora; se sente muito frio ou muito calor, chora; se precisa de movimento, mas mantém em repouso, chora; se quer dormir, mas a agitam chora. Quanto menos dispõe de sua maneira de ser, mais ela exige que a mudem. [...] Desse choro, que acreditamos ser tão pouco digno de atenção, nasce a primeira relação do homem com tudo o que o cerca. Aqui se forja o primeiro elo da longa cadeia de que é formada a ordem social (ROUSSEAU, 2004, p. 53-54).

Certo, o choro é a forma de a criança comunicar suas necessidades. Contudo, será que sempre que ela chora precisa mesmo dos cuidados do adulto? Rousseau acredita que não. É preciso identificar quando o choro manifesta uma necessidade natural e quando ele é uma necessidade da fantasia. Ou seja, muitas vezes a criança aprende que por meio do choro pode satisfazer as necessidades que não passam de mero capricho.

O que Rousseau procura destacar é que, na maior parte das vezes, a culpa pelo surgimento dos caprichos é do adulto. Quando o adulto não entende que o choro é a forma do bebê se comunicar com ele, a porta para os caprichos e birraças está aberta. Isso ocorre, normalmente, porque o choro é para nós um incômodo. Para dar fim a esse incômodo mimamos a criança. Pegamos no colo, levamos até ela um objeto que ela apenas estica o braço para tê-lo, alimentamo-la e lhe poupamos de todo esforço.

A criança logo entende que basta chorar para ser atendida. Mesmo quando ela não precisa do adulto ela o convoca. Ela o escraviza e antes mesmo de falar ela já dá ordens. “Os primeiros choros das crianças são pedidos; se não tomarmos cuidado, logo se tornaram ordens. Começam por se fazer ajudar e acabam por se fazer servir” (ROUSSEAU, 2004, p. 55). Precisamos, desde a primeira infância, identificar o desejo ou capricho que está por traz do choro. Como a finalidade do projeto rousseauiano é um indivíduo autônomo e capaz de viver em sociedade, então ele desde cedo deve aprender que não manda nem nos homens e nem nos objetos.

Ainda sobre a comunicação entre a mãe e o bebê, Rousseau faz alguns comentários sobre aqueles que obrigam a criança a falar antes do tempo. Encontramos, com frequência, muitos pais que fazem de tudo para ver seus filhos falarem muito cedo. Alguns, inclusive, fazem uso de orações e mandingas para vê-los falar. Rousseau acredita que essa é a razão para muitos adultos terem inúmeras dificuldades para falar. Ele entende que a criança vai falar quando estiver pronta. Se uma criança for saudável física e psiquicamente, é só aguardarmos que ela irá aprender a falar. O interessante é que, em nossos dias, encontramos muitos pais que obrigam seus filhos a estudarem línguas estrangeiras, quando nem sabem falar direito a língua materna. Devemos respeitar a maturação física e psíquica da criança. Será prejudicial tudo que tentarmos acelerar em seu desenvolvimento.

Winnicott, de outro lado, estuda a comunicação entre a mãe e o bebê mais detalhadamente. As primeiras observações são relacionadas à amamentação como forma de comunicação. A primeira tese, e uma das mais importantes, é que a amamentação ao seio não é tão necessária como alguns defendem. Ou seja, é possível encontrar muitas crianças que não

foram amamentadas ao seio e que se desenvolveram naturalmente. Encontramos, por outro lado, crianças que passaram por traumas ao serem forçadas a mamar no seio da mãe. Winnicott defende que não podemos amamentar a criança contra a sua vontade. Do mesmo modo, não podemos obrigar uma mãe a amamentar quando ela não quer.

No entanto, como já dissemos no segundo capítulo, Winnicott valoriza a amamentação quando o bebê e a mãe aceitam esse momento. Ou seja, ele acha que essa experiência pode ser extremamente rica quando ambos estão de acordo. Nesse caso, o bebê pode comunicar várias necessidades e até sentimentos a sua mãe. Pode lhe informar que não quer mais leite, que precisa ser movido, que quer mais calor e até mesmo atacar o seio materno. A mãe também lhe comunica muita coisa. De modo especial, ela comunica que se importa com ele e que está ali para ajudá-lo.

Quando o bebê ataca o seio da mãe, pode ali surgir sua primeira experiência de amor. Ele ataca, morde e tenta destruir o seio. A reação da mãe é que vai fazer o bebê conhecer ou não o amor. Se a mãe retaliar os ataques, o bebê passará por uma experiência traumática. Se, porém, ela responder ao ataque com carinho, atenção e compreensão, então ele terá sua primeira experiência amorosa. Afinal, o ser que ele atacou sobreviveu e lhe respondeu afetuosamente.

Winnicott também analisa o choro como uma forma de comunicação. Normalmente, a criança usa o choro como um pedido de ajuda. Pode manifestar dor, raiva, tristeza e até satisfação. Ainda poderia ser incluída a fome como uma das motivações do choro. No entanto, a fome para criança ou mesmo para o adulto é uma forma de dor. A respeito do choro fala Winnicott: “O que estou afirmando resume-se nisto: o choro suscita no bebê uma sensação de que está exercitando os pulmões (satisfação), ou, então, uma canção de tristeza (pesar)” (WINNICOTT, 1982, p.65).

Em primeiro lugar, Winnicott acredita que devemos valorizar o valor positivo por traz do choro. Afinal, em alguns casos ele pode significar a satisfação física do bebê. O choro e as lágrimas são importantes e saudáveis para o desenvolvimento físico e psíquico de uma criança. O choro é um recurso que eles podem usar para se comunicar com o adulto. É o seu método para se comunicar com os adultos.

O interessante de Winnicott é que ele condena aqueles que acreditam que, às vezes, a criança chora sem motivações. Para ele, um bebê sempre manifesta algum tipo de sentimento ao chorar. O que pode ocorrer é que o adulto, ao prestar seus cuidados, insira no mundo desse bebê desejos e facilidades que o tornem escravo. A mãe e o adulto não devem facilitar a vida

dessa criança. Ela precisa conhecer as dificuldades típicas dessa fase. Para ela crescer forte e sadia, é importante que passe por algumas experiências típicas dessa fase da vida. Isso não significa que devemos ignorar o choro só porque imaginamos que temos diante de nós uma criança birrenta. O adulto precisa ser cuidadoso e identificar quando o choro precisa ser atendido ou não, pois em muitos casos eles não são identificados corretamente. Para tanto, a presença da mãe sadia é importantíssima, pois ninguém sabe melhor do que ela quais são as necessidades reais do bebê.

Mas a comunicação não está restrita a relação entre a mãe e o bebê. Se estivermos atentos ao choro do bebê, podemos identificar razoavelmente em que fase do desenvolvimento psíquico ele se encontra. Isso ocorre, pois o choro de dor, por exemplo, é muito diferente do choro de raiva e exige um período de maturação diferente. Vejamos o que Winnicott dispõe sobre isso:

Chorar de dor ou fome pode-se notar em qualquer ocasião, desde o nascimento. A raiva aparece quando o bebê está apto a concatenar certos acontecimentos, e o medo, indicando expectativa de dor, significa que o bebê elaborou idéias próprias. O pesar indicará algo muito mais avançado que esses outros sentimentos agudos; e, se as mães compreenderem até que ponto são valiosas as coisas subentendidas na tristeza, estarão capacitadas a evitar a perda de algo importante (WINNICOTT, 1982, p. 74).

No entanto, não podemos esquecer aquela que talvez seja a forma mais importante de comunicação entre a mãe e o bebê, que é o ato dela segurar naturalmente o seu filho. O bebê não ouve ou registra nenhuma palavra ainda. No início tudo o que pode ser comunicado a ele são sensações e sentimentos. Palavras ainda não fazem sentido para ele. É por isso que Winnicott destaca que o ato de segurar um bebê é uma tarefa especializada.

Ao segurar seu filho, a mãe comunica seu cheiro, sua respiração, seus batimentos cardíacos e deixa que ele brinque com seu rosto. Se ela for capaz de segurá-lo satisfatoriamente, ele saberá que pode confiar sempre que estiver no colo daquele ser. E o bebê, além da satisfação de suas necessidades físicas, precisa sentir-se seguro para que o seu desenvolvimento ocorra naturalmente. Isso só acontece se ele sabe que pode confiar em alguém. De nada adianta ensinar-lhe palavras. É muito cedo. Ele precisa ser manipulado e segurado de forma satisfatória.

Enfim, muitas são as semelhanças entre as teses de Rousseau e Winnicott sobre a comunicação entre a mãe e o seu filho. Seja pela sua especialidade ou por outros motivos,

Winnicott é quem mais aprofunda esse tema. A grande contribuição de Rousseau foi nos alertar que temos de ter o cuidado para identificar as necessidades reais e diferenciá-las das necessidades da fantasia. Cabe lembrar que ele afirma que as necessidades da fantasia são inseridas no mundo infantil pelos adultos. Desse modo, temos de cuidar, também, para não corrompermos a natureza da criança.

Já a contribuição de Winnicott está na sua análise cuidadosa tanto do choro como da amamentação como forma de comunicação. Nesse sentido, talvez a tese mais importante de Winnicott seja a respeito da comunicação entre a mãe e o bebê no ato de segurá-lo e manipulá-lo. Como ele ainda não fala e nem entende palavra alguma, essa é uma forma de comunicação muito importante. Um bebê não se lembra de nenhuma palavra que lhe seja dita, mas se lembra das experiências que teve no colo da mãe. Essa é a razão de encontrarmos em toda sua obra destaque para o ato de segurar o bebê de forma satisfatória.

Como observamos até aqui, a comunicação está relacionada diretamente as necessidades da criança e aos cuidados do adulto. Afinal, no início da vida, ela se comunica especialmente porque precisa da ajuda do adulto para satisfazer suas necessidades físicas e afetivas. Desse modo, no próximo item, iremos discutir o que esses autores pensam sobre esses cuidados.

3.3 Os cuidados do adulto

O modo como educamos ou cuidamos de nossas crianças na primeira infância contribui ou não para o seu desenvolvimento natural. Como a criança é um ser frágil e repleto de necessidades, os cuidados do adulto são essenciais. É nisso que encontramos uma semelhança muito grande entre Rousseau e Winnicott. Para os dois, os cuidados do adulto devem ser guiados pela natureza.

No caso de Rousseau, ele argumenta que precisamos lidar com uma tensão quando cuidamos de uma criança. Essa tensão existe porque precisamos dispensar cuidados aquele ser que não consegue satisfazer suas necessidades, mas, com isso, podemos corromper o mundo infantil. A criança não pode ser abandonada como se pudesse cuidar de si mesma. O adulto não pode esquecer a condição da criança e que a infância é a fase onde ela mais precisa de alguém que esteja a sua disposição.

O grande temor de Rousseau é que o adulto, ao cuidar da criança, insira no seu mundo desejos e ideais que não fazem parte dele. Em várias passagens, ele alerta que de nada adianta punir a criança se somos nós os responsáveis por criá-la birrenta e cheia de caprichos. Podemos nos tornar escravos de uma criança, mas isso só acontece se nós permitirmos. A criança traz dentro de si a disposição para se desenvolver naturalmente. Cabe ao adulto facilitar esse desenvolvimento. Nesse sentido, devemos recordar que Rousseau acredita firmemente na bondade humana. A criança é potencialmente boa. Se ela receber os cuidados adequados, as chances de a bondade natural habitar em seu coração são maiores.

Mas o que significa cuidar da criança naturalmente? Parece que podemos encontrar em Rousseau duas respostas diferentes para essa pergunta. Em primeiro lugar, cuidar naturalmente significa que o adulto deve ter a precaução de identificar a hora certa para agir. A criança sadia irá se desenvolver naturalmente, mas precisará também da ajuda do adulto. O papel dele é identificar quando ela realmente necessita de seus cuidados. Para Rousseau, o adulto não deve se apressar em agir sempre que a criança comunicar que precisa de auxílio. O adulto deve intervir, mas sempre de forma cautelosa.

Em segundo lugar, Rousseau entende que o adulto deve também proporcionar o confronto da criança com a natureza. A natureza aqui deve ser entendida como pessoas, objetos, a fauna e a flora. A criança precisa conhecer desde cedo a força da natureza. Educar para uma liberdade bem regrada, como dissemos no primeiro capítulo, significa fazer a criança conhecer os seus limites e os limites que lhe são impostos. Ou seja, não devemos impedir a criança de conhecer as dificuldades que a vida lhe impõe.

De acordo com o projeto rousseuniano, na primeira infância devemos priorizar a educação dos sentidos. Aos poucos, a criança vai também desenvolvendo sua capacidade racional. Afinal, ela precisa da razão para organizar os dados das experiências que ela faz. Mas, nessa etapa, devemos permitir que ela desenvolva seus sentidos no confronto com tudo o que a cerca. Por isso que Rousseau opta por não dizer quando devemos interferir. Para ele, é mais fácil observar quando não devemos ajudar a criança. Desse modo, sempre que ela estiver experimentando o mundo por conta própria, não devemos nos intrometer.

Devemos lembrar que, de acordo com Rousseau, a criança não sabe fingir nessa fase. Portanto, o adulto precisa ser cauteloso e atento para identificar as necessidades reais. Ele deve ajudar a criança tirando do seu caminho aqueles que não são obstáculos naturais. Ela precisa conhecer suas forças e suas capacidades. No entanto, isso não significa que o adulto não precisa fazer nada. Sua principal tarefa, além de ajudar a criança na satisfação das suas

necessidades naturais, é evitar que outras pessoas impeçam o seu desenvolvimento natural físico e cognitivo.

Winnicott trata dos cuidados do adulto mais como os cuidados da mãe. Em toda a sua obra, ele procura defender que a relação entre a mãe e o bebê é insubstituível. Essa é uma diferença crucial entre ele e Rousseau, pois este prevê a possibilidade de substituição tanto da mãe quanto do pai. No caso de Winnicott, a substituição dos cuidados da mãe sadia mesmo por especialista pode ser altamente danoso para o desenvolvimento do bebê. Por isso que, quando se fala em cuidados do adulto em Winnicott, deve-se falar notadamente da mãe.

A mãe é quem sabe como agir naturalmente com seu filho. Não podemos dizer-lhe o que fazer, pois ela, quando sadia, sabe exatamente o que fazer. O que talvez possa ser dito a mãe é que o papel dela é contribuir para que o filho desenvolva suas potencialidades inatas. Nesse sentido, é muito importante que ela o ajude a satisfazer suas necessidades físicas e afetivas. Ela deve cuidar para não apressar o crescimento do filho, entendendo que a infância é uma fase especial e que ele vai fazer tudo o que uma criança sadia faz no tempo adequado.

Ao contrário de Rousseau, Winnicott não analisa as relações da criança com o ambiente e com a natureza de forma mais elaborada. Ele apenas destaca que o bebê precisa crescer em um ambiente satisfatório e sadio. O sucesso ou insucesso do bebê em suas relações depende dele encontrar um ambiente onde possa se desenvolver com naturalidade. Ele precisa ser preparado para surpreender o mundo e ser surpreendido por ele. Isso só ocorrerá se a mãe for capaz de transmitir-lhe confiança e segurança.

Cabe a mãe, sobretudo no ato de segurar e manejar o bebê, dar a confiança que ele precisa para o desenvolvimento de uma personalidade sadia. Essa é, com certeza, outra grande diferença entre Rousseau e Winnicott, pois este entende que o ato de segurar o bebê é uma tarefa especializada e que só a mãe sabe executar com naturalidade. Cuidar do bebê significa, em grande parte, segurá-lo de forma admissível. Isso só pode ser feito de forma especializada por aquela que possui esse saber natural, que é a mãe.

Sobre os cuidados do adulto, Winnicott defende que se a mãe precisa passar segurança para seu filho, então é preciso que ela se sinta segura. Aqui o papel do pai é fundamental, pois ele precisa fazer com que a mãe sinta-se segura para agir naturalmente. O pai deve evitar que outras pessoas tentem dizer à mãe o que deve fazer. Desse modo, se dissemos que a mãe deve cuidar do bebê, devemos dizer que o pai deve cuidar da mãe. Se a mãe deve ser o ambiente facilitador para o seu filho, o pai deve ser o ambiente facilitador para a mãe. Só uma mãe com confiança pode sentir-se segura para agir naturalmente.

Como vimos, há algumas semelhanças e algumas diferenças entre as teses de Rousseau e Winnicott sobre os cuidados do adulto. A maior semelhança é, sem dúvida, o fato de ambos acreditarem que o adulto nunca deve se apressar em agir. Ele deve ser cauteloso e atento para atender a criança em suas necessidades reais e não em seus caprichos ou desejos da fantasia. Contudo, uma diferença crucial também pode ser notada. Ela está no fato de Rousseau prever que a criança precisa crescer em contato com a natureza. Isso não significa que Winnicott ignora o contato da criança com o ambiente natural. O que ele faz é estudar mais atentamente a relação entre a mãe e o bebê.

No entanto, tem algo que não tratamos aqui, mas que está relacionado aos cuidados do adulto: a autonomia. Tanto Rousseau como Winnicott entendem que os cuidados do adulto devem visar em última instância a autonomia. Já na infância a criança precisa ser preparada para ser livre e autônoma. Tentaremos, no próximo item, esclarecer o que eles entendem por autonomia na infância para, em seguida, tratar das contribuições desses autores para a educação contemporânea.

3.3.1 A autonomia na primeira infância

Não é uma tarefa simples elucidar o que Rousseau e Winnicott entendem pela autonomia na primeira infância. Existe essa dificuldade, de modo especial, pois esses autores apenas sugerem que já nessa fase a criança deve ser educada para a autonomia. Eles, contudo, não aprofundam muito esse tema em seus textos sobre a primeira infância. É claro que essa dificuldade não pode servir de desculpa para ignorarmos a questão. Nesse sentido, uma semelhança nesse tema entre os dois autores está no fato de entenderem que a autonomia começa na infância, mas que só ganha o conhecimento racional da criança quando ela for mais velha. Respeitar a maturação física e psíquica da criança significa que ela não vai aprender tudo nos primeiros anos de vida.

Para Rousseau, na primeira infância, a criança não entende nada de autonomia. Não podemos exigir que ela seja autônoma, pois isso não tem significado conceitual para ela. Cabe ao adulto educá-la para uma liberdade bem regrada. A criança precisa, desde cedo, entender que precisa respeitar seus limites e os limites que a natureza lhe impõe. Precisa, aos poucos,

compreender que a melhor das liberdades é aquela que não dispensa regras. Desse modo, o que Rousseau destaca é que a criança pode experimentar a autonomia já nessa fase.

O que precisa ficar bem claro é que Rousseau não pretende que a criança, recém nascida, seja capaz de pensar por si mesma. Só podemos entender a autonomia nesse período se analisarmos a satisfação das necessidades da criança e os cuidados do adulto. A criança começa a experimentar a autonomia quando entende que seus limites lhe obrigam a pedir o auxílio do adulto. Do mesmo modo, aos poucos ela descobre que pode satisfazer sozinha algumas das suas necessidades.

Outro aspecto da autonomia na primeira infância está na necessidade da criança lentamente tomar conhecimento das regras. Desde cedo ela deve entender que precisamos de regras mínimas para conviver. O que Rousseau destaca é que não podemos impor essas regras arbitrariamente a criança. O adulto deve ser uma espécie de mediador que ajuda a criança a descobrir essas regras, mas não deve percorrer esse caminho por ela. A criança nasce com uma liberdade desregrada. É importante que ela descubra que não pode fazer tudo que deseja. Seus desejos, ao menos aqui, estão limitados por suas forças.

Rousseau também destaca que a criança, já na primeira infância, precisa aprender mais a fazer as coisas por si mesma. Lentamente ela deve começar a exigir menos do adulto. Se o seu desenvolvimento físico e cognitivo ocorrer naturalmente, ela irá perceber que não precisa do adulto para tudo que necessita. A criança fica maravilhada sempre que consegue fazer algo por conta própria. Trata-se de uma conquista para ela. Essa é a razão de Rousseau alertar para que o adulto não queira se apressar e tente fazer tudo pela criança.

Numa passagem do *Emílio*, Rousseau afirma que não devemos “dar preceitos, e sim fazer com que eles sejam encontrados” (ROUSSEAU, 2004, p. 31). A preocupação que está presente em todo seu projeto de uma educação natural é que o adulto respeite o desenvolvimento natural da criança. Desse modo, o adulto deve evitar a ansiedade e a pressa em agir no lugar da criança. A autonomia só pode ser experimentada por ela se o adulto permitir e lhe ajudar.

De outro lado, Winnicott afirma que a autonomia pode ser experimentada na infância enquanto independência. O bebê nasce e vive inicialmente um estado de dependência absoluta. Nesse primeiro estágio, ele depende da mãe para tudo. Há uma integração total entre a mãe e o bebê. O bebê ainda não é capaz de reconhecer a existências de outros seres. Aos poucos ele passa a um estágio de dependência relativa. Nesse período, o bebê descobre que não é ele quem satisfaz suas necessidades.

É nesse estágio que podemos afirmar que o bebê começa a conhecer a autonomia, pois reconhece sua dependência e solicita ajuda do adulto. Ele, ao perceber que não é um ser onipotente, faz o ambiente reconhecer que precisa de auxílio para satisfazer suas necessidades. O interessante é que o bebê deve contar com uma mãe suficientemente boa, que lhe garanta um ambiente onde possa por conta própria fazer essa ruptura. A autonomia se manifesta no momento em que o bebê rompe o estado de integração total com a mãe. O detalhe é que Winnicott alerta que o bebê é quem deve fazer essa ruptura e não a mãe. Além disso, ela não deve sequer acelerar essa ruptura.

Depois desse estágio, o bebê que conta com uma mãe sadia será capaz de reconhecer sua existência. Ele experimenta o sentimento de identidade pessoal. Ele é, agora, capaz de dizer *eu sou*. Esse estágio é chamado de independência. Cabe lembrar que a possibilidade para ser independente é algo inato do bebê. No entanto, tal possibilidade só se efetiva se ele encontrar um ambiente satisfatório, cabendo ao adulto, portanto, a tarefa de criar as condições adequadas.

É claro que essa independência não é absoluta. Winnicott chega a afirmar que se alguém, mesmo adulto, se proclamar totalmente independente, está doente. Não existe independência absoluta. Na primeira infância, quando o bebê alcança a independência, e com isso a autonomia, ele é capaz de não depender da mãe para tudo. Ainda assim continua dependente. A autonomia aqui é experimentada como a capacidade de reconhecer sua dependência, mas também de começar a realizar algumas coisas por conta própria.

O interessante é que a independência e autonomia aqui são experimentadas mais como um sentimento de constituição da identidade própria. O bebê continua precisando da mãe para satisfazer muitas necessidades. A autonomia existe porque ele é capaz de reconhecer que ele existe e que existem outros seres. Reconhecer sua dependência em relação ao meio ambiente e os outros seres é fundamental para a autonomia.

Um indivíduo saudável e autônomo é aquele que é capaz de reconhecer sua interdependência com os outros e com o meio ambiente. O bebê que conta com o apoio natural da mãe, é capaz de confiar no ambiente em que vive. Com essa confiança ele e o ambiente tornam-se interdependentes. O reconhecimento de que agora é independente, mas que permanece, em alguma medida, dependente das pessoas e do ambiente, faz a criança experimentar a autonomia já na primeira infância.

A autonomia na infância significa, em grande medida, a capacidade de a criança reconhecer sua dependência social e ambiental. Se ela receber os cuidados satisfatórios

daqueles que a cercam, então aceitará com naturalidade sua dependência. Um indivíduo autônomo precisa aprender a lidar com suas limitações. Ele, aos poucos, descobre que pode fazer satisfazer algumas das suas necessidades. No entanto, é fundamental que ele reconheça que precisa dos outros e do meio em que vive.

De certa forma, tanto Rousseau como Winnicott entendem a autonomia na primeira infância de forma parecida. O que diferencia os dois autores é que Rousseau trata da autonomia mais no nível das regras mínimas que a criança precisa conhecer. De outro lado, Winnicott aborda a autonomia como a constituição da identidade pessoal do bebê, do seu *eu*. Podemos notar com clareza que as teses de Rousseau tratam mais da autonomia do ponto de vista físico, enquanto as de Winnicott tratam do ponto de vista psíquico.

Cada autor tratou de modo brilhante a primeira infância. São inegáveis os avanços de Winnicott no que diz respeito ao psiquismo infantil. Contudo, se não fosse por Rousseau estar entre aqueles que contribuíram para elaboração de um conceito moderno de infância, talvez Winnicott não tivesse estudado a infância como uma fase única e especial. A grande contribuição de Rousseau foi, sem dúvida, alertar-nos para a necessidade de ver a infância de modo especial. Desse modo, vamos tentar, no último tópico, deduzir das teses desses autores suas contribuições para a educação contemporânea.

3.4 Implicações pedagógicas a partir das teses de Rousseau e Winnicott sobre a primeira infância

A educação contemporânea vive um momento de muitas incertezas. As contribuições de Rousseau e Winnicott podem nos mostrar caminhos para sairmos dessa crise. A maior contribuição desses dois autores é, sem dúvida, o alerta que nos fazem para estudarmos com cuidado e atenção essa fase. Os dois destacam, também, que a educação nessa fase é a mais importante. Não podemos ignorar a importância que essa etapa tem para a formação da personalidade do indivíduo.

Tanto Rousseau como Winnicott podem ser acusados de falar para as poucas mães que tem tempo e condições financeiras de cuidar dos seus filhos. Ou seja, poderíamos afirmar, precipitadamente, que eles ignoram que as mães de hoje não têm condições de ficar junto dos filhos muito tempo. Afinal, elas precisam voltar ao trabalho e as suas outras atividades. A

contribuição desses autores está na exigência de uma política para educação na primeira infância.

A educação nessa fase não tem uma política e nem uma legislação adequada. O fato das mães, por razões diversas, não poderem ficar com os filhos tanto tempo, não significa que devemos ignorar a importância de uma legislação que as permita participar, de forma efetiva, da educação dos seus filhos até estarem prontos para conviverem com outras pessoas. Rousseau e Winnicott insistem na importância da educação nessa fase, pois entendem que a presença da mãe é fundamental para o desenvolvimento de uma personalidade autônoma e sadia. Não é porque temos dificuldades que devemos aceitar a atual situação que impede a mãe de transmitir a confiança e segurança necessárias a sua criança.

É claro que não se pode insistir com uma mãe que não é sadia. Existem casos em que o melhor é que a mãe seja substituída. Mesmo assim, sempre que a mãe estiver em condições e quiser participar naturalmente da educação do seu filho, devemos apoiá-la e lhe transmitir confiança. Devemos compreender, aceitar e estimular a naturalidade no modo de agir da mãe com seu bebê. Os profissionais e os pais não devem ensinar a mãe o modo mais adequado dela segurar seu bebê, mas apoiá-la, oferecendo a ela a segurança e as condições adequadas para que possa realizar seu modo natural de segurar o bebê. O pai, de modo especial, é o responsável por garantir à mãe um ambiente em que ela possa se dedicar exclusivamente a sua criança. A mãe não deve se preocupar senão com seu filho.

No entanto, a mãe não pode e nem deve ficar com o filho depois que esse estiver pronto para conhecer o mundo por conta própria. Essa ruptura é natural e sadia. Nesse sentido, já que a mãe volta as suas atividades e deixará sua criança nas mãos de outras pessoas, é preciso uma política mais rigorosa e cuidadosa com a educação infantil. Hoje vemos uma preocupação enorme com a educação básica, mas se esquecem que é na primeira infância que muitas coisas acontecem.

São poucos os profissionais da educação preparados para cuidar de uma criança nos primeiros anos de vida. Desse modo, essa legislação deve garantir uma formação mais cuidadosa desses profissionais. Não é o correto que, nesses primeiros anos, a mãe seja substituída. Como isso acontece, é necessário que esses profissionais possam substituí-las de forma satisfatória.

Rousseau e Winnicott alertam que devemos cuidar para não inserirmos no mundo infantil desejos e ideais adultos. Poderíamos afirmar que, em nossos dias, não é necessário retomarmos essa tese. Contudo, se observarmos com atenção, veremos que as crianças estão

sendo obrigadas a participar de experiências das quais não estão prontas para realizar. É o caso dos pais que querem que os filhos aprendam uma língua estrangeira quando sequer sabem falar corretamente a própria língua materna.

O que Rousseau e Winnicott nos alertam é que não podemos acelerar o desenvolvimento físico e psíquico da criança. Respeitando o mundo da criança, vamos entender que existe um tempo para cada nova experiência. Por isso a importância da presença dedicada da mãe sadia. É ela quem sabe melhor respeitar o desenvolvimento natural do filho. De acordo com Winnicott, a grande maioria dos traumas da primeira infância está relacionado às exigências feitas antes do tempo às crianças. Desse modo, não podemos exigir de uma criança o que ela ainda não está preparada para realizar.

Os cuidados, a amamentação, o segurar e manipular, são muito importantes nessa fase. Nesse sentido, o papel do educador é de um mediador. Ele deve mediar a criança em seu conhecimento do mundo e de suas próprias forças. Ele não deve nem abandonar a criança a própria sorte e nem se apressar em agir. O adulto não pode abandonar a criança, pois ela precisa dos seus cuidados, mas também não deve fazer pela criança aquilo que ela pode realizar.

Winnicott fala que o bebê precisa de uma mãe suficientemente boa para se desenvolver naturalmente. Já Rousseau usa a expressão solicitude materna. Em ambos os casos, os autores falam da necessidade da presença materna para que a criança ganhe confiança e segurança para enfrentar o mundo que a cerca. Esses conceitos reforçam a defesa que esses autores fazem da relação insubstituível que a mãe e o bebê estabelecem. Uma mãe suficientemente boa ou mesmo uma mãe solícita é aquela que está presente não apenas para satisfazer as necessidades físicas da criança, mas também as necessidades afetivas e emotivas. A criança não precisa apenas de alguém que lhe ajude a se alimentar e a se mover. Ela precisa de alguém que a ame, que lhe dê carinho e segurança para a constituição de sua identidade, do seu eu.

Nesse sentido, a infância é uma fase que precisa ser vivida com intensidade. A criança precisa brincar e, em alguns casos, até mesmo se machucar. Isso não significa que esses autores desejam que os adultos façam da vida da criança um sofrimento. As crianças precisam ter experiências mal sucedidas no mundo para conhecerem o que podem e o que não podem fazer. No entanto, isso deve ocorrer naturalmente. A criança irá, sem a pressão e a imposição do adulto, conhecer quais são seus limites.

Essa, talvez, seja a grande contribuição desses autores para educação contemporânea. Rousseau e Winnicott entendem que já na primeira infância a criança precisa conhecer a liberdade e as regras mínimas para sua convivência com o mundo e com os outros. Nesse sentido, em primeiro lugar devemos dar liberdade à criança. Nada de mantê-la superprotegida. A boa mãe e o bom educador são aqueles que não sufocam a criança com muitos cuidados. Ela só precisa de ajuda para aquilo que não pode fazer por conta própria. Se a criança receber a liberdade que lhe pertence, ela poderá por si mesma descobrir que existem regras mínimas para suas relações com o mundo e com as outras pessoas. Isso é o que esses autores chamam de autonomia na infância. Ou seja, a capacidade da criança conhecer desde cedo o que pode ou não realizar.

No caso de Winnicott, precisamos escutar com atenção sua indicação de que o adulto transmite ou não afetos na relação que mantém com a criança. Ele valoriza muito a intensidade dos afetos nessa fase. Esses afetos são muito importantes para o desenvolvimento de uma personalidade sadia. Como tudo é novo no mundo, a criança precisa de segurança e confiança para realizar suas descobertas. A criança não tem apenas necessidades físicas, mas também afetivas e emotivas. O educador contemporâneo, mesmo aquele responsável pela criança mais velha, deve ter consciência dessa intensidade de afetos construída na relação que ele estabelece com seu educando.

Já Rousseau, contribui muito com a sua tese de um educador como mediador e não como um interventor. Não é papel de o educador intrometer-se em tudo que a criança realizar. Nem espontaneísmo pedagógico e nem autoritarismo pedagógico. Nem permitir que a criança faça e tenha tudo que deseja e nem decidir por ela o que pode fazer ou ter. Como um mediador, o educador irá atender a criança em suas necessidades naturais. No resto, ele deve estar presente, mas não trilhar pela criança o caminho que ela deve trilhar por conta própria. As descobertas das alegrias, satisfações, dificuldades e insatisfações devem ser feitas pela criança. A presença do educador poderá transmitir a segurança e confiança que a criança precisa para passar por suas experiências.

O educador precisa entender que não pode nem criar obstáculos e nem facilitar as coisas para a criança. Nesse caso, é importante que a criança cresça forte e robusta, pois ela precisará de um corpo saudável para o cultivo da inteligência e da moralidade. Não devemos evitar que a criança possa enfrentar desafios na primeira infância, pois no futuro ela deve estar preparada para enfrentar os obstáculos que a natureza e a própria sociedade lhe impõem.

Dessa forma, talvez Rousseau tenha exprimido do melhor modo possível o que um educador deve fazer na primeira infância: cuidar do próprio cuidado. Ou seja, não devemos e nem podemos dizer o que um educador deve realizar em cada situação que encontrar pela frente. O que pode ser dito é que ele deve ser cuidadoso, atencioso, perspicaz e cauteloso. Educar não é uma tarefa qualquer. A educação na primeira infância exige que não privemos a criança do que é próprio dessa idade. Devemos deixar a criança ser criança e viver com intensidade essa fase da vida tão importante. Enfim, o educador deve ter a inteligência e a acuidade para saber o momento em que deve agir e o momento em que deve se conter. Educar na primeira infância é a arte de eleger o momento certo para auxiliar a criança e o momento certo para deixá-la seguir seu próprio caminho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da nossa pesquisa, tínhamos o objetivo de confrontar Rousseau e Winnicott e analisar suas semelhanças e diferenças. No entanto, no decorrer do trabalho, percebemos que seria mais interessante se averiguássemos as contribuições desses autores para educação na primeira infância na atualidade. Muitas são as contribuições de Rousseau e Winnicott. No entanto, cabe destacarmos que no caso de Rousseau temos uma verdadeira teoria da educação, enquanto em Winnicott, temos reflexões sobre a infância que tem implicações no campo da educação.

Embora muitos tenham afirmado, depois de Rousseau e Winnicott, que a educação na primeira infância é a mais importante, notamos certo descaso das autoridades e dos profissionais da educação com essa etapa. Parece que só reconhecemos no discurso que ela é muito importante. Na verdade, ignoramos que muito do que a criança será quando adulta é gestado ainda nos primeiros anos de vida. Reconhecer a importância dessa etapa significa estudá-la com cuidado e tomar consciência de que se trata de uma etapa que possui suas especificidades.

Os dois autores entendem que a criança não pode ser vista como um adulto em miniatura. Não podemos tomar o mundo adulto como referência e analisar a criança para ver o que lhe falta. A criança é um ser de necessidades e não de defeitos. A criança é um ser frágil e precisa dos cuidados do adulto. Isso não faz dela um ser inferior. Ela precisa do adulto para satisfazer suas necessidades. Num primeiro instante, reconhecer que a infância é uma fase que possui características próprias não é nenhuma novidade. Contudo, se olharmos atentamente, poucos são os que respeitam o desenvolvimento natural da criança.

É muito comum exigirmos da criança aquilo que ela ainda não pode fazer. Apressamo-la para falar, para caminhar, entre outras coisas. Não somos capazes de aguardar que ela faça

cada coisa no tempo adequado. Forçamos a criança quando devemos respeitar a sua maturação física e psíquica. Poderíamos afirmar que Rousseau e Winnicott tomam como princípio pedagógico na primeira infância o cuidado com o mundo da criança. Toda a educação nessa fase deve iniciar com o respeito às necessidades e as especificidades dessa idade.

A primeira infância é, para Rousseau e Winnicott, a idade das necessidades. A diferença das teses de um para de outro é que Rousseau analisa mais as necessidades físicas e Winnicott as necessidades afetivas e emotivas. Rousseau não deixa de analisar as necessidades afetivas, mas, no seu primeiro livro, analisa mais cuidadosamente as necessidades físicas. Como ele está mais preocupado em averiguar o que é natural na criança, acaba prendendo-se mais as necessidades físicas. De outro lado, Winnicott reconhece que a crianças precisam satisfazer suas necessidades físicas. Contudo, para ele, as necessidades afetivas estão diretamente vinculadas à satisfação das necessidades físicas. Ao satisfazer as necessidades físicas da criança comunicamos afetos e emoções. Embora seja Winnicott quem destaca isso com veemência, Rousseau também já abordava isso ao falar da solicitude materna. Para ele, por exemplo, a criança quer mais do que o leite quando é amamentada. A criança quer sentir-se amada, estimada e segura.

Seja para a satisfação das necessidades físicas ou para a satisfação das necessidades afetivas e emotivas, o papel da mãe é fundamental. Para Rousseau e Winnicott, sempre que possível, a mãe sadia não deve ser substituída. Ela sabe melhor do que qualquer outra pessoa como cuidar naturalmente do seu filho. Winnicott fala da presença de uma mãe suficientemente boa que é capaz de atender seu filho em tudo o que ele precisa, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma personalidade sadia. Rousseau, de outro lado, fala da solicitude materna para destacar a importância da mãe para o desenvolvimento natural da criança.

A presença sadia da mãe é fundamental para que a criança desenvolva suas potencialidades naturais. De acordo com Rousseau e Winnicott, ao nascer, trazemos disposições naturais ou tendências inatas que precisam de um ambiente saudável para se desenvolver. A criança precisa encontrar um ambiente em que possa sentir-se segura para enfrentar as dificuldades impostas pela natureza e pelos outros. Ou seja, na linguagem de Winnicott, a criança precisa ser bem sucedida no mundo, mas também mal sucedida. Para tanto, ela precisa contar com a confiança e apoio materno.

A educação natural na primeira infância nos obriga a respeitarmos a natureza desse período. Não podemos ignorar que a criança precisa dos nossos cuidados, mas também não podemos sufocar a criança impedindo-a de viver suas próprias experiências. Educar é a arte de não se apressar e nem se ausentar. A mãe ou o adulto não pode fazer pela criança aquilo que aos poucos ela já pode fazer. No entanto, educar respeitando a natureza da criança não significa abandoná-la a própria sorte. Ela precisa do adulto para satisfazer suas necessidades que, por sua fragilidade, ainda não é capaz de satisfazer.

O educador precisa aprender a lidar com essa tensão que permeia o processo pedagógico. Ou seja, ele não pode corromper o mundo da criança, mas não pode deixar de auxiliá-la. Não é necessário e talvez nem se possa resolver essa tensão. Pelo contrário, reconhecer sua presença pode fazer o educador tomar consciência do quão exigente é sua tarefa. Ele precisa estar sempre atento para atender as necessidades reais da criança. O educador precisa ser cuidadoso, cauteloso e astuto para não atrapalhar a criança em seu desenvolvimento natural. Ele é um mediador que deve descobrir o momento certo para agir. Nem Rousseau e nem Winnicott dizem o momento em que o educador deve agir, mas afirmam que ele não deve agir quando a criança estiver experimentando o mundo por conta própria. O educador deve transmitir confiança e segurança para que a criança cresça autônoma.

Rousseau e Winnicott entendem, também, que a autonomia deve ser o objetivo da educação na primeira infância. A criança deve desde cedo experimentar a autonomia. Isso significa que nem Winnicott e nem Rousseau acreditam que a criança pode saber o que é autonomia, mas pode senti-la. O fato da criança não saber o que é autonomia não dá ao adulto o direito de tirar-lhe a possibilidade de vivenciá-la. A criança nasce com a disposição ou potencialidade inata para a autonomia. Desse modo, é seu direito experimentar as coisas e as relações que estabelece com as pessoas e com o mundo por conta própria. É gratificante ver o sorriso no rosto de uma criança quando ela consegue realizar alguma coisa sem a ajuda do adulto.

Essa autonomia para Rousseau deve ser experimentada mais como a capacidade da criança reconhecer o que pode e o que não pode fazer. Nesse sentido, a criança precisa entender que existem regras mínimas para sua convivência com o mundo e com as pessoas. No caso de Winnicott, a autonomia está relacionada com a constituição do *self* da criança. É como se ele pudesse dizer *eu sou*. Winnicott entende que a autonomia na infância é o reconhecimento da independência e de certa interdependência. Ou seja, é descobrir que é um

ser independente, mas que, ao mesmo tempo, permanece dependente dos outros e do meio para sobreviver. A independência nunca é absoluta.

Rousseau elabora seu projeto de uma educação natural com a finalidade dele contribuir na educação de um homem que esteja preparado para reformar a sociedade. Ele confia que uma criança que receba uma educação adequada a sua condição pode, quando adulto, ser um cidadão capaz de lutar pela transformação da sua sociedade. Winnicott, de outro lado, entende que devemos a sociedade um indivíduo saudável. É por essa razão que a criança precisa receber uma educação satisfatória na primeira infância. Para ele, uma sociedade saudável é aquela que conta com indivíduos saudáveis. E o indivíduo saudável é aquele que reconhece sua independência e, ao mesmo tempo, sua interdependência.

O conceito de autonomia é muito importante para Rousseau e Winnicott, especialmente porque é por meio dele que os autores tratam de suas teses pedagógicas, políticas e sociais. Parece-nos que, numa pesquisa futura, seria interessante tratar da relação entre as teses pedagógicas e políticas de Rousseau e das teses pedagógicas e sociais de Winnicott. Ou seja, seria interessante averiguar, em que medida, as teses pedagógicas desses autores podem realmente ter um significado político e social. No caso de Rousseau, é mais fácil percebermos a relação entre a sua pedagogia e a política. Em Winnicott, como não temos sequer um projeto pedagógico, há apenas alguns indícios de que há em sua obra uma preocupação social. Nesse sentido, talvez entender o significado do *brincar* para Winnicott possa nos ajudar a entender a relação entre a educação na infância e a sociedade.

Enfim, de acordo com Rousseau e Winnicott, os livros não podem nos ensinar como cuidar das nossas crianças. Talvez o que eles possam fazer é nos ensinar a evitar determinados comportamentos que podem contaminar o mundo infantil. A criança deve ser tratada como uma criança e não como um adulto em miniatura. Devemos permitir que ela experimente a infância em sua plenitude. A criança deve brincar, correr, divertir-se e até mesmo se machucar. Não podemos e não devemos impedir a criança de viver as primeiras alegrias e os primeiros sofrimentos. Ela precisa ser bem sucedida e mal sucedida no mundo. Só assim ela estará preparada para as dificuldades do futuro. No entanto, na primeira infância, o adulto deve permitir que a criança se desenvolva naturalmente. Ele não deve nem protegê-la excessivamente e nem interferir impondo-lhe sofrimentos verticalmente. O adulto deve estar sempre atento e cuidadoso para identificar o momento certo em que deve agir e mediar a relação da criança com o mundo e com as pessoas. Tudo que não for natural deve ser evitado

e tudo que for natural deve ser estimulado. Parfraseando Rousseau, o que nós adultos devemos fazer é amar a infância e protegê-la de qualquer intervenção arbitrária.

REFERÊNCIAS

Obras de Rousseau:

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Confissões*. Bauru: EDIPRO, 2008.

_____. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *O contrato social*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Obras de Winnicott:

WINNICOTT, Donald W. *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Obras complementares:

BERLIN, I. *Rousseau e outros cinco inimigos da liberdade*. Lisboa: Gradiva, 2005.

BEZERRA Jr., Benilton. ORTEGA, Francisco (Orgs.). *Winnicott e seus interlocutores*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

CASSIRER, Ernst. *A questão Jean-Jacques Rousseau*. São Paulo: UNESP, 1999.

CERIZARA, Beatriz. *Rousseau: a educação na infância*. São Paulo: Scipione, 1990.

CRESPO, María Victoria. *Retorno a la educación: El Emilio de Rousseau y la pedagogía contemporánea*. Buenos Aires: Paidós, 1997.

DALBOSCO, Cláudio. A. FLICKINGER, Hans-Georg (Orgs.). *Educação e Maioridade: Dimensões da racionalidade pedagógica*. São Paulo: Cortez; UPF Editora, 2005.

_____. *Primeira infância e educação natural em Rousseau: as necessidades da criança*. *Educação*, Porto Alegre, v. 62, n. 2, p. 313-336, maio./ago. 2007.

DENT, N. J. H. *Dicionário Rousseau*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

FORTES, Luiz R. Salinas. *Paradoxo do espetáculo: política e poética em Rousseau*. São Paulo: Discurso Editorial, 1997.

FRANCISCO, Maria de Fátima S. Autoridade e contrato pedagógico em Rousseau. In: AQUINO, J. *Autoridade e autonomia na escola*. São Paulo: Summus, 1999. p. 101-114.

GRINBERG, L. GRINBERG, Rebeca. *Identidad y Cambio*. Buenos Aires: Paidós, 1980.

KESSELRING, Thomas. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. *Episteme*, Porto Alegre, n. 11, p. 153-172, jul/desz 2000.

NEWMAN, Alexander. *As idéias de D. W. Winnicott: um guia*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

STAROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo, seguido de sete ensaios sobre Rousseau*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

STRECK, Danilo R. *Rousseau e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

M386e Martins, Maurício Rebelo
Educação natural na primeira infância em Rousseau e
Winnicott / Maurício Rebelo Martins. – 2009.
95 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2009.
Orientação: Dr. Cláudio Almir Dalbosco.

1. Educação - filosofia. 2. Psicologia da primeira infância. 3. Sociologia
educacional. I. Dalbosco, Cláudio Almir, orientador. II. Título.

CDU: 37.01

Bibliotecária responsável Priscila Jensen Teixeira - CRB 10/1867